



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RAFAELA RAIMUNDO DIAS

**DA ESCOLA PARA O TRABALHO E DO TRABALHO PARA
A ESCOLA: EXPERIÊNCIAS DE INSERÇÃO SOCIAL E
LABORAL DE JOVENS ESTUDANTES DA EJA**

Feira de Santana
2024

RAFAELA RAIMUNDO DIAS

**DA ESCOLA PARA O TRABALHO E DO TRABALHO PARA
A ESCOLA: EXPERIÊNCIAS DE INSERÇÃO SOCIAL E
LABORAL DE JOVENS ESTUDANTES DA EJA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador(a): Prof. Dr. Ivan Faria

Feira de Santana – BA
2024



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)
Autorizada pelo Decreto Federal Nº 77.496 de 27/04/1976
Reconhecida pela Portaria Ministerial Nº 874/86 de 19/12/1986
Recredenciada pelo Decreto Estadual Nº 9.271 de 14/12/2004
Recredenciada pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

RAFAELA RAIMUNDO DIAS

"DA ESCOLA PARA O TRABALHO E DO TRABALHO PARA A ESCOLA: EXPERIÊNCIAS DE INSERÇÃO SOCIAL E LABORAL DE JOVENS ESTUDANTES DA EJA". Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, na linha de Culturas, diversidade e linguagens, como requisito para obtenção do grau de mestre em Educação.

Feira de Santana, 03 de abril de 2024

Prof/a. Dr/a. Ivan Faria Orientador/a - UEFS



Documento assinado digitalmente
LUIZ PAULO JESUS DE OLIVEIRA
Data: 05/04/2024 23:24:44-0300
Verifique em <https://validar.li.gov.br>

Prof/a. Dr/a. Luiz Paulo Jesus De Oliveira Primeiro/a Examinador/a - UFRB



Documento assinado digitalmente
PEDRO PAULO SOUZA RIOS
Data: 05/04/2024 19:41:19-0300
Verifique em <https://validar.li.gov.br>

Prof/a. Dr/a. Pedro Paulos Souza Rios Segundo/a Examinador/a - UEFS

RESULTADO: APROVADA

DA ESCOLA PARA O TRABALHO E DO TRABALHO PARA A ESCOLA: EXPERIÊNCIAS DE
INSERÇÃO SOCIAL E LABORAL DE JOVENS ESTUDANTES DA EJA.

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

Dias, Rafaela Raimundo
D534d “Da escola para o trabalho e do trabalho para a escola: experiências de
inserção social e laboral de jovens estudantes da EJA” / Rafaela Raimundo
Dias. - 2024.
117f. : il.

Orientador: Ivan Faria

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana.
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

1. Educação. 2. Educação de jovens e adultos (EJA). 3. Trabalho.
4. Juventude. I. Faria, Ivan, orient. II. Universidade Estadual de Feira de
Santana. III. Título.

CDU: 374.7

Dedico a todos os jovens e adultos resilientes, pois, mesmo que em algum momento de suas trajetórias tenham tido seus direitos negligenciados, seguem buscando melhorias em suas vidas por meio da educação.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus que me sempre me sustentou nessa jornada entre trabalho e pesquisa. Sem Ele, esse trabalho não teria sido concluído.

Em segundo lugar, todas as outras pessoas que aqui serão mencionadas! Agradeço a minha família por todo apoio, lanches e salgadinhos, cafés e impressões de texto.

Essa conquista também é para vocês! Muito obrigada Genuzia, Raquel e Kel!

Agradeço também a Gérson, meu namorado, também pelo apoio (desde a inscrição até hoje com a conclusão), formatação e ouvidos para desabafo. Online, off-line, presencial ou a distância, sempre esteve presente me apoiando e incentivando!

Obrigada! Você foi muito importante nesse processo!

Agradeço às minhas filhas de quatro patas que sempre me deram apoio emocional e companhia, independente do horário: Gersaela, Abigail (sempre presente) e na reta final, também Arya e Trombadinha. Mamain ama!

Agradeço aos meus colegas de trabalho (que não vou citar nomes para não correr o risco de esquecer algum!), pelo incentivo e apoio e por muitas vezes, acreditarem mais em mim do que eu mesma. Vocês foram muito importantes!

Agradeço especialmente a Equipe Gestora da Escola Municipal Doutor João Duarte Guimarães, bem como a Coordenação, por flexibilizarem meus horários e prazos, me permitindo estudar e trabalhar. Jucy, Leila, Hinaia e Paula, eterna gratidão!

Agradeço aos meus professores do Programa de Pós-graduação em Educação da UEFS pelas partilhas de conhecimento e ter me ajudado a ver o mundo diferente!

Muito grata!

Agradeço aos colegas da Linha 3, que sempre foram “bolo doido” e juntavam na hora da discussão! Vocês tornaram a jornada mais divertida!

Agradeço em especial ao meu grupo de “Garotes do Programa”, pois foram cruciais durante todo esse trajeto! Larissa, Alan, Iago e Gabriel muito obrigada pelas resenhas, cervejas, almoços, conversas paralelas, trabalhos, incentivos e escritas! Alguns apelidos serão levados para a vida! (Coisa nossa!)

Não poderia jamais deixar de agradecer aos meus amigos de longas datas (também não vou citar muitos nomes para não apanhar!). Ari, Paty, Flávio, Gal, Luciano, Ramiles, Karina, Pauli, Gabriel, Jane, Tani, Gi, Rosi, Manu, Dan, Gel, Junior, Kamilla, Neto... a todos e todas que não foram citados, mas que também tem muita importância, muito obrigada!

Agradeço grandemente ao meu (dez)orientador, Ivan Faria! Um professor nota dez e que bastante me desorientava para que eu pudesse pesquisar, sair da zona de conforto e reorientar. Uma pessoa que sempre é referenciada pela paciência, ética, acolhimento. Tive a sorte de ter um orientador gentil, amigo e generoso. Sua capacidade de ouvir, entender e oferecer conselhos construtivos é verdadeiramente inspiradora. Obrigada por me ajudar a alcançar meu objetivo e concluir essa dissertação de uma forma leve, apesar de minhas atribulações!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral refletir sobre quais as contribuições da escola para ressignificação da trajetória de vida de estudantes de Educação de Jovens e Adultos em relação à sua inserção social e laboral. Discute a EJA, trazendo à tona desafios para inserção de jovens no mundo do trabalho, tais como a precarização de direitos e das condições laborais, discutindo suas trajetórias ocupacionais e perspectivas de futuro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que analisa inicialmente recortes de vida de 18 jovens por meio de rodas de conversa e de 6 jovens (3 homens e 3 mulheres) com entrevistas semiestruturadas, em uma escola que fica localizada na fronteira rural e urbana no município de Feira de Santana, Bahia. Os resultados apontam que, concordando com as pesquisas nacionais, os jovens quando inseridos precocemente no mundo do trabalho, encontram condições precárias tanto para exercer suas funções, quanto em termos de vínculo e remuneração. Problemas relacionados a dificuldade de acesso a direitos, tais como transporte de qualidade, saúde, segurança e educação, interferem nas suas escolhas profissionais e pessoais. Apontam ainda que não pretendem continuar atuando em suas atividades laborais atuais. As perspectivas de futuro são vagas, haja vista que são poucas as oportunidades apresentadas e quando o são, em muitas ocasiões, as condições socioeconômicas não permitem que sigam. A motivação principal para o retorno aos estudos remete ao desejo de melhorar as condições de vida e, dentre os sujeitos da pesquisa, foi recorrente e unânime o arrependimento em ter abandonado ou não ter aproveitado a oportunidade de se dedicar aos estudos quando mais jovens.

Palavras-chave: Juventudes; trabalho; educação; EJA

ABSTRACT

The main objective of this work is to reflect on the school's contributions to redefining the life trajectory of Youth and Adult Education students in relation to their social and labor insertion. Discusses EJA, bringing to light challenges for the insertion of young people in the world of work, such as the precariousness of rights and working conditions, discussing their occupational trajectories and future perspectives. This qualitative research, analyze the lives of 18 young people through conversation circles and 6 young people (3 men and 3 women) with semi-structured interviews, in a school located between the urban and rural limits of the city of Feira de Santana, Bahia. The results indicate that, in agreement with national research, when young people enter the world of work early, they find precarious conditions both to perform their functions and in terms of employment and remuneration. Problems related to difficulty in accessing rights, such as quality transportation, health, safety and education, interfere with their professional and personal choices. They also point out that they do not intend to continue working in their current work activities. The prospects for the future are vague, given that there are few opportunities presented and when they are, on many occasions, socioeconomic conditions do not allow them to continue. The main motivation for returning to studies refers to the desire to improve living conditions and, among the research subjects, regret at having abandoned or not taking advantage of the opportunity to dedicate themselves to studies when they were younger was recurrent and unanimous.

Keywords: Youth; work; education, EJA

LISTA DE TABELAS E QUADROS

- Tabela 1 Quantidade de alunos por turma
- Tabela 2 Perfil de sexo dos estudantes
- Tabela 3 Meio de transporte utilizado para ir à escola
- Tabela 4 Perfil etário dos estudantes das turmas de Estágio IV e V

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEEP	Centro Estadual De Educação Profissional Em Saúde Do Centro Baiano
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	Pessoa Economicamente Ativa
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação Profissional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão do Jovem

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2. METODOLOGIA	19
3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: ONTEM E HOJE	25
3.1 – O PERFIL DOS EDUCANDOS DA EJA	30
3.2 – UM MOVIMENTO NÃO TÃO NOVO: A JUVENILIZAÇÃO DOS ALUNOS	33
3.3 – DESAFIOS PESSOAIS E ESTRUTURAIS	36
3.3.1 - Configurações e Suportes Familiares	36
3.3.2 – Sobre Ambiência e Segregação Socioespacial	38
4. O MUNDO DO TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES	43
4.1 – MUDANÇAS CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO	46
4.2 – RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE E TRABALHO	52
4.2.1 As Experiências de Trabalho Precarizado na Juventude	55
4.2.2 Desigualdades de Gênero, Raça e Trabalho	56
4.2.3 Natureza das Ocupações e Experiências Profissionais	58
4.2.4 A Precarização de Direitos Trabalhistas	58
4.2.5 Condições de Remuneração	58
5. EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA POSSIBILIDADE NA EJA	61
5.1 TRAJETÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO	63
5.2 SENTIDOS DA ESCOLARIZAÇÃO	66
5.3 A TEMÁTICA TRABALHO NA SALA DE AULA	67
5.4 DILEMAS ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO	69
6. PERSPECTIVA DE FUTURO	74
6.1 PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS	76
6.2 PROFISSÃO IDEAL	78
6.3 PLANOS DE FUTURO	80
6.4 EVOLUÇÃO DA ESCOLARIDADE	82
6.5 FUTURO PROFISSIONAL	84

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
8. REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	100
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	103
APÊNDICE C – ROTEIRO DAS RODAS DE CONVERSAS	106
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	110
ANEXO A – PARECER DO CONSELHO DE ÉTICA APROVANDO A PESQUISA	112

1. INTRODUÇÃO

Ao iniciar esse trabalho, começo me apresentando e contando um pouco de como o mesmo surgiu. Ser professora sempre esteve entre minhas brincadeiras favoritas e levei essa lembrança comigo. Com isso, escolhi cursar o magistério durante o Ensino Médio, sendo esse meu primeiro contato com adultos em sala de aula, enquanto estudantes e meus colegas. Isso bastante me intrigou, pois era uma realidade muito diferente de todos os meus anos de estudo. Foram conflitos de gerações, visões muito diferentes sobre diversos assuntos, como estudos e casamento, porém foi muito enriquecedor.

Do curso de magistério até o de Pedagogia foi um caminho inevitável. Entre estágios, estudos, cursos de extensão, atuação como docente em escolas particulares, fui descobrindo um mundo de possibilidades dentro da sala de aula. Teorizar a minha prática foi um dos exercícios que mais me fascinou na Universidade.

Durante alguns anos, fui professora em escolas particulares. Anos depois, passei em um concurso público para a carreira docente na cidade de Feira de Santana foi uma grande realização pessoal. Contudo, ao me deparar com essa nova realidade, foi desafiador, pois antes os dilemas que eu presenciava no cotidiano de estudantes era ter um celular da moda ou passar as férias na Disney, enquanto que os que passei a presenciar era se a refeição do dia seria jantar ou almoçar, se estaria cansado ou não para ir para a escola ou ainda, se era mais urgente estudar ou trabalhar.

No meu cotidiano docente de escola pública, passei a atuar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Apesar de ser uma realidade vivida por mim no Ensino Médio e Superior, lidar com a diferença etária dentro de uma mesma sala torna-se um grande desafio para o professorado, já que discentes em idades diferentes necessitam de atenção e de planejamentos distintos para aprender. Durante essa jornada, conciliei atuações na gestão e na coordenação escolar, desafio aceito com o intuito de buscar e de lutar por mais recursos para a escola, objetivando oferecer, aos professores, ferramentas capazes de ajudá-los no processo educativo. Programas foram implantados na escola para corrigir a diferença entre idade e série, bem como, durante algumas formações, que abordavam avaliações, metodologias,

cada vez mais me interessei pelo conteúdo e pela forma como eram realizados. Analisando mais a *per si*, comecei a ter novas inquietações.

De metodologias aos projetos formações docente, comecei a perceber que pontos poderiam ser melhorados e fui problematizando ao longo da minha constante (re)construção docente. Assim, surgiram várias reflexões sobre a eficácia desses programas, a adequação da formação dos professores, os materiais didáticos utilizados, fazendo com que surgisse a vontade de estudar mais sobre essa tardia escolarização de jovens e adultos.

Essa vivência na Educação de Jovens e Adultos traz a memória a experiência do educador Paulo Freire, nos anos 1960, em Angicos, interior do Rio Grande do Norte, que trouxe à tona uma realidade: alfabetizar jovens e adultos é possível. Partindo do levantamento de palavras pertencentes ao vocabulário dos participantes e analisando-as a partir da sociolinguística, era possível trabalhar a leitura e a escrita de forma palpável. Entre uma palavra e outra, ainda era feito um exercício de letramento social, de leitura do mundo, na qual os participantes do projeto puderam refletir sobre condições de trabalho, sua realidade e suas histórias de vida.

Ainda hoje, apesar de vários programas e ações para a alfabetização na idade certa, muitos jovens encontram-se em distorção idade-série, muitas vezes sendo “transferidos” compulsoriamente para o turno noturno. Outros ainda precisam trabalhar e, por isso, vão “voluntariamente” estudar à noite. Ainda há outros casos em que os jovens param de estudar por não conseguirem conciliar trabalho e estudo e precisam retornar à escola tempos depois.

Contudo, a experiência exitosa de Freire supracitada, apesar de tantos anos de realizada, dificilmente norteia os currículos, nos quais as experiências sociais e as reflexões sobre suas realidades são tão importantes quanto o ensino do Teorema de Pitágoras ou das classes gramaticais.

Hoje, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) já é organizada como modalidade de ensino. Ela foi pensada para aqueles que não tiveram a oportunidade de se alfabetizar na idade certa, que de acordo ao Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC 2013-2017), ao final do terceiro ano do Ensino Fundamental, as crianças já devem ter desenvolvido proficiência da Língua Portuguesa e em Matemática. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 93944/96 (LDB), a EJA foi tratada de forma mais efetiva como política de Estado e foi vista como possibilidade para elevar os índices de alfabetização da população, além de que,

pensar que uma educação contextualizada é imprescindível para a realidade desses sujeitos, pois em sua grande maioria, os estudantes na EJA são trabalhadores (Lima, Oliveira, Paz, 2015) e o trabalho constitui um tema importante para a reflexão desses educandos, pois traz a realidade de uma parcela desse público para sala de aula.

As políticas mais recentes voltadas para a EJA apresentam uma visão ampliada sobre os processos formativos, não apenas voltadas para os processos mais elementares de alfabetização, incorporando dimensões culturais, políticas e do mundo do trabalho em seus currículos. Logo, em se pensando nas múltiplas dimensões humanas envolvidas na formação escolar, uma esfera que merece uma maior atenção para estudantes da EJA é a do trabalho, tendo em visto ser uma modalidade pensada em grande medida para trabalhadores que estudam.

Assim, a escola tem sido interpelada para pensar seus currículos, seus tempos e espaços formativos para atender a este público, em grande medida formado por jovens que estudam e trabalham. Nessa perspectiva, o trabalho adquire caráter também formativo e a escola deveria contribuir para a promoção do sentido humanizante dessas relações que o mundo do trabalho impõe (Neves; Santos; Freitas, 2017), trazendo a reflexão, além do currículo, do lugar deste cidadão no mundo.

Há um ponto de intersecção central nessa relação entre escola e trabalho por se tratar de uma realidade da maioria dos estudantes dessa modalidade: é um público que precisa dividir seu tempo entre trabalho e estudos (Mendez, 2013). Nesse sentido, a educação para esta modalidade precisa ser pensada também para esses jovens que buscam a escola como forma de ascensão ou inserção profissional. (Neves; Santos; Freitas, 2017), ou seja, articulada às suas perspectivas de futuro.

Para Méndez (2013), hoje, a EJA se depara com exigências a mais, já que o mercado de trabalho muitas vezes exige profissionais multitarefas, competitivos e adaptados às novas demandas, incluindo o domínio do uso de tecnologias. A escola é instada a dialogar com essas movimentações, buscando formas de atualização, que não atendam apenas às necessidades do mercado, mas também possibilitem aos estudantes uma leitura mais ampliada da realidade que os cerca. Nesse sentido, o desafio é oferecer uma formação que contemple as reais necessidades dos estudantes e da sociedade nas escolas que trabalhem com Educação de Jovens e

Adultos que “devem suprir essa necessidade, visto que o trabalho é o contexto mais importante da experiência curricular” (PARECER CNE/CEB, 11/2000). Contudo, ainda há uma dificuldade em conseguir incorporar esse eixo a partir do currículo, pois nem a atual Base Nacional Curricular (BNCC) traz orientações para tal.

A presente investigação se coloca frente às atuais exigências para o ingresso e a permanência no mercado de trabalho, de onde surge o questionamento de como a escola pode estar contribuindo efetivamente para a formação e a inserção social de jovens e adultos trabalhadores. de estudantes de EJA.

Hoje, o perfil dos discentes da EJA, em sua maioria é composto por adolescentes e jovens que não estão em sua série regular, devido a problemas diversos, podendo ser questões de ordem social, pedagógica, financeira ou mesmo, emocional, tais como ansiedade, cansaço e desânimo (Souza Filho, Cassol, Amorim, 2021; Cavalho, 2009). Muitos não conseguem concluir as etapas finais do ensino fundamental, portanto, não acessando o ensino médio, nível de escolarização considerado requisito mínimo para inserção profissional em diversos segmentos do mundo do trabalho. Assim “esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. Histórias que são coletivas. As mesmas vivenciadas por seus pais e avós; por sua raça, gênero, etnia e classe social” (ARROYO, 2005, p. 30) e seguem repetindo as histórias, um ciclo previsível: deixam de estudar para trabalhar e depois voltam a estudar tentando melhorias para o próprio trabalho.

Partindo das reflexões sobre a atual realidade dos estudantes da EJA, essa pesquisa surge muito antes de ser colocada no papel, de forma sistemática. E assim, as “Rafaelas” professora, gestora e pesquisadora aparecem em momentos distintos, haja vista que algumas situações são analisadas à luz de cada uma delas, gerando em alguns momentos conflitos de interpretações. Essas perspectivas conflitantes destacam a complexidade do ser humano, da luta por direitos (ou a negação dos mesmos) e do realizar pesquisa, indicando a necessidade de mais investigação para alcançar um entendimento ainda mais abrangente sobre o objeto de estudo em questão.

Assim, as inquietações que permeiam essa pesquisa, giram em torno de um problema central que se constitui em refletir sobre as experiências educacionais e de inserção social e laboral dos jovens estudantes da EJA. A fim de responder a esse problema, algumas questões foram formuladas sendo elas, como o mundo do trabalho está presente nas aulas para EJA? Como os alunos avaliam a relevância do

processo de formação escolar para sua vida social e profissional? Quais os impactos da formação escolar para sua vida profissional? Quais são os motivos que fazem os estudantes da pesquisa evadirem e regressarem para a escola?

Enquanto objetivo geral, a investigação propõe analisar as experiências educativas para ressignificação da trajetória de vida de estudantes de EJA em relação à sua inserção social e no mundo do trabalho. Enquanto objetivos específicos, são elencados, analisar qual a relevância da formação escolar para os trabalhadores alunos e de projetos futuros; explorar a importância da temática Trabalho para os alunos, a partir de como o tema é abordado em sala de aula; refletir sobre as expectativas, pessoais, profissionais, educacionais, após o ingresso na Educação de Jovens e Adultos; conhecer as principais causas de evasão e regresso de jovens e adultos para a escola.

Para embasar as discussões, o trabalho foi dividido em seções que são apresentados a seguir.

A metodologia delimita os caminhos que a pesquisa percorreu. Assim, contextualiza os passos do processo de produção de dados, através de recortes da vida dos estudantes que estão em processo de finalização do Ensino Fundamental e caminhando para a formação no Ensino Médio, na EJA. Foram alunos de uma escola municipal, situada em um bairro periférico e que fica em uma divisa entre a área urbana e área rural de Feira de Santana, que possui muitas indústrias ao seu redor, assim como casas comerciais e uma feira livre. Foram escolhidas as turmas de Estágio 4 e 5, que correspondem a turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, por atender justamente o público com perspectivas de inserção no ensino médio. Contudo, por escolha dos estudantes, a pesquisa foi realizada apenas no Estágio 5. O intuito foi construir informações relevantes a respeito da importância da EJA para o público-alvo a partir das trajetórias de vida desses referidos alunos.

Nas seções seguintes, busca-se estabelecer diálogos entre os fundamentos teóricos do trabalho e os dados obtidos pela pesquisa empírica. O primeiro bloco temático apresenta uma discussão sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir de um percurso histórico, no qual discute-se a trajetória de negligência ou assistencialismo dessa política pública, passando pela reconfiguração do público-alvo, que se tornou majoritariamente jovem. Há ainda uma discussão sobre a relação dessas pessoas com o bairro, experiências profissionais, bem como desafios e dificuldades que permeiam essa juventude.

Na seção seguinte foram tecidas reflexões sobre o mundo do trabalho e suas transformações, incluindo as mais recentes perdas de direitos e precarizações, como também o público jovem é incorporado a universo laboral. A opção por desenvolver esse tópico, deve-se ao fato de ser um tema central tanto para juventude, quanto para a EJA. Assim, temas como trajetórias ocupacionais, direitos trabalhistas, condições de trabalho e remuneração, como trabalho é abordado em sala de aula e a centralidade do trabalho também foram abordadas.

Na última seção, há a discussão sobre perspectivas de futuro, onde a discussão gira em torno da permanência ou não na atual ocupação, qual profissão ideal e os planos de futuro, escolarização e futuro profissional. Assim os debates foram tecidas na perspectiva de um futuro concebido a partir de um projeto de vida, que pode ou não estar definido no agora e de um futuro deslinearizado.

No tópico final são apresentadas as considerações finais.

2. METODOLOGIA

Para que a pesquisa fosse executada, a opção de abordagem foi a qualitativa, para que se pudesse contemplar com maior profundidade a complexidade e as particularidades de cada grupo de alunos. Segundo Creswell (2014), essa perspectiva de investigação representa uma forma de transformar em dados situações que estão sendo vivenciadas, incluindo fontes de pesquisas tais como fotos, entrevistas e etc., dentro de um contexto real. Entende-se então que mais do que a quantidade de dados, o que foi analisado estava visando a qualidade e o sentido que esses dados apresentaram.

A pesquisa focou na análise das singularidades e das vivências comuns dos sujeitos, incluindo suas trajetórias de vida, que são um processo resultante das relações simbólicas e das condições materiais, que definem formas de pensar, agir e interferir no mundo das pessoas envolvidas, no caso, desta pesquisa (Marinho, 2017). Nesse sentido, entende-se a trajetória de vida “tanto um modo de complexificar a observação dos fenômenos sociais como de situá-los perante as circunstâncias, os contextos e os espaços a partir dos quais indivíduos, as pessoas, em um tempo produzem, no espaço geográfico, a vida social” (Marinho, 2017, p. 27).

A princípio, o planejamento da pesquisa previa o estudo das trajetórias de vida de estudantes de EJA, o que implicaria em analisar processos de existência, situações sociais, de como o ambiente afeta o sujeito e como o sujeito afeta o ambiente. Seria literalmente “dar voz” ao sujeito que está sendo estudado para melhor entender seu contexto social, assim como comportamentos, perspectivas de vida, opiniões e escolhas de vida. Nesta perspectiva, é dar ao pesquisador um contexto no qual as escolhas/trajetórias de vida sejam analisadas dentro de uma conjuntura sociopolítica de quem as construiu, conhecendo as histórias a partir das (re)vivências das mesmas.

Contudo, no decorrer da pesquisa, alguns planejamentos precisaram ser refeitos, haja vista as situações que impactaram a dinâmica escolar, tais como um indicativo de greve, a evasão de muitos estudantes e a falta de transporte para os jovens. Assim, além de adaptações no cronograma, como antecipação de algumas etapas, não foi possível investigar as trajetórias de vida de modo mais aprofundado

e longitudinal, por meio de uma pesquisa narrativa. Assim, optou-se pela análise alguns recortes temáticos das vidas dos entrevistados.

Tendo em vista a relação intrínseca entre trajetórias de vida e as relações sociais que as configuram, é necessário situar-se a si mesmo dentro das relações de estratificação social e como esse meio interfere nas experiências de vida das pessoas. O lugar para a realização da pesquisa é um bairro de Feira de Santana, distante cerca de seis quilômetros do centro da cidade, e circundado por algumas empresas de grande porte, como as multinacionais Pepsico e Fedex, e as nacionais, como a Gazin, fábricas de ração e de óleos de cozinha, outras de logística e carga e descarga de mercadoria, além de algumas organizações menores.

Enquanto ponto de ancoragem da pesquisa, elegemos uma escola municipal que fica localizada na praça principal do bairro e atende, em média 700 alunos, desde a Pré-escola (Grupo 4) até o 9º ano do Ensino Fundamental II, bem como a Educação de Jovens e Adultos com classes referentes as já citadas, nesta modalidade denominadas Estágios I, II, III, IV e V.

A escola foi construída em um terreno que foi desmembrado de uma fazenda e doado por uma das moradoras mais antigas do bairro, O patrono era um médico que ajudou a comunidade e na construção da escola e que foi homenageado após sua trágica morte, em novembro de 1971, dias antes da inauguração da Unidade escolar em janeiro de 1972.

Os sujeitos dessa pesquisa inicialmente, seriam 30 estudantes do Estágio IV e outros 30 estudantes do Estágio V, que participariam da aplicação dos questionários. Contudo, ao apresentar a pesquisa para a turma do Estágio IV, os mesmos declinaram da participação, apresentando pouca mobilização pela temática, assim, apenas a turma do Estágio V aceitou a participação na pesquisa.

O projeto foi apresentado aos estudantes que foram convidados a participar da pesquisa e após serem esclarecidos, houve a entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que fossem assinados e habilitados a participarem (vide Apêndice A). A partir daí, o questionário foi apresentado pela pesquisadora e aplicado pela mesma, afim de que os alunos pudessem tirar possíveis dúvidas (vide Apêndice B) com a turma do Estágio V, todos com idade acima de 18 anos e que se voluntariaram. O mesmo serviu para delimitar o perfil geral sociodemográfico dos estudantes, identificando idade, gênero, raça, trajetórias de escolarização, as condições e os vínculos de trabalho

Estavam previstas inicialmente, apenas entrevistas com estudantes, que seriam escolhidos através da diversidade de perfil e funções exercidas. Contudo, após o exame de qualificação, os rumos da metodologia mudaram. Acatando a sugestão da banca, que trouxe uma rica contribuição para a pesquisa, foram acrescentadas rodas de conversas com o grupo. Assim, após a aplicação dos questionários, foram feitas duas rodas de conversa com os colaboradores da pesquisa. A primeira teve como tema “Meu lugar no mundo: dificuldades e oportunidades” (vide roteiro no Apêndice C), na qual foram discutidas a identidade e o pertencimento ao lugar onde eles viviam. A segunda oficina tinha como tema “Sentidos e significados do trabalho” (vide roteiro no Apêndice C), e a discussão girou em torno das atividades laborais que os mesmos exerciam e como viam a categoria trabalho em suas vidas.

Um levantamento preliminar, que está ilustrado nas tabelas abaixo, traçou um perfil inicial, a partir da matrícula. Esse perfil mostra que a maioria dos estudantes são do Estágio V, por uma diferença de apenas um aluno.

Tabela 1 – Quantidade de estudantes por turma

Estágios	Frequência	Porcentual
IV	42	49,4
V	43	50,6
Total	85	100,0

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da aplicação de questionário

Há ainda a predominância de homens estudando, e a maioria usa transporte escolar, pois não mora na sede e sim em localidades ao redor do bairro.

Tabela 2 - Perfil de sexo dos estudantes

Gênero	Frequência	Porcentual
Feminino	37	43,5
Masculino	48	56,5
Total	85	100,0

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da aplicação de questionário

Tabela 3 – Meio de transporte utilizado para ir à escola

Meio de transporte	Frequência	Porcentual
A pé	39	45,9
Ônibus escolar	46	54,1
Total	85	100,0

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da aplicação de questionário

Em relação a idade, até 29 anos, que é faixa etária limite para participar da pesquisa, somam 84,7%

Tabela 4 – Perfil etário dos estudantes das turmas de Estágios IV e V

Idade	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
15	4	4,7	4,7
16	15	17,6	22,4
17	11	12,9	35,3
18	10	11,8	47,1
19	10	11,8	58,8
20	7	8,2	67,1
21	5	5,9	72,9
22	3	3,5	76,5
23	2	2,4	78,8
24	1	1,2	80,0
26	1	1,2	81,2
28	2	2,4	83,5
29	1	1,2	84,7
35	1	1,2	85,9
37	1	1,2	87,1
39	1	1,2	88,2
43	1	1,2	89,4
45	1	1,2	90,6
49	1	1,2	91,8
50	1	1,2	92,9
56	2	2,4	95,3
61	2	2,4	97,6
63	1	1,2	98,8
66	1	1,2	100,0

Total	85	100,0	
-------	----	-------	--

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da aplicação de questionário

Para a última etapa da pesquisa, que envolveu a realização de entrevistas (vide roteiro no Apêndice D), os critérios de seleção foram: terem idade entre 18 e 29 anos, estarem trabalhando, sendo 3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino, buscando obter perfis com experiências laborais distintas, em termos de vínculos empregatício, área de atuação e experiência profissional.

Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, conduzidas com foco em conhecer os caminhos que conduziram este sujeito para EJA, como a escola ajuda em sua vida social e laboral, quais as perspectivas de futuro e sua relação com o mundo do trabalho. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas em blocos temáticos.

Para garantir o sigilo, os participantes dos grupos de discussão serão identificados numericamente como participantes 1, 2, 3.. De igual modo, os participantes da entrevistas, serão identificados com nomes fictícios a fim de garantir o anonimato das fontes de informação.

Os dados produzidos foram analisados de forma categorizada, a partir das proposições de Gomes (2004), de dividir o texto em unidades de sentido por similaridade para posteriormente agrupar em categorias analíticas e realizar a interpretação.

O primeiro passo foi a análise do questionário, em que pode-se verificar o perfil sociodemográfico dos estudantes, com destaque para informações sobre onde estudaram, quem estaria trabalhando e em qual ramo e qual visão eles tinham da escola.

A partir do questionário, foram montados os roteiros para os grupos de discussão, nos quais os participantes puderam opinar sobre alguns eixos temáticos. No primeiro grupo de discussão, eles puderam falar sobre o lugar que eles moram, relações que ali estabeleceram, dificuldades e oportunidades que ali existem. No segundo grupo de discussão, puderam refletir sobre o trabalho, as dificuldades dos trabalhadores atualmente, relação entre estudo e trabalho, homens e mulheres e suas atividades laborais e profissão ideal.

A partir das reflexões trazidas pelo grupo, foram elencados eixos temáticos, como trajetórias escolar e profissional, experiência na EJA, sentidos da escolarização e perspectivas de futuro, além de haver abertura para a incorporação de categorias emergentes. E assim, a estrutura semiestruturada tomou corpo. Os seis escolhidos, segundo critérios descritos acima, foram entrevistados individualmente.

Muitas opiniões que na roda de discussão não foram dadas, por timidez ou não querer se expor no grupo, foram melhor exploradas dentro das entrevistas. Assim, as entrevistas trouxeram dados mais específicos, apesar de alguns assuntos terem sido discutidos no grupo de discussão, trazendo contribuições muitas ricas.

Tendo em vista alguns relatos dos alunos, que vinham até a pesquisadora em momentos de conversas informais, algumas opiniões foram omitidas a fim de preservar a identidade e segurança dos participantes da pesquisa. Assim, em muitos momentos, a perspectiva da pesquisadora irá sobrepor-se a visão da professora e gestora.

A seguir, ter-se-á discussões baseadas nos dados coletados de forma articulada aos fundamentos teóricos.

3. EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS NO BRASIL: ONTEM E HOJE

No Brasil, é difícil falar de EJA sem considerar a proposta freiriana de educar os oprimidos, que consiste numa prática contra a educação bancária, na qual o que é aprendido nas aulas, é “sacado” durante as provas, sem reflexões sobre a realidade do educando, e sem que o mesmo reflita e possa agir sobre ela. Dentro de uma sala de aula de EJA há uma diversidade de idades, histórias de vida, objetivos, perspectivas e desejos, mas quase sempre marcadas por processos de exclusão.

Para contextualizar a Educação de Jovens e Adultos, foi traçada uma reflexão sobre seu processo histórico, configuração atual e as implicações de temas pertinentes ao público-alvo de trabalhadores estudantes.

Educar jovens e adultos é uma realidade desde o período da colonização brasileira. Para catequisar os indígenas, os jesuítas alfabetizaram os adultos como uma forma de ensinar-lhes preceitos religiosos, enquanto as elites, quando escolarizadas, formavam-se na Europa. E aí começou um dos binômios da educação brasileira que atravessa a colonização e persiste até a atualidade: o elitismo, no qual as camadas mais ricas da população receberiam a melhor educação, e a exclusão, na qual a educação das camadas mais pobres foi desenvolvida com o intuito facilitar a dominação e de formar “novos cristão”.

A educação no Brasil Colônia, começou com a vinda da Companhia de Jesus e tinha caráter religioso e perdurou por 210 anos, entre 1549 a 1754. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, pelo Marquês de Pombal, como uma tentativa de centralizar o poder na Coroa Portuguesa, evitando interferências religiosas, as aulas régias¹, que eram aulas independentes entre si e que vieram para substituir o método jesuítico, porém eram tão voltadas somente para as classes dominantes. (Maciel; Neto, 2006)

A partir de 1824, a constituição brasileira do Império previa a garantia de educação primária para todos, lei que infelizmente não foi efetivada, pois sua implementação como política educacional não se concretizou, por interesses da

¹ As Aulas Régias foram instituições educacionais estabelecidas durante o reinado de Dom José I de Portugal, no século XVIII, sob a influência do Marquês de Pombal. Tinham como um de seus objetivos promover uma educação mais laica e técnica. Buscavam ainda o desenvolvimento intelectual e econômico de Portugal. Para maiores informações, consultar o artigo “A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino” (Maciel; Neto, 2006) disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/7bgbrBdvs3tHHHFg36c6Z9B/?format=pdf&lang=pt>

época. Naquela época, o Brasil era predominantemente rural e não industrializado, e a educação não era considerada um pré-requisito essencial para a vida em sociedade. Então, com o Ato Constitucional de 1834, foi definido que cada província seria responsável pela educação primária e secundária dos habitantes, em especial dos jovens e adultos. Vale ressaltar que essa educação era de caráter caridoso, ofertado pelas províncias, e não sendo um direito pleno, mas sim um ato de caridade das pessoas letradas para com os não letrados. (Ferreira Jr., 2010), pois “era preciso ‘iluminar’ as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso” (Stephanou; Bastos, 2005, p. 261).

No período pré-republicano, a situação tornou-se ainda mais complicada, pois com as reformas Leôncio de Carvalho² e a lei Saraiva (1881)³, os adultos não alfabetizados eram considerados incompetentes e perderam o direito ao voto. Assim, a República inicia-se com um movimento de exclusão dos que não sabiam ler e escrever.

No início do século XX, as pessoas analfabetas foram responsabilizadas pelo então governo de Rodrigues Alves, que governou o país de 1902 a 1906, pelo atraso do país. Foi então iniciada uma batalha contra o analfabetismo, quando em 1915, criou-se a Associação Brasileira de Educação, que trazia como uma de suas bandeiras a ideia de que a pessoa que era analfabeta precisava procurar se alfabetizar, para tornar-se um ser produtivo (Strelhow, 2010).

Apenas em 1934, com a criação do Plano Nacional de Educação, com a garantia da educação primária integral e gratuita, as pessoas não alfabetizadas foram incluídas nas ainda incipientes políticas públicas. Foi preciso mais de 400 anos para que as pessoas adultas fossem incluídas como seres de direito e com plano de educação específico.

A partir da década de 1940, várias ações específicas foram feitas para a efetivação da educação de adultos, destacando-se, pela abrangência que tiveram no país, o Serviço de Educação de Adultos e a Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947, além da Campanha de Educação Rural, iniciada em 1952, e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958. Contudo a ideia de que se tinha em relação a este tipo de público continuava dificultando o avanço: não

² Em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho caracterizava o analfabeto como dependente e incompetente (Stephanou; Bastos, 2005).

³ A Lei Saraiva corrobora com a ideia da Reforma de Leôncio de Carvalho restringindo o voto às pessoas não alfabetizadas (Stephanou; Bastos, 2005).

se tinha superada a ideia de adultos iletrados como ignorantes ou incapazes, mas agora acreditava-se que seria mais fácil alfabetizar adultos, devido a métodos de ensino mais simplificados, logo não precisariam de uma formação específica. (Stephanou; Bastos, 2005)

Entre as décadas de 1950 e 1960, muitas ações foram feitas para educação de adultos, tais como campanhas de alfabetização, criação de programas educacionais específicos, além de formação de professores especializados em adultos. Enquanto destaque, teve Paulo Freire, um educador nordestino, que defendia a proposta de que a educação precisa ser contextualizada, isto é, precisa de uma reflexão sobre as necessidades dos educandos para que a as mesmas sejam incorporadas aos ensinamentos. Com o Golpe Militar, em 1964, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), cuja proposta era alfabetizar funcionalmente os educandos, sem uma reflexão maior sobre seu contexto e de modo a responsabilizar único e exclusivamente o educando sobre suas aprendizagens e sem considera-lo como sujeito social, que possui conhecimentos de vida (Strelhow, 2010).

Apenas na Nova República há a primeira explicitação legal da garantia da alfabetização de Jovens e Adultos, tendo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso I (Emenda Constitucional nº 59, de 2009), o dever do Estado na oferta de educação escolar regular para jovens e adultos. As diretrizes preveem a flexibilização das propostas a partir da realidade do educando, no inciso VI, que define que os currículos considerem as características dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, sendo reforçada em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que a partir de seu artigo 37, que começa a discutir sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a define enquanto modalidade e com o objetivo de propiciar a oportunidade de alfabetização e/ou crescimento intelectual partindo de uma metodologia voltada para este público específico.

Atualmente, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que começou a tomar forma em 2015 e foi oficializada em 2017, para ser implementada até 2020, apresenta os conteúdos, habilidades e competências mínimas para cada modalidade e etapa de ensino. No entanto, o documento mostra que pouco ou nenhum esforço foi despendido para o público de Jovens e Adultos, composto por estudantes que retomam os estudos mais tardiamente, após terem acumulados conhecimentos e vivências de mundo (Carvalho *et al*, 2020). É passível de

questionamento quando um documento não menciona um tipo de modalidade, tornando o currículo mais homogêneo e sem levar em conta as especificidades dos diferentes públicos. Apenas a inclusão na BNCC não garantiria por si só a solução para o problema da EJA, contudo seria uma porta aberta para a discussão sobre a importância de se pensar um currículo voltado para as diversidades da modalidade. Dentro do Plano Nacional de Educação (2014-2024) não há, por exemplo, um objetivo específico que vise o aprimoramento dos profissionais para trabalhar com esse segmento, o que demonstra um possível desinteresse por partes dos governantes com a EJA.

Outro ponto que merece destaque é que a EJA deveria ter, além da necessidade de adaptação curricular para a realidade desses estudantes, ações para uma formação específica para os professores que atuam com tal segmento, que possibilitassem a construção de uma concepção de educação integral e não fragmentada, que reconhecesse que o estudante traz consigo conhecimentos que foram construídos durante suas experiências formativas, dentro e fora da escola. Como pontua Gadotti (2014), é uma humilhação para os adultos terem de estudar com metodologias e atividades infantilizadas. A proposta mais adequada seria, na visão de Paulo Freire, construir uma ligação entre o conhecimento popular e o sistematizado, de modo que o estudante da EJA pudesse ter seus saberes e experiências reconhecidos e incorporados no processo de formação escolar.

Além de Freire, há alguns teóricos, como Pierre Furter (1972), que também apontavam há décadas para o equívoco que é trabalhar com jovens e adultos com metodologias, com currículos e com os mesmos conteúdos que se trabalham com crianças e adolescentes. Assim, surge ainda a necessidade de aprendizagens diversas, inclusive para uma sociedade cada vez mais conectada, onde utilizar uma rede social, conectar uma TV à internet, etc. e a escola não está atenta a isso.

Outro motivo para pensar a complexidade da Educação de Jovens e Adultos está nos motivos que levam à evasão. De acordo aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD Educação 2019, que divulgou pela primeira vez dados sobre abandono escolar, mostra que entre 50 milhões de pessoas com idades entre 14 a 29 anos do país, 10,1 milhões, ou seja 20,2%, não completaram nenhuma etapa da educação básica, seja por nunca terem frequentado ou por terem evadido. Dentro desses 10,1 milhões de brasileiros, 71,7% eram pretos ou pardos. Quando é feito o recorte por gênero, os números mostram que nesse grupo, 66,3% dos

homens e 60,7% das mulheres não frequentam a escola ou não concluíram a etapa de alfabetização (Pnad, 2019).

Devido a Pandemia da Covid19, o IBGE mudou a coleta de dados que antes era feita de porta em porta e acabou sendo feita por telefone, o que diminuiu a taxa de aproveitamento das amostras para a PNAD. Assim, não foram incluídos os dados de 2020 e 2021. Já na PNAD Educação 2022, houve algumas alterações em relação a essas porcentagens. Pessoas de 14 a 29 anos que não frequentam a escola e que tem nível de instrução inferior ao nível médio somam 9,5 milhões. Destes, mais de 70% se declararam pretos ou pardos. A porcentagem referente ao recorte por gênero, os homens somam 58,8% e as mulheres, 41,2% (Pnad, 2019).

A evasão tem motivos que diferem entre adultos e crianças. Taxar o aluno enquanto evadido sem levar em consideração os motivos para sua saída da escola é o mesmo que culpabilizá-lo por não estudar (Gadotti, 2014). Na pesquisa supracitada (Pnad, 2019), os principais motivos para o abandono/evasão têm várias raízes e vão de necessidade de trabalhar (40,1%) e a falta de interesse (28,6%). Ou seja, não é apenas o trabalho o motivo para abandono/evasão. Quando analisamos por gênero, dos homens 50% apontaram precisar trabalhar e 33% disseram não ter interesse. Quando analisamos as respostas das mulheres, o principal motivo foi não ter interesse em estudar (24,1%), depois a gravidez e trabalho (ambos com 23,8%). Ampliando ainda mais a discussão, 11,5% das mulheres afirmaram que realizar os afazeres domésticos era o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, contrastando com os homens cujo este percentual cai drasticamente para 0,7%.

Quanto ao motivo de abandono, na PNAD 2022, a necessidade de trabalhar, manteve quase estável, indo para 40,2%, enquanto a falta de interesse caiu para 24,7%. Fazendo o recorte por gênero, para os homens, a necessidade de trabalhar estava com 51,6%, seguido de não ter interesse de estudar (26,9%). Para as mulheres, o principal motivo foi também a necessidade de trabalhar (24,0%), e em seguida a gravidez (22,4%) e não ter interesse em estudar (21,5%). Além disso, outro dado apresentado na pesquisa é que 10,3% das mulheres sinalizaram os afazeres domésticos ou cuidar de pessoas como o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, que no caso dos homens, este percentual foi irrisório (0,6%).

Nessa perspectiva, as condições de homens e mulheres que frequentam a EJA, possuem singularidades, mas a centralidade do trabalho nas suas trajetórias precisa ser considerada. Sua situação econômica, local e as condições de trabalho e, de saúde e a compatibilidade de suas obrigações laborais e as escolares afetam diretamente sua experiência escolar.

Atualmente, enquanto política de permanência nas escolas, o Governo Federal lançou um programa nacional intitulado “Pé de meia”, que tem como objetivo garantir que os estudantes do Ensino Médio, da rede pública, permaneçam na escola e concluam seus estudos, com a oferta de apoio financeiro. Ao incentivar a permanência escolar, busca democratizar o acesso à educação e reduzir a desigualdade social entre os jovens, promovendo assim uma maior inclusão social.

Além disso, o programa visa estimular a mobilidade social por meio da educação, pois funciona em forma de poupança, em que a cada ano concluído, um valor é depositado, que só pode ser sacado após a conclusão do Ensino Médio. Há ainda, um depósito mensal, que pode ser sacado a qualquer momento.

Apesar de a EJA estar inserida no programa, o público alvo para esta modalidade é de 19 a 24 anos, o que acordo a Tabela 4, detém 80% dos estudantes nos Estágios IV e V, que correspondem ao Ensino Fundamental II. Ou seja, dificilmente esses alunos sejam alcançados por esse programa, haja vista que, quando estiverem nos Estágios correspondentes ao Ensino Médio, já tenham passado da idade do público alvo.

3.1 O PERFIL DOS EDUCANDO DA EJA

Frente a um mundo que está cada vez mais exigente em relação à trabalho e à formação pessoal e profissional, o público de EJA está a cada dia se modificando. A heterogeneidade de públicos, que é característica da modalidade, é decorrente de motivos diversos, que fazem com que esses alunos voltem para sala de aula, seja disponibilidade de tempo pela aposentadoria, ou como apoio para poder mudar de cargo ou conseguir um emprego.

Essa diversidade já era identificada por Paiva (1983), ainda na década de 1980, quando apontava que o perfil era composto por

[...] homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias e moradores rurais. (...) São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas (Paiva, 1983, p. 19).

Atualmente, além do público tradicional da Educação de Jovens e Adultos (EJA), enfrentamos o fenômeno da juvenilização dessa modalidade, resultado das trajetórias de insucesso escolar entre pessoas que ainda não alcançaram a fase adulta. Esses jovens têm seu direito à aprendizagem assegurado, porém, para além dessa oportunidade de formação, é essencial que a escola os reconheça como sujeitos de direitos. Isso implica incorporar os saberes construídos por eles em suas experiências de vida e considerar suas singularidades enquanto adolescentes ou jovens. Questões como identidade em construção, autonomia financeira precária e experiências com violência devem ser levadas em conta na prática escolar.

Nesse sentido, a escola constitui-se enquanto um espaço para construir novas formas de aprendizagem, perspectivas de futuros, socialização para com este grupo que dá continuidade aos seus estudos com distorção idade/série.

Há ainda a necessidade de romper com a visão assistencialista desta modalidade de ensino, como se para recuperar o tempo perdido fosse necessário reiniciar as atividades e conteúdos relacionados a série que parou. Durante o tempo que este sujeito ficou afastado da escola, ele construiu aprendizagem significativas para sua vida social, no contato com o mundo do trabalho, com a família e a sociedade de modo geral. Assim, toda aprendizagem é válida e defender esta ideia é defender que educação se faz por toda a vida. Pinto (2010) destaca que um indivíduo inserido em um contexto social, seja através da igreja, do trabalho ou da vizinhança, possui direitos e deveres, e sua condição de analfabetismo ou semianalfabetismo não é necessariamente um impedimento absoluto para que exerça seu papel como cidadão. Essa realidade reflete-se na diversidade de experiências presentes dentro de uma única sala de aula.

Se de um lado, temos um público com mais idade, incluindo os aposentados, que voltam a estudar para se manter na ativa e/ou voltaram a trabalhar para complementar a renda, há ainda aqueles que entraram no mundo do trabalho precocemente e precisam retornar aos estudos para manter os empregos ou melhorarem os cargos.

Outro perfil de educando recorrente é daqueles que precisam trabalhar e por isso optam em cursar a EJA, por ser muitas vezes a única opção para estudarem à noite. Existem também os desempregados que, enquanto buscam entrar novamente no mercado de trabalho e para isso, buscam se escolarizar. Ainda existem aqueles que por insucesso escolar, causado por inúmeras repetências, são lançados para o noturno. Reprovação, evasão, distorção idade-série e abandono fazem parte do mesmo problema. E aqui é necessário diferenciar evasão e abandono. O abandono é quando o aluno deixa temporariamente a escola, retornando nos anos seguintes. Já a evasão, o aluno deixa permanentemente a escola, não voltando a fazer a matrícula (Abramovay; Castro, 2003).

De acordo ao Censo Escolar 2022 (Ibge, 2022), juntando escolas estaduais e municipais de Feira de Santana, nos anos finais, 39,1% dos alunos estão em distorção idade-série, que são aqueles que estão com dois ou mais anos de atraso. Dentro deste panorama, temos os sujeitos desta pesquisa. A partir do questionário aplicado, tivemos oito mulheres e nove homens. Desses, onze trabalhavam formal ou informalmente.

A partir do perfil obtido com o questionário, foram selecionadas pessoas para a etapa da entrevista. Esses colaboradores serão apresentados a seguir.

Gilberto (18 anos), sempre trabalhou, desde criança, foi abandonado pela mãe, pai violento, sendo criado pela avó. Nasceu em Feira de Santana, contudo passou por várias casas de parentes e atualmente mora com uma tia. Por conselho das primas, matriculou-se no noturno e assim, consegue trabalhar e estudar. Trabalha como ajudante de pedreiro.

Jamile (28 anos) nascida em Santa Bárbara, também começou a trabalhar cedo, para ajudar na renda em casa. Trabalhou sempre como doméstica. Deixou de estudar para trabalhar. Agora, casada e mãe de 3 crianças, consegue retomar seus estudos. Trabalha como empregada doméstica.

Larissa (26 anos), foi mãe na adolescência. Nasceu em Feira de Santana e mora no distrito que criada. Relata falta de apoio e união da família. Deixou de estudar devido a maternidade e agora, com eles maiores, consegue retomar os estudos. Fora do mercado de trabalho, vende rifas.

Rafael (24 anos), nascido em Feira de Santana e criado no mesmo bairro que fica a escola. Morava com sua família, porém casou e foi morar com esposa e filhos.

Atualmente mora só pois se separou. Relata ter começado a trabalhar na adolescência e atualmente é motorista.

Gerusa (20 anos), nascida em Feira de Santana, mora no mesmo lugar que foi criada, distrito de Feira. Mora com os pais. Começou a trabalhar vendendo moda íntima para terceiros e incentivada pela irmã, começou a vender para si própria. Ainda cuida de criança para complementar a sua renda.

Wallace (28 anos), nascido em Feira de Santana, também foi criado em um distrito, porém, mais próximo ao bairro da escola. Mora com a mãe, que foi encostada por lesões de trabalho e atualmente está aposentada. Trabalha, enquanto funcionário, em um pequeno empreendimento do bairro. Tem uma filha de 4 anos que mora em um distrito distante de Feira de Santana.

3.2 UM MOVIMENTO NÃO TÃO NOVO: A JUVENILIZAÇÃO DOS ALUNOS

Falar de juventude em si já é um desafio quando percebe-se a multiplicidade de sentidos que a própria palavra traz. A delimitação dessa fase da vida apenas por um critério cronológico é limitada. Pensando a partir de uma perspectiva sociológica, e levando em consideração as desigualdades sociais, religião, classe social, gênero, grupo étnico, perceberemos que apenas a ideia de uma forma única de ser jovem não contempla a profundidade de possibilidades de marcadores sociais que constituem essas experiências. Nesse sentido, o mais aceitável seria falar em juventudes, pois consegue abarcar uma gama maior de sentidos, configurações e condições de ser jovem.

Assim, no Brasil, a juventude também não é um conceito de configuração simples baseada no critério etário, dada a complexidade de fatores que interferem e influenciam, tais como transformações biológicas, psicológicas, sociais, culturais, que também sofrem interferência de gênero, cor, raça e classe social. A adolescência, apesar da sua condição plural também, tem seus contornos demarcados de forma mais consensual pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como o período compreendido entre 12 e 18 anos incompletos (Lei nº 8069/90). Do ponto de vista, cronológico a juventude é definida como a fase entre a adolescência e a fase adulta (Trancoso; Oliveira, 2016).

Dito isso, não há uma única delimitação para uma categoria tão ampla e diversa, trazendo a necessidade de chamarmos de juventudes, no plural, para

simbolizar a pluralidade de significados que esse grupo geracional representa. Assim sendo, não há uma única forma de definir ou limitar todas as experiências e atravessamentos que as juventudes trazem consigo (Troian, Breitenbach, 2018; Prado, Silva, Silvestrini, 2020).

Partindo da ótica de Luis Antonio Groppo, o termo "juventudes", refere-se a uma pluralidade de experiências, identidades e vivências associadas aos jovens (Groppo, 2004, 2016). Groppo destaca a heterogeneidade da categoria, mas como um conjunto diversificado de grupos, cada um marcado por suas próprias características culturais, sociais, de gênero, de cor, raça e econômicas, como traz que

[...] a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada ou pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos. (Groppo, 2000, p.8)

O autor ressalta também que a juventude é uma fase da vida permeada por transformações e que as experiências vividas nesse período, tais como a entrada no mercado de trabalho e a busca por independência, podem variar consideravelmente, baseadas nos fatores já citados anteriormente.

Na EJA, essas juventudes estão sendo percebidas na escola e chamando a atenção dos educadores: há um número crescente de alunos jovens nas salas de aula, que passa a ser uma preocupação, sendo inclusive o maior segmento dentro do público alvo (alunos jovens, adultos e idosos e trabalhadores), e também reflete o insucesso da escolarização na idade certa (Souza Filho, Cassol, Amorim, 2021).

Para o sistema educacional é desafiador acolher esse público, sendo necessário salientar que são alunos marcados por trilhas de insucessos escolares, que muitas vezes se inicia com uma política excludente de alfabetização na idade certa, e, posteriormente, são retirados de suas séries regulares para não aumentar índices de distorção idade/série. Assim, vão para classes de regularização de fluxo, através de programas de aceleração de séries, como por exemplos, em Feira de Santana, os programas Se Liga e Acelera, uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e o Instituto Ayrton Senna. Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos, toma um caráter de cunho social de inclusão ao acolher esse público (Souza Filho, Cassol, Amorim, 2021; Cavalho, 2009).

Há ainda, aqueles adolescentes que necessitam entrar precocemente no mundo do trabalho, seja ele formal ou não, e com isso, só conseguem estudar à noite.

Constitui-se então, um desafio ao professor e toda a comunidade escolar refletir a melhor forma de acolher e dar encaminhamentos para esse novo sujeito em sala de aula. Em relação a isso, Silva e Lima (2007, apud Carvalho, 2009, p.250) acrescentam que:

A não-incorporação da problemática da juventude na EJA nos conteúdos dos cursos e seminários destinados aos professores deixa uma grande lacuna nos processos de capacitação que não se resolve pela prática em curso, de professores agindo individualmente, sem uma discussão coletiva que possibilite a sistematização das experiências individuais, de forma a levantar elementos teórico-metodológicos que contribuam para o enriquecimento das práticas pedagógicas e que apontem caminhos capazes de responder aos desafios pedagógicos trazidos pela presença dos jovens no cotidiano da EJA.

Logo, não se pode tratar as diversas faixas etárias, unificando-as como um único público e tratando-as como iguais. Assim, como em todas as modalidades e segmentos, há a possibilidade de pensar sobre o que será estudado e como será estudado de acordo ao perfil do alunado, e na EJA essa preocupação necessita tornar-se ainda mais evidente e ainda mais latente, visto que na sala de aula, há objetivos muito diversos para estudar.

Dada a complexidade da sala de aula da EJA, “uma outra relação entre conhecimento e vida se constitui por intermédios dos sujeitos em comunhão, freireanamente falando. Os espaços da Educação ganham outros sentidos, o sentido da vida, o sentido de vidas” (Costa; Evangelista, 2017, p.62-63).

Depois da regulamentação da EJA enquanto modalidade de ensino, o que em outrora era concebida como compensatória, com a LDB, toma idealmente um caráter reparatório e com isso, surge a necessidade de repensar as políticas públicas e de formação de professores, além de pensar uma educação que leve em consideração as histórias de vida dos discentes para a construção de saberes significativos, motivadores, libertadores. A educação contextualizada e que faça ponte entre a educação formal e a experiência do cotidiano apresentar-se-ia como uma forma mais viável para chegar aos educandos.

Portanto, é importante refletir sobre os caminhos que levaram a tantos jovens chegarem a EJA com tamanha defasagem idade/série. Essa juvenilização é um

processo complexo e que exige que seja analisado sob a ótica pedagógica, política, legal e estrutural. Não deveria ser um “depósito” de alunos em distorção idade/série e sim, tomar medidas antes que a trajetória desse adolescente/ jovem seja de insucesso.

3.3 DESAFIOS ESTRUTURAIS E PESSOAIS

A juventude pobre e negra no Brasil enfrenta desafios pessoais complexos que refletem as desigualdades sociais e raciais estruturalmente existentes no país. Desde o início do regime escravocrata e mesmo após a promulgação da Lei Áurea, que abolia a escravidão no Brasil, a população negra no Brasil segue uma trajetória de vulnerabilidade, violências e falta de condições dignas de subsistência (Hüning, Silva, Braga Netto, 2021).

No âmbito educacional, a Lei n. 10.639/2003, que traz a obrigatoriedade dos estudos sobre a história e a cultura afro-brasileira, só foi aprovada 115 anos depois da abolição da escravatura e, apesar de muitos benefícios, a Lei por si só não garante sua implementação. Toda essa trajetória de atrasos de direitos e deveres, ocasionou a suscetibilidade a população negra e jovem no Brasil, deixando-os a mercê de “violência, sendo os mais atingidos pelo desemprego no país, com envolvimento em casos de narcotráfico e criminalidade” (Troian; Breitenbach, 2018, p.794).

Apesar de todos os conflitos que permeiam o universo da juventude, há ainda aqueles que resistem e buscam através da escola dar um novo significado para sua vida, ou ainda abrir tentar novas oportunidades através dos estudos. Assim, haverá abaixo alguns desafios elencados/citados pelos sujeitos da pesquisa.

3.3.1 Configurações e suportes familiares

O ser humano é um ser social. O primeiro grupo do qual faz parte é o grupo familiar, assim, há uma importante influência da família para a socialização e a constituição do sujeito. Para as juventudes, as formações familiares são muito importantes, pois constituem-se enquanto ponto de apoio, apesar dos conflitos de geração, da decepção causada pela idealização do ideal de família e o confronto

com o real, que apesar de ser motivo de problemas e preocupações, também é um “lugar seguro” para voltar (Gonçalves, Coutinho, 2008). Assim, pode-se entender a

(...) família como a instituição em que os jovens mais confiam, o suporte vital para seu amadurecimento: ela é a responsável pelo apoio e pela orientação de que necessitam para enfrentar os problemas que a vida lhes apresenta (Gonçalves, Coutinho, 2008, p. 600).

Assim sendo, ainda que indiretamente, a família desempenha o papel de apoio no processo de construção da autonomia do jovem, mesmo que haja conflitos, trazendo a coexistência entre as referências do grupo de origem e as demais construídas nos demais espaços de socialização. Para os sujeitos desta pesquisa, a percepção não é diferente. Apesar de padrões diferentes de família, é com o apoio da mesma que eles quase sempre contam para poderem se manterem estudando, trabalhando e constituindo seus novos grupos familiares.

No caso de Gilberto (18 anos) após o abandono da mãe, a morte da avó (quem o criou), e o comportamento violento do pai, tios e tias o acolheram e primos e primas o incentivaram a estudar no noturno para não abandonar a escola. Jamile (28 anos) deixou de estudar para complementar a renda da família, contudo foi com o apoio do marido, com quem constituiu novo grupo familiar, que ela conseguiu voltar a estudar.

Larissa (26 anos) alegou sentir falta de mais união na família. Contudo, voltou a estudar quando as crianças estavam maiores (8 e 5 anos) e conta com a ajuda das tias e da mãe para olhar os filhos quando ela está na escola, confirmando o que já foi citado anteriormente, onde apesar das decepções – no caso dela, a desunião – é com a família que o jovem conta em situações em que precisa de apoio.

Gerusa (20 anos) ainda mora com os pais, sendo os mesmos os mantenedores da casa. Apesar de trabalhar para si, declara que o que ganha é pouco e dá apenas sustentar a si própria. Desse modo, o ambiente familiar da mesma se constitui enquanto lugar de provimento e de apoio para enfrentar problemas cotidianos, pois foi com a ajuda da irmã, que deixou de vender roupas íntimas para um comerciante e passou vender por conta própria.

Wallace (28 anos) e Rafael (24 anos) moravam com suas famílias até constituírem as suas próprias. Com a separação, tiveram caminhos diferentes: suas respectivas mulheres foram morar com seus filhos em outra localidade, porém,

próximas de suas famílias de origem. Contudo, Wallace (28 anos) voltou para casa da mãe e Rafael (24 anos) seguiu morando só, mas perto de sua família, pois, mesmo que sem dividir o mesmo teto, a opção se deu por conhecer a vizinhança e ter um valor de aluguel mais acessível.

Isso demarca, para estes sujeitos, o que outras pesquisas já mostraram que

(...) os jovens brasileiros se voltam para a família como importantes trocas afetivas e simbólicas, buscando uma estabilidade diante de um quadro de ausência de ação pública e exercício de direitos (Gonçalves, Coutinho, p. 603, 2008).

Um ponto interessante é que, no contexto desta pesquisa, apesar de terem sido citados alguns problemas (desunião, brigas), é para essas famílias que as pessoas entrevistadas voltaram no momento em que tiveram algum problema. Quando não há garantias de emprego, mesmo quando não há convivência harmoniosa, até mesmo quando há precárias situações de vivências, o que eles têm de estável, é o apoio, ainda que limitado, das famílias.

3.3.2 Sobre ambiência e segregação socioespacial

Dentre os depoimentos obtidos nas rodas de conversas e entrevistas, um assunto recorrente entre os participantes da pesquisa foi a conexão das pessoas com o lugar, o bairro onde vivem. Para Yi-Fu Tuan, o que traz que essa sensação de pertencimento é “[...] o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal” (Tuan *apud* Duarte et al, 2021, p. 2). Ou seja, o espaço de moradia e de sociabilidade é vívido e carregado de afetividade.

Aqui no Brasil, Milton Santos traz a ideia de lugar como o espaço de vivências, mas também como o cotidiano e as relações dialéticas que há ali (Santos, 2004), ou seja, “o lugar é onde estão os homens juntos, sentidos, vivendo, pensando, emocionando-se” (Santos *apud* Arroyo, 1996, p. 59). Esse contexto geográfico e social é um espaço vívido e significativo para os sujeitos que ali habitam.

Quando questionados, na Roda de Conversa, sobre como era morar naquele bairro, as respostas foram diversas. Porém, no momento que foram perguntados sobre as oportunidades/facilidades proporcionadas pela localidade, as respostas

foram diversas apontando algumas dificuldades, principalmente quanto ao transporte urbano, o que dificulta a locomoção para o trabalho, estudo e até mesmo para procurar emprego, como também como a falta de oferta de trabalho que tenha seguridade social, restando apenas subempregos que foram exemplificados como “estocar pasto e arrancar toco”.

No mesmo contexto de investigação, buscou-se identificar algumas representações sobre o lugar onde viviam. Foi solicitado que os participantes pensassem em uma palavra que definisse como era morar naquela localidade e foi descrito como “desafio”, “obstáculo” e “paz”, por três participantes e tiveram a anuência do grupo.

Indo mais fundo nas reflexões, uma fala chamou atenção pela anuência do grupo, quando eles concordam que ali é um lugar de “paz”, conceito esse que pode remeter a outros significados e vir a ter outros nomes. O fato de ser um bairro desassistido em alguns aspectos como transporte, saúde e educação, já citados aqui, reflete também na segurança pública.

Não são raros os relatos de crimes nas regiões circunvizinhas a escola, bem como com os alunos. Infelizmente, a faixa etária mais atingida, corresponde a estudada por essa pesquisa. Cerca de 52,1% são jovens, entre 18 e 29 anos, as maiores vítimas do crime em Feira de Santana, no ano de 2023, de acordo a Secretaria de Segurança Pública (Bahia, 2024). Assim, muitas vezes o que é traduzido como paz, pode na verdade ser insegurança, medo, possível presença de facções ou até mesmo toque de recolher.

Porém, ao serem questionados sobre a possibilidade de mudança, responderam, muitos alegaram que gostariam de mudar de trabalho, mas não do lugar de moradia. Outros explicaram que gostariam de permanecer, pois se sentem seguros onde estão. Isso traz à tona mais uma vez, a sensação de pertencimento ao lugar. Eles sabem onde e quando podem ir, já tem relações estabelecidas com outras pessoas que ali moram, logo mudar para outro lugar, seria transitar pelo desconhecido.

Ou seja, apesar de elencarem dificuldades, as falas que traziam aquele espaço enquanto lugar, de pertencimento de Milton Santos (2004) e de Yi-Fu Tuan (*apud* Duarte et al, 2021), tiveram aceitação do grupo. As relações que foram estabelecidas naqueles espaços, aparentemente, superam as dificuldades.

Trazendo as mesmas reflexões para as entrevistas, as respostas foram mais detalhadas, porém, mantiveram o padrão.

Jamile (28 anos) reclamou da dificuldade com o transporte:

É bom (...). Mas tipo assim, que eu trabalho, eu preciso pegar transporte [...] Às vezes chego até chegar 8h30, que é para chegar 7h50. Aí eu chego atrasada. Às vezes o patrão lá reclama, mas não tem jeito, é o transporte.

Contudo, ressaltou as relações afetivas que cultivou no bairro, afirmando que “[...]tenho bastante amigos. É tanto assim, quando eles não me veem, eles me perguntam: vizinha, por que você sumiu?”.

Rafael (24 anos) e Wallace (28 anos), respectivamente, também concordam com a ideia de lugar, de pertencimento quando questionados sobre amizades e dizem que

Tranquilo, se dou bem com os vizinhos, tranquilo. Bairro tranquilo, todo mundo conhece um outro, viu todo mundo pequeno.

Com certeza tenho. Tenho muitos, mas muitos não. [...] É bom, é um bairro sossegado, tranquilo.

Em contrapartida, quando se questionam as dificuldades, aparecem relatos que ficam no limiar entre a segregação socioespacial e o racismo ambiental. A noção de segregação socioespacial, na perspectiva de Villaça (2001), sinaliza que a “tendência à concentração de determinado grupo social em área específica, sem, portanto, haver exclusividade” (Villaça, 2001, p. 21). Isso acontece quando, por exemplo, as camadas mais pobres da população ocupam lugares de difícil sobrevivência, tais como encostas, áreas próximas a lixões ou a margem de rios, invasões. Acontece também quando o Estado constrói conjuntos habitacionais muito longe dos centros urbanos e muitas vezes sem infraestrutura, enquanto as camadas mais ricas, moram em condomínios em bairros estruturados e muitas vezes, planejados com maior proximidade de serviços tanto públicos quanto privados. Ou seja, são grupos sociais diferentes que existem em uma mesma cidade, porém em condições bastante desiguais.

O termo racismo ambiental, guarda relações com a noção de segregação socioambiental, e é utilizado para demonstrar as condições de exclusão que uma comunidade racialmente definida está submetida. Normalmente, essas comunidades são mais vulneráveis, marginalizadas e periféricas – por conseguinte, formada por

maiorias que foram minorizadas – ou seja, alguns problemas ambientais não são distribuídos igualmente para a população daquela cidade, à guisa de exemplificação, tem-se poluição, descarte de resíduos tóxicos, exposição a trabalhos em ambientes insalubres, queimadas (Pacheco, 2007).

No dia a dia, é possível perceber o racismo ambiental observando em quais comunidades não há saneamento básico, coleta de lixo inadequada, precarização no acesso a água e energia elétrica, onde estão localizados aterros sanitários, onde estão instaladas fábricas e os distritos industriais, o que está indissociável da questão racial, haja vista que as populações mais afetadas são aquelas que vivem em condições mais precárias são em sua maioria socialmente reconhecidas como pretas e pardas.

Essa forma de discriminação ambiental frequentemente resulta na exposição de comunidades étnicas a ambientes poluídos, degradação ambiental e falta de acesso a recursos naturais. Essas condições adversas não apenas prejudicam a qualidade de vida dessas populações, mas também refletem a perpetuação de injustiças históricas. Assim, o racismo ambiental configura-se como

[...] injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. [...] O conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia (Pacheco, 2007).

A interseção entre racismo ambiental e questão racial evidencia a necessidade de abordar simultaneamente questões sociais e ambientais para promover equidade e justiça. Uma delas versa sobre mobilidade e os problemas com o transporte, além das questões ligadas à educação formal, pois alegam não terem escola; à saúde, pois não há posto de saúde, farmácias e nem abrangência do Serviço Móvel de Urgência (SAMU); à comunicação e correspondência, haja vista que não haver agência dos Correios e ao comércio de itens alimentação e higiene, pois não há grandes mercados nas proximidades.

Outra reclamação tem a ver com a falta de opções de serviços bancários e afins, o que dificulta o acesso a movimentações financeiras de programas sociais,

saques e pagamentos e interferência direta no comércio local, pois nem mesmo uma agência lotérica foi instalada na região.

A partir dessas reclamações, pode-se observar a falta de estrutura para o bairro e regiões que a escola atende. Ter acesso a serviços básicos geram custos e muitas vezes até serviços públicos são precarizados, como quando uma participante da Roda de discussão conta quando necessitou do SAMU e não pode contar com o serviço: “[...] Um socorro, ninguém dá... essa pancada que tive aqui (mostrou cicatriz na perna), faltou pouco pra morrer! Uber não vai, SAMU piorou (Participante 5)” e outro concordou e relatou uma situação similar onde “Não! Oxe, eu passei quase 30 minutos e ele não chegou. (...) Eles disseram que não tinha disponível pelo horário e pela localidade” (Participante 3).

O exercício da cidadania para algumas pessoas é desafiador, já que nem sempre há conscientização da dimensão das condições precárias às quais os participantes da pesquisa são submetidos. Como Pacheco (2007) trouxe, o racismo ambiental é, dentre outras coisas, revestido de injustiças sociais. Nas falas elencadas acima, há uma série de negação de direitos, tais como educação, saúde, mobilidade.

De igual modo, durante alguns anos, foi negado o direito à cidadania e à dignidade ao adulto não alfabetizado, outros direitos seguem sendo negados. Assim, é preciso conscientizar ao cidadão sobre seus direitos e deveres para evitar que haja e/ou continue havendo segregação socioespacial, bem como racismo ambiental.

Assim, relacionar segregação socioespacial e o racismo ambiental em comunidades menos privilegiadas destaca a urgência de abordar desigualdades estruturais profundamente enraizadas.

4. O MUNDO DO TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

A sociedade contemporânea vivencia processos constantes de mudança em diversos processos sociais, econômicos, culturais e políticos, implicando também transformações nas relações entre os sujeitos e as instituições. No mundo do trabalho não poderia ser diferente. Formas de organização do trabalho, de seus instrumentos, de relações laborais, bem como novas profissões foram surgindo ou se transformando.

Contudo, antes de dar seguimento com as discussões acerca do mundo do trabalho, faz-se necessária uma reflexão sobre o sentido ontológico do trabalho, que permite compreender a importância do trabalho para o ser social e coletivo, bem como as novas formas de exploração de mão de obra e expropriação de direitos.

O trabalho é uma das categorias essenciais para a formação do ser humano e compreender seu processo de humanização. O trabalho enquanto atividade de criação e transformação é uma atividade que permitiu à espécie humana evoluir da animalidade para a humanidade, uma vez que é pela ação de apropriação da natureza, que se constrói ferramentas e formas de organização que nos constitui o ser humano enquanto seres humanos, modificando o corpo e mente. Essa afirmação é justificada por Lessa quando o mesmo aponta que, [...] “além dos atos de trabalho, a vida social contém uma enorme variedade de atividades voltadas para atender às necessidades que brotam do desenvolvimento das relações dos homens entre si” (2012, p.25). Assim, para introduzir a reflexão sobre essa categoria primeiramente será apresentada a perspectiva de Marx, que aponta que, o trabalho

antes de tudo, [...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma das suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (MARX, 2010, p. 211).

Nessa perspectiva, ao transformar a natureza para suprir suas necessidades, ele acaba também se modificando. Assim, o trabalho, que aqui se apresenta como forma de modificar a natureza de forma intencional e merge enquanto um dos pilares para a constituição do ser humano enquanto ser social. Dessa forma, imprescindivelmente, a partir do trabalho, o ser humano passa a se constituir como

ser social, partindo da ideia que o trabalho atende às necessidades coletivas. De acordo com Lessa (2012, p. 27), a noção de trabalho

[...] é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Neste preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho.

Ao longo do tempo, o sentido do trabalho foi sendo modificado, pois o homem enquanto ser social, é também um ser histórico e a sociedade segue em constantes mudanças. Essas mudanças também produziram novas necessidades, pois estas, apesar de serem vividas de modo individual, são de natureza social. Logo, também é possível associar ao conceito trazido por Morin (2012, p.12), que entende o trabalho como “essa noção designa um gasto de energia mediante um conjunto de atividades coordenadas que visam produzir algo de útil”.

Para os sujeitos desta pesquisa, o trabalho figura principalmente como forma de subsistência, um meio para sobreviver. Contudo, os sentidos atribuídos ao trabalho serão detalhados mais a frente, no tópico “Dilemas entre Educação e Trabalho”.

Na história do Brasil e do mundo, o trabalho teve vários significados e sentidos. Durante os regimes de escravidão, por exemplo, os escravizados eram obrigados a trabalharem em troca de comida e abrigo, que nem sempre eram garantidos. No feudalismo, começam a se constituir as categorias e grupos de trabalhadores, quando alguns seguiam trabalhando em regime de servidão, contudo outras classes tinham salários e aprendizes, como os mestres de ofícios. Nesses casos não havia leis trabalhistas, e grande parte da regulação das atividades e relações de produção era baseada em acertos informais.

Com a Revolução Industrial, que transformou os meios de produção existentes, tem-se um êxodo rural intenso do meio rural e as famílias buscaram as cidades e centros urbanos para se estabelecerem, a fim de venderem sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção. Com isso, o que antes era trabalho, tomou forma e converteu-se em emprego, no qual as pessoas trabalhavam por salários. Com isso, novas relações foram firmadas e com isso, foram iniciados os processos de lutas por regulamentação de direitos trabalhistas, baseados em

interesses políticos, econômicos e jurídicos, substituindo as antigas relações de (exploração) do trabalho para o trabalho assalariado (Silva, Nunes, Ottani, 2018).

No Brasil, mais especificamente, a história do trabalho, após o início do processo de colonização, é marcada pela exploração da mão de obra indígena e de seu território, que foi seguida também pela exploração de diversos povos africanos que foram escravizados. Esse regime baseado na mão de obra escrava, que apesar das lutas e resistências, permaneceu por séculos, com as atividades laborais sendo realizadas em troca de comida.

Após a promulgação da Lei Áurea surge um novo problema pois,

isso não favoreceu a vida dos ex-escravos que, antes possuíam lugar para morar e comida. Alguns continuaram nas fazendas como se nada tivesse acontecido. Enquanto alguns mendigavam um trabalho qualquer, outros, não queriam nem pensar em trabalhar para não lembrar o tempo da escravidão, somavam-se a população branca pobre e sem rumo (Silva, Nunes, Ottani, 2018, p 7.).

O Brasil República foi marcado pelo liberalismo, no qual o governo não intervinha nas relações de trabalho, fazendo os empregados se sujeitarem a péssimas condições de trabalho. Assim, em 1903, no Rio de Janeiro houve uma grande manifestação e greve, que foi reprimida pela polícia. Com isso, várias outras manifestações ocorreram e assim, surgem vários movimentos em busca de melhores condições de trabalho (Addor, 2007).

Na chamada Era Vargas, por volta de 1930, os direitos trabalhistas começam a criar forma e assim surge o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, desencadeando mais à frente na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), através do Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. Após o período do Regime Militar, a Constituição de 1988 traz novamente a oportunidade da legitimação dos direitos trabalhistas.

Da década de 1930 até a Constituição de 1988, algumas mudanças ocorreram, tais como a criação do 13º salário, do Fundo de Garantias do Tempo de Serviço, férias remuneradas, licença-maternidade, dentre outras conquistas e regulamentações. Contudo, apenas no Governo Lula foram regimentadas políticas para o primeiro emprego para jovens, que visavam qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social (Lei n.10.748, de 22.10.2003).

Dentro de todas as mudanças apresentadas acima, algumas reflexões e ideias trazidas por Marx permanecem atuais. O processo iniciado com a Revolução Industrial, no qual alguns postos de trabalho foram substituídos por trabalho mecanizado, se intensifica num crescente processo de complexificação da divisão e das relações de trabalho e de incorporação de tecnologias na sociedade.

A partir da manufatura, que introduziu a divisão do trabalho dentro de um processo de produção, seja para produzi-lo ou aperfeiçoá-lo (Marx, 2008), a indústria propriamente, trouxe a máquina como fator revolucionário. Com isso, o sentido inicial do que seria trabalho foi reconfigurado, assim como o trabalhador que passou a vender também a sua força de trabalho, reflexão esta que será retomada no tópico a seguir.

4.1 MUDANÇAS CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO

O trabalho no Brasil tem uma tradição marcada pela informalidade e falta de oportunidades de relações laborais protegidas e qualificadas. A guisa de exemplificação, especificamente, no ano de 2020, o surto de COVID19 assolou o mundo, gerando uma pandemia que trouxe à tona ou intensificou diversas desigualdades de emprego, renda, escolar e principalmente de acesso a políticas públicas. Pequenos comércios fecharam, vários trabalhadores ficaram desempregados e o poder de compra do brasileiro foram reduzidos. Assim como na educação que enfrentou dificuldades, tais como acesso à internet e a não familiaridade com as tecnologias, a economia também sofreu e ainda sofre para se adaptar a pandemia.

Dentro deste contexto de desesperança, são evidenciadas as desigualdades sociais e de trabalho. Considerando o contexto da pandemia, a partir do momento que devido ao *lockdown*, a sociedade precisou ficar de quarentena em casa e passou a usar de forma mais intensa aplicativos de para fazer compras e outros serviços, assim como houve o uso de aplicativos para passar o tempo, como de entretenimento como TikTok, Netflix, aplicativos para transporte como Uber, 99 táxi ou para alimentação como IFood, Pede Aí e afins.

Eis que evidenciam um processo que já vem acontecendo anteriormente, que são os empregos mediados por aplicativos, ou como traz Grohmann (2019), a chamada plataformização do trabalho. Para que os serviços, novos produtos e

anúncios sejam mostrados, é preciso que haja a dataficação, que é transformar o que vemos/fazemos nas redes sociais em dados. Esse processo é importante, pois ajuda na criação de novos produtos e serviços, melhoram o que é usado, mas também aumenta o tempo de permanência nas redes sociais, venda e uso de informações de seus usuários. Logo, esses dados, ou rastros digitais, “valem ouro” e os dados são os usuários, pois a partir desses que novos serviços e produtos são criados, aperfeiçoados. (Grohmann 2019 apud Srnieck, Sadoski, 2019).

Contudo, faz-se necessário, antes de falar sobre a plataformização/precarização do trabalho, traçar uma reflexão sobre o que ele seria. Retomando a ideia inicial de Marx, trabalho é a interação do homem com a natureza, apropriando-se dela a fim de produzir bens de uso e suprir suas necessidades (Marx, 1985 apud Antunes, 2013). Ainda para Marx, sob a ótica capitalista, existem dois tipos de trabalho: o produtivo e o improdutivo. O trabalho produtivo é aquele que gera lucro, pois o trabalhador custa menos do que o que ele está produzindo, gerando mais-valia. Já o trabalho improdutivo é aquele que o trabalhador custa mais caro que a riqueza que ele gera, nesse caso, não sendo interessante para o capitalista, tendo em vista que não gera riqueza imediata.

Partindo deste novo cenário, o da plataformização, em que algumas pessoas que perderam seus empregos viram nessa modalidade de trabalho uma forma de sustento. Nessa nova proposta, o setor de serviços tem uma grande oferta de ocupações informais, porém com predomínio de baixos salários e alto nível de exploração de mão de obra. Essa nova configuração de trabalho, escancarou o quanto os direitos trabalhistas foram deixados de lado, pois são prestadores de serviços não tem vínculos e com isso, sem acesso a direitos, benefícios e proteções sociais como vale transporte, férias remuneradas, décimo terceiro, hora extra etc. Assim, essas novas configurações de trabalho prezam pela alta produtividade, jornada de trabalho flexíveis e salários cada vez mais baixos e sem garantias.

Partindo dessa perspectiva, Antunes (2005) reitera a necessidade de compreender a nova morfologia do trabalho que adquire um caráter multifacetado, tanto do próprio trabalho quanto do trabalhador, tanto em países economicamente mais avançados, quanto naqueles periféricos. De igual modo, o autor supracitado complementa sua ideia, e ainda destaca que houve uma subproletarização do trabalho, que foi resultado dessa complexificação e fragmentação do mesmo (Antunes, 2009).

Na atual conjuntura, o que é chamado de flexibilização, nada mais é do que precarização do trabalho. E esta conta quem paga é o trabalhador que cada vez mais perde seus direitos e convive com a intensificação das atividades profissionais. Para as empresas, muitas vezes é mais vantajoso contratar a mão de obra, com remuneração por produtividade, do que contratar o trabalhador, que custará “mais caro”. Ou seja, retomando a lógica capitalista, quanto contrata-se um funcionário com todos os direitos trabalhistas, o custo desse funcionário é caro, diminuindo o lucro do empregador (mais valia). Quando o serviço é plataformizado, esse custo reduz, aumentando o lucro do contratante assim, o que está acontecendo hoje é o oposto ao que aconteceu na década de 1930, com a consolidação das leis trabalhistas, havendo um o antagonismo dos empregos formais e trabalho assalariado (Pochmann, 2019).

A título de delimitação do tempo cronológico, em meados da 2ª Guerra Mundial, com a transição da sociedade industrial, iniciada em meados da década de 1940, para a sociedade de serviços, muitas ocupações desapareceram, enquanto novos postos de trabalhos foram abertos. Atualmente o campo que mais teve abertura de vagas foi o de entregadores e de autônomos, o que segundo Pochmann (2019, p.94), tem sido marcado “pela desestruturação do mercado de trabalho, com significativa presença do desemprego aberto, a subutilização dos trabalhadores e a precarização das ocupações geradas”.

Todo esse processo começou com a industrialização e urbanização que veio modificando as forças de trabalho. Houve aumento da oferta de emprego nesses centros urbanos, ao mesmo tempo que o setor agropecuário foi perdendo mão de obra, apesar de tais mudanças, o setor industrial no Brasil nunca ter conseguido ser dominante, estando situado em algumas localidades específicas, sobretudo no Sul e Sudeste. Poucos trabalhadores estavam pouco ou nada capacitados para atuar na indústria, enquanto houve a progressiva inserção de parte expressiva da população no setor de prestação de serviços, pois exigia menor capacitação e conseqüentemente, gerava menos rendimentos para o funcionário contratado.

Mais recentemente, a promessa de redução do custo do trabalho e a flexibilização contratual, criada a partir do desmonte das leis trabalhistas, a partir de 2017, não elevou os níveis de contratação formal. Ao contrário, tais medidas estão associadas à redução de políticas de proteção social e ao aumento dos preços, e contribuíram para diminuir o poder de compra do brasileiro, com aumento de

ocupações informais e sem garantias legais, bem como causando possíveis problemas futuros, haja vista que empregos informais não recolhem benefícios para aposentadorias e nem para pensões (UFBA, 2020).

Dentro das mudanças que ocorreram nas leis trabalhistas, há o favorecimento do trabalho insalubre para grávidas, a consolidação do banco de horas para burlar o pagamento de horas extras, acordos coletivos acima da lei, desconsideração do deslocamento (sendo este fornecido pelo empregador) como jornada de trabalho, salários substituídos por premiações e gratificações que não compõem salários, diminuindo a contribuição previdenciária, dentre tantas outras medidas precarizadoras. A exemplificação destas justifica-se para refletir em como a reforma atende única e exclusivamente ao empregador. Assim, Carvalho (2017) apresenta que

prevalece a lógica que trata a mercadoria força de trabalho como se fosse um bem qualquer, que devesse ser remunerada meramente como um aluguel de serviços, independentemente das necessidades da pessoa que realiza o serviço durante o período em que ele não é prestado (Carvalho, 2017, p.87).

Apesar da precariedade do trabalho não ser uma novidade, ela se reinventa a cada época e adquire novas formas. Esse novo processo de precarização conta com uma nova roupagem: a flexibilização. A partir do esvaziamento do Estado e da flexibilização do mercado de trabalho, o trabalho precarizado e vem sendo aos poucos legalizado, como traz Carvalho (2017) quando aponta que

Em vez de ampliar as possibilidades de formalização por meio de políticas públicas voltadas para a produtividade do trabalho, procura-se tornar legais trabalhos precários, sob o risco de precarizar trabalhos que hoje se encontram protegidos (Carvalho, 2017, p. 87).

De acordo com o relatório do estudo intitulado “Levantamento sobre o Trabalho dos Entregadores por Aplicativos no Brasil”, realizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em parceria com o Ministério Público do Trabalho, revelam dados sobre essas ocupações mais precarizadas. Segundo esse estudo, o número de motociclistas ocupados subiu entre os primeiros trimestres de 2015 e 2020, de 459 mil para 693 mil. Na pandemia, chegou a 917 mil postos.

Alguns dados desses estudos são apresentados aqui como confirmação de como os direitos trabalhistas são deixados de lado no contexto de precarização, cujo

modelo de plataformização do trabalho é um exemplo contemporâneo. Um aspecto dessa reconfiguração envolve a carga horária semanal do trabalhador que tem como única fonte de renda as entregas de moto: costumam trabalhar 20,5 horas a mais que caso estivessem sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Além disso, 33% afirmaram terem sofrido acidentes e dentre estes, 72,1% reclamaram da falta de assistência das empresas e relatam terem sido bloqueados dos aplicativos. Em relação a remuneração, quase metade dos trabalhadores recebem menos de um salário mínimo ao final do mês (UFBA, 2020).

Assim, vemos a crescente superexploração da força do trabalho e da realidade de empregos informais, e da falta dos direitos trabalhistas a partir das reformas neoliberais. Desse modo, se antes cabia dizer que “o trabalho dignifica o homem”, hoje acaba sendo um discurso falacioso, pois o constante desmonte e esvaziamento das garantias de direito aos trabalhadores atuais, em nada está dignificando o ser humano. Do jovem aprendiz ao aposentado, as experiências laborais têm implicado carga horária maior de trabalho, adoecendo toda uma geração. Hoje, apenas as garantias de direito chegam perto de algo sinônimo a dignidade, haja vista que a precarização do trabalho levou com ela direitos e garantias sociais e legais, outrora garantidos pela CLT.

Uma outra reflexão a se fazer gira em torno da importância da qualificação para o mundo do trabalho e como a mão de obra qualificada mudou o mercado, haja vista que, conforme novas técnicas e modos de produção surgem, o capitalismo evolui e modifica as formas e relações de trabalho visando a manutenção do lucro. Nesse sentido, desde os anos 2000, Antunes (2000) já discutia sobre dois perfis bem distintos de trabalhadores: um que se qualificava e que se adaptava de acordo a lógica capitalista e um que não acompanha as mudanças do mercado, tendo apenas mão de obra técnica e que fica à mercê do mercado de trabalho e com mão de obra mais flexível, o que acaba sendo um paradoxo, pois,

o capital se fortalece na medida em que independe cada vez mais do conhecimento e das habilidades do trabalhador, que tem seu poder diminuído, já que sua qualificação é uma importante arma no confronto com o capitalista, em contrapartida a desqualificação torna o trabalhador mais alienado, “barato”, supérfluo e facilmente substituível (Mathis, Souza, Trindade, 2018, p.13).

Atualmente, apesar de toda desvalorização do trabalhador, a qualificação é posta um fator diferencial dentro do mundo do trabalho, contudo, não representa garantia de ingresso no mundo do trabalho. Quando se fala em flexibilização também afeta a formação desse indivíduo que cada vez mais tem um currículo escolar esvaziado e pouco reflexivo, à guisa de exemplificação, vide o Novo Ensino Médio que atende aos interesses capitalistas do mercado em formar mão de obra barata. Isso ocorre porque a evolução técnica muitas vezes substitui a inteligência e necessidade de pensar do trabalhador. Até trabalhos que outrora necessitavam de formação constante, hoje são rotinizados e com formação barateada (Mathis, Souza, Trindade, 2018).

Partindo desse ponto de vista, uma importante movimentação social gira em torno da empregabilidade que, frente às mudanças no mundo do trabalho, também sofreu alterações em sua percepção. Assim, para definir o termo, há de se estabelecer uma relação com o tempo cronológico, pois, “o termo empregabilidade possui mais de uma conceituação, e passou a ser utilizado com maior frequência como uma alternativa de compreensão conceitual sobre o enfrentamento dos trabalhadores às contínuas transformações impostas pelo mercado de trabalho (Torrico;Nunes; Cruz, 2022, p.156).

Por estar em mutação frente a esse novo modelo de não vínculo trabalhista, promovido pela flexibilização e plataformização do trabalho, pode-se entender a empregabilidade hoje como a habilidade de manter-se empregado e atrativo para o mundo do trabalho. Assim sendo, é reforçada a ideia da formação como diferencial no qual

o discurso produzido no meio empresarial e a literatura sobre o mundo dos negócios atribuem à qualificação profissional e à produtividade individual papel fundamental no enfrentamento dos desafios impostos pela reestruturação produtiva, a saber: necessidade de trabalhadores mais qualificados e produtivos (LEMOS, RODRIGUES; MONTEIRO, 2011, p. 589).

Ou seja, a empregabilidade está diretamente ligada à formação e às condições de adaptação dos trabalhadores, pois dentro de um universo tão competitivo, procuram-se profissionais que já estejam preparados, diga-se, formados e dispostos a desempenhar múltiplas funções.

Dentro desta perspectiva, a situação ideal implicaria postergar a entrada dos jovens no mercado, privilegiando uma melhor formação e escolarização do jovem.

No entanto, as condições estruturais apontam que muitas vezes não há condições concretas de absorção desse profissional no mercado de trabalho, nem de viver essa esperada “moratória social”. Nesse caso, dentre aqueles para quem falta oportunidades restaria o quê?

A saída propagada tanto no setor produtivo, quanto nas instâncias formuladoras de políticas educacionais foi o empreendedorismo! A ideia é vendida quase como uma missão heroica, uma forma de responsabilizar o sujeito sobre a percepção de autonomamente construir um novo e próprio negócio, convertendo-se dentre as precarizações a que os trabalhadores foram submetidos, em uma forma possível de sustento.

A partir daqui é necessário diferenciar o chamado empreendedorismo de oportunidade do empreendedorismo por necessidade. O primeiro refere-se a uma parcela da população que, ao ver uma boa oportunidade, investe para acumular bens e riqueza. Em contrapartida, o empreendedorismo por necessidade abarca aquela parcela da população que vê uma oportunidade de subsistência, como apresenta

O empreendedorismo a que nos referimos é aquele onde o sujeito, em geral cercado de possibilidades não favoráveis, vê o empreendimento como único ou melhor investimento, enxergando nessa alternativa a possibilidade de uma vida financeira mais confortável ou como uma possibilidade de subsistência.(OLIVEIRA, 2016, p.217)

Para o capitalismo, há a grande vantagem em diminuir os custos com funcionários e os desgastes provenientes em garantir os direitos do trabalhador. Em contrapartida, esse mesmo empreendedor acaba também por não ter a quem recorrer quando há algo de errado em seu comércio. Logo, é uma alternativa aceitável por não se ter “prejuízos” a ninguém menos que o empreendedor, tornando a responsabilidade individualizada.

4.2 RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE E TRABALHO

Ingressar no mundo do trabalho, no senso comum, demarca o início da vida adulta. Porém, frente a tantas mudanças no mundo do trabalho, a dificuldade em ter a oportunidade de ter o primeiro emprego está postergando essa passagem. As taxas de desemprego são maiores entre jovens do que entre adultos em todo o

mundo, o que acaba afetando a construção de uma trajetória ocupacional e de vida mais estável e previsível, dificultando a mobilidade social associada ao trabalho (Pochamann, 2007). Apesar das elevadas taxas de desemprego, são vários os motivos que impelem a busca pela entrada no mercado trabalho entre jovens. Desde a necessidade de subsistir, que compreende ter acesso a itens básicos como alimentação e serviços de água e energia elétrica, a necessidade de inserção social, na qual os jovens buscam ter acesso a bens de consumo e independência financeira.

Em relação ao trabalho de jovens, este sempre foi marcado pela insegurança no Brasil, como pontua Azevedo (2000, apud Picanço, 2016, p.571) que

tal precariedade pode ser entendida de duas formas: trata-se tanto da tendência a estar nas piores ocupações no mercado de trabalho, quanto ter a pior remuneração e relações de trabalho instáveis quando comparados aos adultos em ocupações semelhantes. O que implica dizer que, mesmo em situações mais favoráveis, os adolescentes e jovens tendem a ganhar menos e ter vínculos mais precários de trabalho.

Ainda de acordo com Felícia Picanço, ao jovem de baixa renda, o trabalho é o seu lugar. Ainda na década de 1970, muitos adolescentes e jovens estavam empregados nas lavouras, haja vista que era comum as plantações familiares de subsistência e para comércio. Assim como na lavoura, houve a expansão de trabalho para esse público nos centros urbanos (Spindel, 1988 apud Picanço, 2016), deixando esses indivíduos fora dos ciclos de escolarização, ou cumprindo-os de forma tardia em cursos supletivos, muitas vezes de qualidade contestável.

Até a Constituição de 1988, era permitida a admissão de crianças no trabalho a partir de 12 anos. Para além disso, O decreto-lei 2.318/86 e o decreto 94.338/87 regulamentavam a admissão de crianças, adolescentes e jovens de 12 a 18 anos, sem que fossem pagos seus encargos trabalhistas.

Com a Constituição de 1988, a contratação de jovens deveria se dar a partir dos 16 anos, contudo, com 14 anos é possível ser admitido no regime de aprendiz. Alguns programas voltados aos jovens foram criados a partir dos anos 2000, passando por reformulações em 2007. A partir de 2009, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), se esforçou para delinear critérios dignos de trabalho para os jovens, tentando criar uma Agenda de Trabalho Decente para a Juventude, contudo, não houve avanços significativos, pois,

A dificuldade para construir consensos em torno de questões cruciais, como jornada de trabalho, combate à informalidade, qualidade da educação e do trabalho, ou mesmo à situação dos jovens que não estudam e não trabalham impediu a aprovação do Plano, diante do jogo de forças presente entre os atores, na conjuntura de 2015 e 2016, às vésperas do impeachment de Dilma Rousseff. (Tommasi, Corrochano, 2020, p.359)

A maioria das políticas públicas voltadas para a juventude e o mundo do trabalho visaram a formação profissional e foram amplamente divulgadas através de programas como Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor), o Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Programa Nacional de Inclusão do Jovem (PROJOVEM). Essas formações foram bastante controversas já que dentre as críticas recebidas, estava “sua dificuldade em responder à demanda de qualificação profissional entre os jovens (Tommasi, Corrochano, 2020, p.358) Esse modelo de transição entre a escola-trabalho não obteve tanto sucesso, como apresentou Barros (2011), que pontua que

(...) relatos ilustram uma qualificação profissional que só se realiza na teoria, não havendo a dimensão prática. Ou quando esta ocorre é de forma precária e inconsistente, pois mesmo estando previsto dentro da carga horária do curso, a realização de atividades práticas relacionadas ao campo da qualificação profissional não aparece nos depoimentos dos jovens entrevistados ou são realizadas de forma bastante reduzida (Barros, 2011, p. 92-93).

Logo, não era uma opção ao final da trajetória escolar a inserção no mercado de trabalho trazendo um insucesso frente a essa proposta, trazendo ainda longos períodos de desemprego ou em condições precárias. Assim, os jovens que se formavam, não saíam empregados, mas com a “oportunidade” de identificar vagas de trabalho. Gaspar (2019) ainda indica que “defende a ‘empregabilidade’ fundamentada nas possibilidades do trabalho informal, autônomo, temporário, ou mesmo, do ‘empreendedorismo’, como se o trabalhador tivesse as mesmas condições de concorrer com outros capitalistas” (Gaspar, 2019, p.7).

A educação e a qualificação profissional ainda são caminhos para adentrar no mundo do trabalho, mesmo em um contexto de precarização e limitações na transição dos estudos para o mundo laboral. Sem ter uma formação adequada para o trabalho pretendido, o que sobra para os jovens são empregos que oferecem uma remuneração menor e precariedade de direito e condições de trabalho. Contudo, estar na escola não garante um emprego pois vários fatores interferem, desde a falta

de oportunidades para empregos formais até mesmo a falta de experiência profissional.

4.2.1- As experiências de trabalho precarizado na juventude

Frente à precarização dos vínculos de trabalhos, flexibilização de carga horária e a perda de direitos trabalhistas, existe o jovem que permanece ingressando no mundo do trabalho. Por vezes, é comum o jovem brasileiro aceitar trabalhos precários e com baixa remuneração e de forma temporária. Para os sujeitos da pesquisa, a realidade não é diferente.

Durante a roda de conversa, as questões levantadas enquanto maiores dificuldades foram relacionadas a acordar muito cedo para trabalhar, carga horária exaustiva e remuneração em desacordo ao trabalho realizado. Os problemas relacionados ao transporte e deslocamento, que já foram citados, novamente aparecem enquanto algo pontual da localidade.

Há ainda a exploração, que nas situações que são apresentadas pelos participantes da pesquisa envolvem desrespeito às leis trabalhistas e que são validadas pelo vínculo informal de contratação, a falta de seguridade e vínculo empregatício e horas extras não remuneradas, como apresentadas a seguir quando questionados sobre as dificuldades e desafios que eles enfrentavam hoje em seus empregos.

A flexibilização das formas de contratação é exemplificada pelo participante 2, que sinaliza o quanto a remuneração pode ser comprometida, ao trabalhar apenas alguns dias: “Se o cara estiver [trabalhando] na diária, piorou. Não, uma diária de R\$ 80,00, R\$ 100,00. E se não aparecer nada na semana? Ou só três diárias?. Situação semelhante é relatada pela participante 8, que precisou aceitar trabalho em tempo parcial, por necessidade: “Um dia, a mulher me ligou, eu não passei. Falei, não, agora vai ser seis horas. Eu tive que ficar, porque eu queria a vaga. Estou precisando da vaga. Tive que ficar”.

A falta de proteção ao trabalho em caso de acidentes ou problemas de saúde são destacadas também pelas participantes 2 e 7, respectivamente, “Machucar, só Deus. Chamar por Deus. Nem pensar nisso” e “Botar atestado, já foi...”, ou seja, sinalizam a vulnerabilidade do trabalhador, justamente, em condições em que mais precisariam do apoio dos contratantes.

Apesar de parecem dispares, são situações que estão intimamente interligadas, pois os empregadores se aproveitam de diversas formas para explorar o trabalhador seja ao pagar apenas a diária, ou dispensar quando o funcionário adoece, baixos salários, horas extras não remuneradas para manter a relação, ainda que precária,

4.2.2 Desigualdades de gênero, raça e trabalho

Na roda de conversa realizada com os jovens da escola investigada, surgiu ainda a discussão referente às diferenças entre os “trabalhos tidos como masculinos e femininos”. A divisão sexual do trabalho, um fenômeno profundamente enraizado nas estruturas sociais, perpetua-se através de normas culturais e expectativas de gênero. Como ressaltado por teóricos feministas, incluindo Betty Friedan, que desde a década de 1960 debatia a inserção da mulher no mercado do trabalho bem como a divisão das tarefas domésticas com os homens (Araújo, Monastérios, 2011) e, mais recentemente, Judith Butler, que fala sobre a performatividade de gênero destacam como as normas sociais moldam as expectativas em relação aos papéis de homens e mulheres, o que pode influenciar a divisão de trabalho por gênero (Butler, 2003). A sociedade muitas vezes impõe papéis específicos para homens e mulheres, tanto no âmbito profissional quanto doméstico.

Esta divisão não apenas reflete uma distribuição desigual de responsabilidades, mas também contribui para a reprodução de desigualdades de gênero, limitando o acesso das mulheres a oportunidades profissionais e perpetuando estereótipos prejudiciais. Essa complexa interação entre o cultural, o social e o econômico evidencia a necessidade de uma abordagem crítica e transformadora para desconstruir as barreiras que sustentam a divisão sexual do trabalho.

As opiniões dos participantes foram contraditórias quando houve o aprofundamento da relação gênero e trabalho. Apesar deles relatarem inicialmente que não há diferença entre trabalho de homens e mulheres, e citarem mulheres que são motoristas e que trabalham na construção civil, que são áreas majoritariamente masculinas, admitem que “[...] um trabalho de quebrar pedra” (Participante 3) ou

“descarregar um caminhão de gelo, que cada saco pesa 20 quilos” (Participante 4), não são para mulheres, pois “são mais delicadas” (Participante 3).

Quando questionados ainda sobre remuneração de homens e mulheres, outro ponto muito importante foi levantado: o ingresso no mundo do trabalho *versus* a formação exigida. Na mesma proporção que admitem que abandonam a escola primeiro para trabalhar, os rapazes da roda de conversa admitem que, as moças estudam mais e se qualificam melhor e logo, recebem melhores salários, contudo a quantidade de vagas é bem menor para elas. Assim, ainda que indiretamente, admitem a importância da formação/qualificação bem como a falta de oportunidades para as mulheres no mundo do trabalho, sobretudo para trabalhos menos qualificados, dado que é confirmado pelo IBGE (2023) pois, a proporção de homens ocupados estava em 63,3% enquanto para as mulheres era de 46,3%.

Apesar de afirmarem que a remuneração é melhor, o parâmetro utilizado é de diárias que variam de R\$ 60,00 a R\$100,00, o que denota a precarização da mão de obra e os subempregos. Assim, as maiores oportunidades de trabalho são para o mercado informal, que de acordo com IBGE (2023), 62,8% não tinham instrução ou com o ensino fundamental incompleto, em detrimento a 22,8% com o ensino superior completo.

E não são situações raras, segundo o IBGE, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2023. De acordo a este estudo, em 2022, o rendimento-hora da população ocupada branca (R\$ 20,00) era 61,4% maior que o da população preta ou parda (R\$12,40). Em relação aos vínculos empregatícios, 40,9% dos trabalhadores do país estavam em ocupações informais. Fazendo recorte por gênero, mulheres negras e pardas era de 46,8%, enquanto mulheres brancas era de 34,5%. Homens negros e pardos eram 46,6% em detrimento de 33,3% de homens brancos (IBGE, 2023).

Outro dado importante apresentado por esse mesmo estudo diz respeito a trabalhos formais e informais. Pessoas com vínculo empregatício saíram de 48% em 2021 para 47,6% em 2022. Em contrapartida, trabalhadores por conta própria ou sem carteira assinada subiu de 45,6% para 46,4%. Quando é feito um recorte por gênero e raça, mulheres pretas ou pardas (46,8%) e os homens pretos ou pardos (46,6%) e mulheres brancas (34,5%) e os homens brancos (33,3%) (IBGE, 2023).

Isso demonstra que a população negra segue em desvantagem e em maior vulnerabilidade, sobretudo, as mulheres. Estes dados aprofundam ainda mais o que

tem sido discutido ao longo dessa dissertação: cada vez mais cresce a camada da população que trabalha sem garantias de direitos.

4.2.3 Natureza das ocupações e experiências profissionais

Ao avançar para as entrevistas, percebe-se que os trabalhos exercidos pelos jovens participantes desta pesquisa, em sua maioria, é um trabalho de cunho manual, temporário, muitas vezes requerem força física, mal remunerado, sem vínculos e/ou garantias, como traz Alves e Tavares (2006, *apud* Antunes, 2011, p.409),

são trabalhadores que ora estão desempregados, ora são absorvidos pelas formas de trabalho precário, vivendo uma situação que, inicialmente, era provisória e se transformou em permanente. Há casos que combinam o trabalho regular com o ocasional, praticando os chamados bicos. Nesses casos obtém-se um baixo rendimento com essas atividades.

Seja enquanto situação provisória ou permanente, o trabalho precário está presente na vida dos sujeitos da pesquisa, das mais variadas formas, funções e setores. Para Jamile (28 anos), a vida toda sua função era de trabalhos domésticos. Teve experiências com trabalhos de vendas, ainda que de forma autônoma, como o de Larissa (26 anos), vendedora de frutas e de rifas e o de Gerusa (20 anos), vendedora de peças íntimas. Para Gilberto (18 anos), por exemplo, os exemplos de atividades laborais foram “no mercado, ajudante de pedreiro, ajudante de carpinteiro, fazendo móveis, pintando”. Foi relatado na entrevista que o que viesse, ele fazia, só não poderia ficar desempregado.

Existem aqueles que passaram por várias experiências, como Rafael (24 anos) que foi menor aprendiz, auxiliar administrativo e de logística, passando pela construção civil com ajudante, pintor e motorista, com carga e descarga em uma empresa de logística e hoje presta serviço em uma transportadora. Há ainda aqueles que se aventuram nos “bicos”, como de lavador de carro, mas participou de um treinamento de mecânico, porém sem muito êxito e hoje trabalha em uma distribuidora de bebida

4.2.4 A precarização de direitos trabalhistas

A precarização afetou os direitos trabalhistas. Mascarados pela falta de oportunidade de trabalho, empregos em condições insalubres, precários e sem garantias, acabam sendo a única chance de adentrar no mundo do trabalho e levar o sustento para as famílias. Nesse sentido, quando há tentativas de superar o desserviço da reforma trabalhista, e ir na contramão da precarização do trabalho, a discussão não avança, pois

Propostas importantes e que apontariam uma luz no fim do túnel da precarização e do desemprego, como a redução da jornada de trabalho ou a discussão da reforma dentro do marco mais amplo de um projeto de desenvolvimento centrado na elevação do padrão de renda e de welfare (*bem estar*) dos trabalhadores, são ridicularizadas e tratadas como insanas em face das necessidades urgentes da competição. (Costa, 2005, p. 124, *grifos nossos*).

Apesar de não ser uma discussão nova, a problemática persiste e se complexifica. Quando os trabalhadores não conhecem seus direitos, eles não têm como cobrarem. Assim, abusos por parte dos contratantes são os mais diversos, tais como não trabalhar de carteira assinada, ultrapassar a carga horária previstas, trabalhar em condições insalubres e não ter o descanso assegurado. Como relata Gilberto (18 anos) quando cita um exemplo que “A situação é precária, né?! Até para o encarregado dá um sapato pra gente, é difícil. Se a gente não arrumar, o trabalho é descalço”. Outra situação delicada é a de Jamile (28 anos) que, por não saber de seus direitos, acredita que não tem direito a horário de almoço, enquanto doméstica, de acordo a sua carga horária, pois acredita que “quem tem direito de descansar duas horas de relógio é quem dorme no trabalho”.

4.2.5 Condições de remuneração

Outra frente que o ataque à classe trabalhadora atinge está diretamente ligada a remuneração. No contexto de precarização, o salário foi uma vertente bastante atingida, haja vista que para os trabalhos desenvolvidos pelos sujeitos da pesquisa, foi unânime a opinião de que recebem pouco para o serviço que desenvolvem, conforme os depoimentos de Gilberto (18 anos) sobre sua percepção sobre a remuneração recebida: “Justo? Não. Porque aqui o trabalho é muito pesado. Quebrar a parede, fazer massa. Um bocadinho de coisa, né? O que tiver pra gente fazer, a gente não tem que questionar, não. Tem que pegar e fazer”. Em contexto

distinto, Jamile (28 anos) também relata a sobrecarga de trabalho: Porque um dia você faz um bocado de coisa, eu passo roupa, eu limpo o rack, janela de vidro. Faço um bocado de coisa, limpo casa, limpo banheiro. Só não faço comida que tem a moça lá que faz a comida”. Há ainda Larissa (26 anos) que, enquanto autônoma, tinha dificuldade com o retorno financeiro, já que as oportunidades são sazonais: “[...] Porque eu trabalhava na rua, eu ganhava pouco. Eu ganhava só o dinheiro da mercadoria. Quando tinha tempo de festa, São João, aí que dava dinheiro”.

Há ainda os que não perceberam o nível de exploração a qual estão submetidos e acreditam que o problema da baixa remuneração é sua própria responsabilidade, como é o caso de Rafael (24 anos) que acredita que “[...] Vai depender se eu me esforçar e a empresa gostar do trabalho e contratar, vai ficar justo”.

Em relação a carga horária trabalhada, também há muitas dificuldades, pois, além de ser exaustiva, preenche a maioria da carga diária dos sujeitos, restando pouco tempo para interagir com a família, estudar, lazer, como quando o participante 1 exemplifica que ele “[...] faz uma visita só em casa, por causa da rotina do dia-a-dia. Também o salário não ajuda”.

A superexploração também se materializa na relação entre tempo de trabalho e remuneração, sintetizado pelos participantes 8, durante a roda de conversa: “Trabalhar muito, ganhar pouco. Esse é uma dificuldade” e pelo participante 1: “chegar no mês, ver aquele dinheiro todo indo embora, vai-se embora pra pagar a conta”, que é agravada pelas demandas de submissão a horas adicionais de trabalho, a fim de garantir uma contratação efetiva, o que muitas vezes não ocorre, como sinalizam os participantes 3 e 8, “ E, apesar de você fazer o horário extra, você, no fim, não recebe a vaga” e “Eu passei para mais de cem horas. Terminei sendo dispensado”.

Em suma, a persistente problemática da exploração no ambiente de trabalho, a divisão sexual do trabalho bem como a inadequada remuneração enfrentada pelos trabalhadores brasileiros são questões urgentes que demandam atenção e ação efetiva. A desigualdade salarial e as condições precárias de emprego não apenas comprometem o bem-estar dos indivíduos, mas também minam o desenvolvimento socioeconômico do país como um todo.

5. EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA POSSIBILIDADE NA EJA

No cerne da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a complexa relação entre educação e trabalho desvela-se como um ponto importante para a compreensão da natureza e dos significados dessa modalidade educativa, oferecendo uma oportunidade única para examinar as trajetórias que conduzem os estudantes a este contexto específico, do retorno aos estudos com ingresso no turno noturno. Este capítulo visa desdobrar as histórias individuais que moldam o percurso educacional e profissional dos estudantes da EJA. Ao abordar as complexas trajetórias que os conduzem a esta modalidade de ensino, consideramos os diversos caminhos que os estudantes percorreram, muitas vezes marcados por desafios e interrupções na educação formal.

Para que esta modalidade de ensino possa fazer sentido para seu público, é preciso repensar o tradicionalismo de muitas metodologias, como uma postura conteudista, aulas exclusivamente expositivas, avaliações classificatórias, muitas vezes, reforçando e atualizando as condições que contribuíram anteriormente para a evasão ou o abandono da escola pelos atuais alunos de EJA. Assim, é relevante que se contextualize com as relações de trabalho trazendo a reflexão sobre as próprias contradições nas relações entre o mundo do trabalho (FREIRE, 1996) e a educação, pois um dos papéis da escola é acompanhar a movimentação social e participar ativa e criticamente desse movimento.

Arroyo (2013) considera o trabalho não como apenas mais um tema nos currículos de EJA, pois remete a uma experiência central na vida desses sujeitos, tendo em vista que o público alvo dessa modalidade são fundamentalmente alunos trabalhadores e cuja necessidade de sobrevivência muitas vezes precede a necessidade de frequentar aulas e que a Educação nem sempre foi pensada para trabalhadores que são estudantes.

A V Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Hamburgo, em 1997, trouxe a importância da discussão sobre o mundo de trabalho como uma forma de emancipação e de empoderamento do estudante trabalhador da EJA, adquirindo um caráter formativo. Logo, o currículo precisa ser pensado de forma a superar a formação meramente propedêutica, desenvolvendo habilidades que sejam, desde cunho social, perpassando por conscientização política e de

classe (Ponce, 2001), envolvendo o mundo do trabalho. Consonante a essas ideias, Gomez (2012 apud Arroyo, 2013, p. 127) infere que

O trabalho não é princípio educativo apenas porque nós produzimos nos processos de produzir, porque nos humanizamos ao trabalhar, mas porque nas lutas pelo trabalho, pelos direitos e saberes do trabalho que a classe operária é o sujeito histórico, aprendemos os direitos e saberes da cidadania, da condição de sujeitos políticos. Sujeitos de direitos.

Assim, o trabalho enquanto princípio educativo enfatiza a integração do trabalho prático e da experiência profissional no processo de aprendizagem, reconhecendo as atividades laborais enquanto uma forma de aprendizagem significativa e uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos. Entende o trabalho como não apenas um meio de ganhar a vida, mas também uma forma essencial de aprendizado ao longo da vida.

Logo, deveria ser uma prática constante (re)pensar a escola e sobre suas práticas, seu currículo, abordando temas que sejam pertinentes para a modalidade, a Educação de Jovens e Adultos, com destaque para o mundo do trabalho. Esses estudantes, em sua maioria, além de excluídos dos processos regulares de escolarização, são vítimas da precarização do trabalho das últimas décadas, passando a viver em condições sociais e econômicas cada vez mais instáveis, com perdas de direitos e sendo alvo do desemprego [ou do subemprego] no país (Costa, 2013).

Ser escolarizado dentro uma sociedade competitiva é conseguir transitar entre os espaços com um pouco mais de autonomia e dignidade e a EJA visa dar a um grupo de pessoas que tem sua cidadania comprometida, essa possibilidade. Nessa perspectiva, retornar à escola permitiria participar de um mundo maior de possibilidade de autonomia, respeitando sua trajetória de vida e saberes adquiridos assim como penetrar em novas dimensões, tais como melhores empregos, participação ativa em movimentos sociais, como cidadãos de direito e fato e assim tentar evitar que a escola se torne um lugar obsoleto e descontextualizado. O mundo do trabalho precisa ser estudado dentro de uma perspectiva cidadã, analisando acima de tudo, direitos e deveres como cidadão, mas também como classe trabalhadora.

Para falar sobre os sujeitos desta pesquisa e traçar reflexões sobre a relação educação e trabalho, será apresentado a seguir alguns recortes da trajetória de vida

desses indivíduos. Assim, para a particularidade dessa pesquisa, o sujeito narrador irá contar-se a partir das suas vivências e então, sujeito pesquisador e sujeito narrador irão analisar as diversidades de trajetórias e quais as influências que esses sofreram.

Rememorar situações e decisões que culminaram no abandono e posterior retorno a escola, é um momento de, a partir de situações do presente, analisar essas escolhas e decisões do passado, trazendo contextos e emoções que também serão analisadas a partir da ótica dessa pesquisa, bem como hoje é vista a escola e a perspectiva do futuro.

5.1 TRAJETÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO

Como já sinalizado, a trajetória de estudantes da EJA é marcada por interrupções e descontinuidades (Aranha, 2006), assim como as histórias de vidas de muitos estudantes desta modalidade. A começar por Gilberto (18 anos), relata que desde o início de sua trajetória na escola, “bagunçava durante as aulas”, repetindo três vezes o 6º ano, parando de estudar em seguida. Quando retornou aos estudos, por causa da sua jornada de trabalho, chegava cansado e não conseguia aprender, perdendo o interesse. Outras vezes, saía tarde do trabalho e não podia mais ir à escola, de acordo ao relato do mesmo, quando fala que “[...] Bagunçava muito. Aí depois parei de estudar. Aí por causa do trabalho quando eu vim estudar de novo aí chegava cansado. Não tinha essa aprendizagem toda. Daí eu comecei a me distanciar dos estudos e acabei perdendo de ânimo”. Nessas situações, muitas vezes ficava alguns meses sem frequentar a escola vir. Entrou na EJA por incentivo de algumas primas que conseguiram conciliar trabalho e estudo, assim ele veio.

Jamile (28 anos), precisou trabalhar precocemente para ajudar na composição da renda familiar, em suas palavras, “Eu parei. [...] Praticamente, eu parei pra eu poder trabalhar, e depois não voltei mais”. Assim, ao chegar na antiga sétima série, atual oitavo ano, interrompeu os estudos. Sempre se considerou dedicada e nunca repetiu de ano e só conseguiu retornar recentemente, já casada e mãe de duas crianças, com o apoio do marido.

Outra discente que teve a trajetória bem conturbada é Larissa (26 anos). Estudou até o quinto ano em uma escola, já o sexto e o sétimo em outra instituição, pois na anterior não eram ofertadas as séries mais avançadas. Repetiu o quinto e o

sexto ano, interrompendo os estudos devido à experiência de maternidade. Devido a falta da rede de apoio, não conseguiu retomar os estudos antes e acabou perdendo o interesse em estudar por alguns anos, conforme disse, “Eu parei de estudar porque não tinha ninguém para cuidar do meu filho”. Retomou sua trajetória na escola a partir do incentivo de amigas que conseguiram concluir na EJA e, atualmente, conta com a ajuda da tia que cuida dos seus filhos para que possa estudar.

Rafael (24 anos) sempre estudou na mesma escola. Relata ter tido alguns problemas de comportamento, e repetência no nono ano. Quando começou a trabalhar como menor aprendiz, decidiu deixar a escola e aumentar a carga horária de trabalho, ficando afastado dos estudos como o próprio disse “Eu estudava de dia, só que como a pessoa vai trabalhando, o trabalho vai obrigando mais, requer mais tempo, né, para o trabalho”. Também se casou durante esse período, e só após o divórcio, resolveu concluir os estudos.

Dentre os entrevistados, Gerusa (20 anos) é a que menos demonstra interesse pelo trabalho e pelo estudo. Estudou em escolas no centro da cidade, mas relata que nunca “passou direto”. Desistiu no sexto ano, ficando três anos sem estudar. Começou a trabalhar, porém achava baixo o salário e saiu do emprego. Com a ajuda da irmã, comprou itens para revender e passou desenvolver atividades laborais de forma autônoma. Recentemente, se matriculou na EJA para concluir o Ensino Fundamental.

Por último, temos Wallace (28 anos) , que começou a estudar próximo a sua casa, contudo migrou para escola atual, um pouco mais distante de sua localidade de moradia, por acreditar que o estudo seria melhor. Relata que na sua trajetória, realizava muitas brincadeiras durante as aulas e que não levava a escola a sério. Repetiu o quinto e o sexto ano algumas vezes, principalmente por que deixava de frequentar a escola. Veio para o ensino noturno concluir o fundamental e permaneceu pelo incentivo dos professores, de acordo ao seu relato:

[...] Não dava muito valor a estudo (...). Lá no meio do ano, às vezes na escola eu ficava pensando assim, aquela preguiça não vinha para a escola. (...) Minha amizade com o professor, a amizade que eu tenho no colégio, as pessoas incentivando, os professores também. Aí dá a vontade de você vir para a escola.

Nas trajetórias é possível identificar alguns pontos em comum e outros divergentes entre os(as) jovens. Entre as mulheres, a maternidade entra como um ponto importante, pois além de exercerem a maternagem, precisam de apoio para retomar os estudos, pois precisam de alguém para deixar os filhos. Depois, esperam os filhos ficarem maiores e mais independentes para poder retomar os estudos.

Entre os homens há, além da inserção no mundo do trabalho, há relatos de pouca valorização e identificação com a escola, ilustradas pelas situações de “brincadeiras” ou de “bagunçar” que contribuíram para o abandono

É possível inferir que estar cursando a EJA é uma questão que envolve bastante esforço e “força de vontade”. Força de vontade aqui é entendida enquanto uma forma de se “rebelar contra um sistema” que em pouco contribui para que jovens trabalhadores também sejam estudantes. Nesse sentido, a força de vontade é a necessidade de, apesar do cansaço e do desânimo, permanecer resistindo e frequentando as aulas. Nesse ponto, Andrade é muito assertiva quando aborda o retorno do estudante jovem e adulto à sala de aula, já que

Valorizar o retorno dos jovens pobres à escolaridade é fundamental para torná-los visíveis, já que representa a chance que, mais uma vez, esse jovem está dando ao sistema educacional brasileiro de considerar a sua existência social, cumprindo o direito constitucional de todos terem acesso à escolaridade básica (Andrade, 2004, p. 51).

Desse modo, formar cidadãos é também ensinar o valor que a educação tem dentro da sociedade, como catalizador social, bem como necessário para o mundo do trabalho contemporâneo.

Quando, nas entrevistas, foram questionados sobre o motivo do retorno, os sujeitos apresentaram respostas que geram reflexões. A começar por Gilberto (18 anos) sinaliza que “As coisas estão ficando difíceis pra todo mundo, né? A tecnologia já está avançando. Aí o cara tem que começar a correr atrás”. Nesse caso, ainda que indiretamente, ele entende a necessidade da qualificação para acompanhar os desafios. Pensamento também compartilhado por Larissa (26 anos) que acredita que através do estudo conseguem mudar de vida, quando fala que voltou pois quer “Um trabalho melhor... Um trabalho melhor na vida”.

Jamile (28 anos) também converge com esse pensamento quando reflete que “[...] bate aquele arrependimento [arrependimento de ter abandonado os estudos]. O arrependimento de você ir pra escola estudar e tem que estudar pra crescer na

vida”. A necessidade da qualificação, ou ao menos da certificação, para um melhor posicionamento no mundo do trabalho também aparece enquanto motivo para Rafael (24 anos) voltar a estudar quando ele fala que “pra pelo menos ficar no currículo lá. Ensino médio completo. Já é alguma coisa”.

A escolarização assume um papel diferencial dentro do mundo do trabalho. A melhoria e o investimento na educação, facilita e contribui para uma inserção mais produtiva no trabalho, refletindo em melhores salários, empregos formais, cargos mais elevados.

Há ainda uma outra vertente da relação com a educação, muito importante, que é a afetividade, a importância do apoio do professor para o público da EJA. Diálogo, escuta afetiva, tratamento acolhedor e incentivo constituem-se também como prática educativa. Esse fato é posto ao analisar a trajetória escolar de Wallace (28 anos), que sempre desistiu e ao chegar na EJA e ser acolhido pelos professores e colegas, está em vias de concluir o ensino fundamental, tal como o mesmo diz que “Minha amizade com o professor, a amizade que eu tenho no colégio, as pessoas incentivando, os professores também. Aí dá a vontade de você vir para a escola, ajuda”.

5.2 SENTIDOS DA ESCOLARIZAÇÃO

O relato de Wallace mostra que a escolarização ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos formais, mostrando-se como uma complexa ramificação que abarca diversos sentidos na vida de um indivíduo, tais como culturais, sociais, afetivos, cognitivos, psicológicos. Para além do aprendizado sistemático, a escola desempenha um papel fundamental na construção da identidade, no desenvolvimento de habilidades sociais e na formação de valores, apresentando-se não apenas como um ambiente de instrução, mas um espaço de interação e descobertas, onde os sentidos da aprendizagem se expandem para abraçar dimensões emocionais, éticas e culturais. Neste contexto, compreender os múltiplos sentidos da escolarização torna-se essencial para uma abordagem mais efetiva do processo educacional, reconhecendo seu impacto não apenas no intelecto, mas na formação cidadã.

Assim, durante a pesquisa, os sentidos da escolarização foram analisados a partir de duas óticas: pela importância pessoal e importância profissional.

Dentro da importância pessoal, há a presença marcante da perspectiva de melhoria de futuro, na qual Gilberto (18 anos), Jamile (28 anos) e Gerusa (20 anos) creditam ao estudo a possibilidade de no futuro ter algo melhor, seja em um emprego melhor ou para ter um emprego, frente a competitividade do mercado, como respectivamente relatam: “Eu acho que vai me ajudar no futuro, né, se eu conseguir concluir”, “(...) Pra quem quer ter um futuro, tem que estudar”, e também “Porque hoje em dia pra gente achar um trabalho que tem que ter estudo”.

Há ainda a perspectiva afetiva frente à escola em que utilizam a escola para socializar, como pontua Wallace (28 anos) ao sinalizar que “A escola ensina a gente a ter educação, respeito para as pessoas”. Existe também aqueles como Gilberto (18 anos) que utilizam a escola como “fuga”, como comprova seu depoimento quando diz que “(...) Ajuda.... Não me manter em casa e me livrar de briga em casa. O povo lá, qualquer coisa, é motivo de briga (...)”.

No que se refere à importância profissional, chama a atenção como Gilberto (18 anos) e Rafael (24 anos) relativizam a importância da escola frente ao mercado de trabalho, pois para o primeiro, com a prática do trabalho a pessoa iriam aprendendo o ofício. Já o segundo relata que, para os trabalhos que ele já exerceu, nunca foi exigido o estudo.

Jamile (28 anos), Larissa (26 anos), Gerusa (20 anos) e Wallace (28 anos), acreditam que a escolarização ajuda em sua vida profissional, pois todo conhecimento seria válido e que pode acrescentar tanto no trabalho atual quanto em uma carreira futura.

O que chama atenção é a forma como a escola e a vida profissional estão distantes, ainda que alguns dos sujeitos saibam que há ligação: essa ligação não consegue ser explicada por eles. Dentro da realidade dos entrevistados, é possível perceber a predominância de empregos precários e subempregos, que não são exigidos níveis maiores de escolaridade.

Por ser um público que trabalha, ou busca adentrar no mundo do trabalho, a relação entre trabalho e escolarização talvez pudesse estar mais presente e ter mais destaque dentro da formação desses sujeitos, pois há relevância social da temática, serviria de contextualização e também motivação para o aprendizado. No tópico a seguir, será discutido essa temática em sala de aula

5.3 A TEMÁTICA TRABALHO NA SALA DE AULA

Como já foi discutido anteriormente, a temática trabalho está intimamente ligada com as experiências de vida de estudantes das classes da EJA, dadas as suas especificidades. São trabalhadores, em grande parte, que resistem apesar das dificuldades e seguem estudando. Dadas as constantes transformações do mundo do trabalho, não são raros os trabalhadores que retornam as salas de aulas para poderem adentrar ao mundo do trabalho, mudar de ramo laboral ou melhorar em seu emprego atual. Assim, o trabalho apresenta-se como uma temática bastante pertinente para os jovens e adultos que estão estudando. Sobre isso, Fischer e Godinho (2014) pontuam que

Num sentido amplo, a incorporação do patrimônio de discussão teórico-prática a respeito do trabalho como princípio educativo tem contribuído para o aprofundamento do entendimento da EJA como educação e não restrita ao ensino de jovens e adultos (...). O trabalho, quando reconhecido como central para a formação humana, é intrinsecamente educativo. Esta perspectiva confere outro olhar para a dimensão profissional para e nas políticas voltadas a jovens e adultos (2014, p. 6).

Essa discussão não restringe a formação da escola à preparação de mão de obra, mas sim, serviria para analisar a categoria trabalho nos aspectos sócio-histórico-culturais, problematizando-os como centrais nas experiências de vida de estudantes da EJA.

Entendendo trabalho e educação como atividades humanas, o trabalho enquanto princípio educativo, desenvolve atividades educativas fundamentadas no trabalho e na reflexão sobre ele mesmo, permite compreender o lugar do estudante no mundo: entender as desigualdades socioeconômicas e suas causas, o trabalho explorado, a precarização etc. Assim é uma perspectiva omnilateral da formação humana: é enxergar o ser humano em todas as suas dimensões e não o fragmentar em partes que não conversam entre si. É a contraposição ao trabalho alienado.

Surge a necessidade de romper cada vez com um modelo de formação desumanizado e que nos desumaniza e “pensar sobre como encontrar elementos materiais da formação humana nos contextos que vivemos e não apenas no modo deformador do trabalho sob o capital” (ARROYO, 1991, p. 215), que banaliza os demais aspectos da formação, de forma a não criar seres críticos e que interpelem a classe dominante.

Em todas as entrevistas foi sinalizada a identificação presença da temática trabalho no currículo, principalmente nas aulas de História e Geografia. A partir das entrevistas, pode-se inferir que o tema é abordado não só enquanto conteúdo programático, como também como uma contextualização da realidade atual, haja vista que os alunos relatam que especialmente o professor Carlos fala diretamente sobre o trabalho.

“Ontem mesmo foi o tema trabalho. Sobre os direitos trabalhistas” Jamile (28 anos), ou quando “(...) ele escreve, que ele vai falando lá, explicando a gente. Aí ele vai falando sobre o trabalho” Larissa (26 anos), ou “(...) dá um conselho a gente pra estudar, arrumar um trabalho” Gerusa (20 anos)”.

A partir das entrevistas, pode-se perceber que o referido professor faz diversas relações entre o que está sendo estudado com a temática do trabalho, tendo em vista que assim consegue-se contribuir para uma preparação mais efetiva desses alunos para o mundo do trabalho, alinhando seus conhecimentos e habilidades com as demandas do ambiente profissional, e não precisa ser abordado como um assunto novo, contudo pode ser contextualizado com assuntos que estão sendo trabalhados pelo professor, pois, como argumenta no ensino fundamental a relação entre trabalho e educação é implícita e indireta.” (Saviani, 2007 p. 160).

O trabalho também é contextualizado nas disciplinas de Português e Ciências, a partir do depoimento de Wallace (28 anos), que disse que os docentes orientam sobre

formação de currículos, postura de se comportar num setor de trabalho. Como conversar, se relacionar com as pessoas. (...) Ciências, professor de Ciências mesmo, ensinou a gente bastante sobre isso. A de Português também, explicou essas coisas todas para a gente.

A temática do trabalho na EJA visa não apenas fornecer conhecimento teórico, mas também criar uma ponte entre a educação e as demandas práticas da vida profissional, reconhecendo o valor do trabalho como um meio significativo de aprendizado e crescimento.

5.4 DILEMAS ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO

Apesar do investimento feito pelos estudantes no retorno à escola, o dilema entre escola e trabalho é uma encruzilhada persistente que muitos jovens enfrentam

ao tomar decisões cruciais para o seu futuro. A dualidade que existe entre a escola e o mundo profissional é repleta de desafios, levando-os a ponderar sobre o equilíbrio entre adquirir conhecimento formal e ganhar experiência prática, os esforços para estudar à noite e as possíveis recompensas futuras. Essas dicotomias colocam em destaque questões fundamentais sobre prioridades, metas pessoais e as complexidades inerentes ao processo de tomada de decisão, evidenciando a importância de encontrar um caminho que harmonize esses dois aspectos cruciais do desenvolvimento individual e social.

Retomar os estudos é um passo importante e normalmente acontece quando os trabalhadores estudantes percebem que, sem estudar, não irão melhorar suas condições em seus trabalhos atuais ou poder buscar trabalhos melhores, pois há o entendimento que

a necessidade de abandonar a escola para trabalhar e a posterior constatação de que, como ficou com baixa escolaridade, encontrarão significativas dificuldades em conseguir melhores posições profissionais, mantendo por vezes gerações aprisionadas ao trabalho informal e aos subempregos” (Naiff; Naiff, 2008, p. 406).

Logo, ainda que de forma subjetiva, há uma forte ligação entre a escola e o trabalho. Alguns entrevistados dessa pesquisa não conseguiram relacionar de forma mais explícita a ligação entre a escola e o trabalho, mas afirmam que ela existe. Rafael (24 anos) e Wallace (28 anos), conseguem ver principalmente a função de capacitação, como aponta Rafael (24 anos) quando diz que “(...) o trabalho, quando vê que você terminou o estudo (...), fica mais fácil de você conseguir a vaga. Porque ele [o empregador] não vai deixar de dar uma vaga para um que concluiu o estudo e para um que ainda está concluindo”.

Wallace (28 anos) vai um pouco além, pois enxerga a escola com uma maior gama de benefícios, em que, além de possibilitar uma melhor colocação no mercado de trabalho, proporciona uma formação mais integral, quando diz que (...) é importante para capacitar a gente para o setor de trabalho, porque sem a escola a gente não vai nem para frente, nem fica parado no mesmo lugar. E a escola já ajuda a gente a se capacitar mais, aprender mais sobre o mercado de trabalho também”.

Quando as reflexões trazidas giram em torno da centralidade da escola e do trabalho em suas vidas, foi quase uma unanimidade entre os entrevistados concordarem que o trabalho é o mais importante. As razões financeiras imperam nas

respostas de Gilberto (18 anos) quando diz que “O trabalho. (...)Porque é dali da onde a gente tira a renda e o sustento”, como também na resposta de Jamile (28 anos) , quando explica “eu trabalho porque tem que pagar as contas. (...) tem gente que fala, trabalho porque tem o amor. Não! Trabalho é o amor do dinheiro pra poder sobreviver e pagar as contas”.

Apesar de ressaltar a importância de estudar, Rafael (24 anos), também concorda que o trabalho é mais importante, mesma linha de raciocínio de Wallace (28 anos), que pontua a importância de estudar, porém afirma que a escola é mais importante pois “é a escola, que vai capacitar a gente para essas coisas no mercado de trabalho na frente”.

Em relação ao sentido do trabalho, alguns significados foram pontuados, a começar pelo sentido financeiro. Gilberto (18 anos), atribui ao trabalho o meio para a sobrevivência tendo em vista o ganho financeiro. Consonante a ele, tem-se Larissa (26 anos) que também alega que precisa de dinheiro.

A experiência de trabalho dos participantes desta pesquisa parece sugerir apenas o trabalho como meio de sobrevivência, longe da perspectiva de trabalho como algo transformador de si e do mundo. É possível trazer para a discussão a alienação do trabalho, de acordo com a perspectiva de Marx, que é um fenômeno intrínseco ao sistema capitalista, onde os trabalhadores perdem o controle sobre seu trabalho e são alienados de sua existência como seres humanos, o que pode levar a uma impossibilidade de compreender o seu lugar no mundo enquanto trabalhador (Franco, 2011).

Apesar de destacar a importância financeira, Rafael (24 anos), também traz o sentido cultural do trabalho, e declara que além de pagar as contas, também o utiliza para o lazer. Jamile (28 anos) traz um sentido de realização pessoal, pois através do trabalho, conseguiu ter sua casa, que era um sonho antigo e também sustentar a sua família. Larissa (26 anos), atribuiu ao trabalho o sentido de realização pessoal por amar trabalhar.

De uma forma bem curiosa, Wallace (28 anos) conferiu ao trabalho um sentido que caminha entre o redentor e/ou corretivo, pois além de se manter, acredita que através do trabalho, as pessoas podem se afastar de “caminhos errados” onde “às vezes, você sem trabalho, sem objetivo nenhum para fazer, só aparece coisas erradas. E o trabalho, nessa oportunidade, já lhe ajuda para livrar de um bocado de coisas”.

Pochmann (2000) traz a ideia que os jovens enfrentam desafios adicionais ao buscar emprego e mantê-lo, uma vez que, além da falta de experiência, deparam-se com escassas oportunidades e mais uma vez, é retomada a discussão sobre trabalhos precários e baixos salários. Esta situação torna-se ainda mais grave entre os jovens de baixa renda, pois são impulsionados a buscar rapidamente uma ocupação para obter renda e sustentar ou ajudar nas despesas familiares ou garantir sua própria sobrevivência. Infelizmente, esse cenário frequentemente compromete a possibilidade de prosseguir com a formação escolar e alcançar maior qualificação profissional, fatores que normalmente contribuiriam para o desenvolvimento subsequente de suas carreiras.

Por outro lado, essa situação também pode impulsionar, para o que Wallace (28 anos) chama de “caminhos errados”. A inserção da juventude no mundo do crime e de atividades ilícitas, em alguns casos, pode ser reflexo do cenário desafiador que o jovem está inserido, onde falta de oportunidades econômicas e educacionais cria um ambiente propício para escolhas prejudiciais.

Nesse sentido, frente a pressão financeira e da necessidade de sustentar a si mesmos ou às suas famílias, alguns jovens podem se sentir tentados a buscar alternativas rápidas para obter renda, muitas vezes recorrendo a atividades ilegais, uma situação bastante real e possível para os jovens desta pesquisa, haja vista a forte influência de facções no entorno do bairro. A ausência de perspectivas de crescimento profissional e a falta de suporte social, e as vezes familiar, adequado podem contribuir para esse ciclo, tornando crucial abordar as raízes socioeconômicas que alimentam esse caminho.

Assim, a fala de Wallace (28 anos) é o resultado de uma realidade bastante presente, onde constantemente os jovens são aliciados para serem agregados a facções e com isso, seguir o “caminho errado”, fazendo diversas coisas erradas, tais como tráfico, roubos e furtos e outros delitos. Pode-se entender que, quando se está em um emprego, ainda que as condições do mesmo não sejam as melhores, é melhor do que submeter a essa situação de violência social, onde a pessoa, estaria ganhando seu sustento, através de atividades lícitas.

Conforme os jovens enfrentam decisões cruciais, torna-se evidente que a abordagem não é necessariamente de escolher entre escola ou trabalho, mas sim de tentar integrar ambas as facetas para um desenvolvimento do cidadão como um todo, garantindo direitos e deveres.

O trabalho aqui é entendido como atividade humana indispensável para sua sobrevivência e aquisição de bens. Sem ele, dificilmente ter-se-á acesso a cultura e lazer também. Acaba sendo um motivo para alguns estudantes retornem para escola. Pensar em um futuro melhor é uma tarefa de agora e será uma temática melhor explorada no capítulo a seguir.

6. PERSPECTIVAS DE FUTURO

Quando são oferecidas oportunidades de aprendizado flexíveis e adaptadas às necessidades individuais, a Educação de Jovens e Adultos não apenas resgata trajetórias educacionais interrompidas, mas também pode inaugurar caminhos promissores para o futuro de jovens e adultos. Nesse contexto, explorar a perspectiva de futuro dos alunos da EJA auxilia compreender se a educação pode ser um agente de mudanças positivas em suas vidas, capacitando-os a enfrentar desafios e a alcançar conquistas significativas em um cenário em constante transformação, como o mundo do trabalho.

Observando os relatos dos sujeitos desta pesquisa, pode-se inferir que o trabalho ainda é um fator marcante no abandono escolar, em contrapartida é o mesmo motivo que os fazem retornar à escola, seja para melhorar a função ou mudar de emprego, pois, em alguma medida, ainda é a partir da escola que esses jovens vislumbram a mudança.

Pensar sobre o futuro de jovens envolve as possibilidades e limitações de ingresso no mundo adulto. Nas classes populares alguns jovens fazem planos que muitas vezes são sucumbidos pelos mais diversos motivos, tais como maternidade, entrada precoce no mundo do trabalho, cansaço (Vendramini et. al, 2017). Assim, ainda que desejam algo para o futuro, muitos desses planos não podem ser concretizados.

Leccardi apresenta o futuro enquanto um planejamento do projeto de vida e de si, no qual, enquanto se planeja o que se fará no futuro, acaba por planejando quem será (Leccardi, 2005). Contudo, a mesma autora afirma que, a partir das dinâmicas cotidianas, por vezes é quase improvável esse planejamento. Tendo em vista as inúmeras possibilidades do ser, ainda segundo a autora, atualmente há muitas possibilidades de se planejar o futuro, pois pode-se escolher ser o que quiser, inclusive não “ser nada”.

Isso se dá por que as gerações passadas tinham uma previsibilidade maior do que poderiam vir a ser. A guisa de exemplificação, pode-se observar que nas gerações passadas, era possível começar a trabalhar e se aposentar trabalhando em uma mesma empresa, tendo progressão de carreira. Mendes sinaliza que o futuro já estava em grande medida “pré-definido” a partir do histórico familiar, da

classe social que criava fases biográficas mais previsíveis, principalmente para os homens, onde havia a

(...) preparação para o trabalho (formação escolar); exercício do trabalho remunerado (fonte de identidade e signo da vida adulta) e aposentadoria. Estas etapas indicavam a juventude como um momento de transição em que era possível pensar a relação entre identidade individual e identidade social. A certeza de alcançar autonomia interior era garantida pela passagem aos degraus mais altos de independência. (Mendes, 2006, p. 7)

Na atualidade, esse planejamento do “vir a ser” é mais complexo visto a gama de possibilidades do que se pode ser e com isso, o futuro torna-se nebuloso e incerto (Leccardi, 2005).

Para os sujeitos desta pesquisa, há uma “deslinearização” do futuro, na perspectiva de Guimarães e Grinspun (2010), que traz que para as juventudes de hoje a “(...) relação com um tempo “deslinearizado” e com projetos “desfuturizado”. Um tempo que não constrói alicerces e, portanto, representa uma experiência solitária, individual e única” (2010, p. 9). Existem as necessidades de se viver o hoje, de se manter e com isso, pensar o futuro torna-se muito subjetivo e quase desnecessário. Para essas juventudes, com tantas privações de direitos, tais como transporte, saúde, lazer e educação, o pensar sobre o amanhã torna-se adiável, tanto pelas limitações estruturais, quanto pelo desconhecimento de suas possibilidades e principalmente, potencialidades.

Assim posto, entende-se que cada trajetória individual tem relação com muitos aspectos sociais, referentes ao presente e de igual modo, não é uma responsabilidade particular e sim coletiva, que envolve toda a comunidade, como pais, professores, sociedade e Estado (Gracioli, 2016), pois apesar de uma experiência única, depende de fatores externos e estruturais.

Pensar uma perspectiva de futuro sob a luz de sujeitos pobres, pretos e que lutam diariamente pela sobrevivência é uma tarefa ainda mais árdua, contudo torna-se imperativo. É uma realidade em que muitos desses sujeitos não conseguem abstrair sobre o amanhã, tentam sobreviver a mais um dia e assim, vivenciam essa experiência enquanto uma incerteza, por não conhecer os caminhos que podem ser percorridos e desta forma, o futuro aparece como um momento muito distante, devido a necessidade do viver o agora.

As perspectivas de futuro dos jovens estiveram presentes em muitos momentos desta pesquisa, haja vista que o motivo de alguns sujeitos terem retornado à escola foi para melhorar no trabalho, futuramente, ou ainda encontrar um novo trabalho, devido a melhor escolaridade. Futuro esse não distante, mas sim um futuro próximo que permitiria o sustento de si, de sua família.

Durante a roda de conversa com os jovens, a pergunta “qual profissão você gostaria de ter no futuro?”, gerou bastante reflexão no grupo. Apenas dois participantes, dentre dezoito, verbalizaram explicitamente que tinham sonho/projeto mais claro para o futuro, sendo que o participante do gênero masculino afirmou que queria ser empresário, para ter seu próprio negócio e a participante do gênero feminino que gostaria de ser médica, mas não soube explicar as razões da escolha.

Após mediação, o grupo avançou na reflexão sobre o tema, conseguindo perceber a importância de projetar um projeto de futuro, contudo acreditam que ainda precisam pensar mais, outros acreditam que necessitam fazer mais cursos para se decidirem e uma participante sinalizou que deve deixar ao acaso quando diz que “eu vou deixar Deus preparar pra mim. (...) quem sabe do meu futuro é Deus”. Essa frase não expressa, nesse sentido, uma esperança no campo espiritual, de cunho religioso. Representa, como já dito antes, as incertezas sobre o futuro desconhecido e por uma não articulação no presente para o que venha a ser, devido à falta de conhecimento das probabilidades.

Algumas reflexões serão traçadas a seguir, discutindo essas percepções de mudanças desses jovens, partindo das entrevistas e rodas de conversas.

6.1 PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS

Apesar de não terem muito definidas quais profissões exercerão no futuro, em um ponto todos os participantes da pesquisa concordam: não pretendem permanecer nos empregos atuais. Isso foi mostrado explicitamente na roda de conversa, pois nenhum deles citou seu atual emprego como profissão que de fato eles quisessem exercer ou continuar exercendo. Nas entrevistas, de igual modo, todos os participantes afirmaram que mudariam de profissão, enquanto alguns mudariam até mesmo o ramo de trabalho.

A situação atual vivenciada pelos participantes envolve a relação entre a necessidade de sobrevivência e as oportunidades, ou falta delas, sendo muitas

vezes necessário aceitar o emprego que lhes foi ofertado ou que tenha o melhor rendimento financeiro. Assim, apesar da insatisfação, essas pessoas têm pouco acesso a meios e/ou estratégias de mudança, que é a parte mais difícil no movimento de transformação da realidade, ou pelo menos assim eles parecem acreditar.

Como sinalizado, nas entrevistas foram questionados sobre o trabalho atual, novamente nenhum participante da pesquisa demonstrou vontade de permanecer no atual trabalho. Wallace (28 anos) é incisivo ao dizer que não pretende continuar sendo rápido em sua resposta: “Não, no futuro, não”. Gerusa (20 anos) de igual modo, denotou estar apenas esperando uma nova oportunidade, quando fala que “Não [pretendo permanecer]. Quando eu achar um melhor, eu me mando”.

Apesar de querer continuar na função de motorista, Rafael (24 anos) pretende estabelecer vínculos concretos com a empresa que ele faz prestação de serviço e melhorar de cargo. “Rapaz, disso para melhor, né?”, disse ele, complementando (...) Eu vejo [atuando mas mesma área], porque eu gosto da função motorista. (...) Mas pode ser que daqui para frente eu possa trocar a carteira para caminhão, aí tem que fazer um curso para dirigir caminhão agora, esse negócio”. Ou seja, ele pretende ser contratado diretamente pela empresa e ao invés de dirigir carros de menor porte, poderia dirigir os caminhões da empresa de entrega, significando algum nível de mobilidade profissional e de status. Segundo ele, o “motorista de carro pequeno” trabalha só, dirigindo e carregando e descarregando. Já o motorista de caminhão, trabalha com o ajudante que tem a função de carregador, logo ele apenas dirigiria e poderia estar menos sobrecarregado.

Na mesma perspectiva de melhorar de função, Gilberto (18 anos) sinaliza que pretende mudar de trabalho, quando diz que “se eu não arranjar outro, se tem esse, vai esse”. Contudo, caso não encontre outro vínculo, faz planos de melhorar dentro da própria empresa, aprendendo outras funções, ou em suas palavras, “tem tendência de crescer, né? Mas, crescer aprendendo outra profissão. Aqui é vinculado a várias profissões. Tipo, encanador, pedreiro, eletricista, pintor”.

Há ainda mais dois casos que desejam mudar completamente de profissão. O primeiro, Larissa (26 anos) era vendedora autônoma, mas afirma que “eu queria ir para um ramo diferente. Um trabalho de carteira assinada, por exemplo”. Larissa (26 anos) não faz escolha de nenhuma profissão em específico, ela quer trabalhar com mais estabilidade e proteção social. Esse fato retoma a discussão de Picanço (2015)

quando reflete sobre a precaridade em que o jovem das classes populares é inserido no mercado de trabalho, com os piores salários e sem segurança de direitos. É possível inferir que talvez essa participante não queira necessariamente mudar de ramo de trabalho, mas talvez, a forma de vínculo.

O desejo de Larissa (26 anos) de um trabalho assegurado pela CLT traz a discussão, apresentada em capítulos anteriores, acerca do Trabalho Decente (TD), que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) pondera que visa garantir que as pessoas tenham oportunidades de trabalho digno, remunerado de maneira justa e em condições seguras (Picanço, 2015), favorecendo uma perspectiva em que o trabalho seja uma fonte de dignidade, estabilidade e oportunidade para todas as pessoas.

Com isso, Larissa (26 anos) denuncia a situação de precariedade em que o jovem é inserido no mundo do trabalho, o anseio em mudar de vida e a escola como o caminho para conseguir a mudança desejada.

Jamile (28 anos) por sua vez, também deseja sair do ramo em que está e tem pressa para isso: “Rapaz, eu não [quero permanecer]. É tanto assim que eu já tô querendo sair em janeiro. Que é muito cansado, muito cansativo”. De igual modo enxerga na escola e na qualificação uma oportunidade para fazer essa mudança: “[...] Tô tomando meu curso aí, faço o outro. Aí é uma profissão que eu boto meu currículo e vou trabalhar, deixo meu filho crescer um pouquinho e vou trabalhar”.

Em um mundo dinâmico e em constante evolução, a mudança e permanência no emprego reflete a natureza fluida do mercado de trabalho, mas também as condições pouco favoráveis do mundo laboral das classes populares. O desejo de mudança reflete uma tentativa de melhoria de vida, enquanto, mesmo quando há a permanência em determinada ocupação, há a necessidade de progresso na função. Não há nada estático. E dentro desse desejo de mudança e melhoria, tem-se o futuro enquanto distante e quase sem planejamento frente as necessidades do agora. É a desfuturização do amanhã, por não se ter construído alicerces fortes e consistentes, devido a necessidade do sobreviver o agora.

6.2 PROFISSÃO IDEAL

As escolhas profissionais desempenham um papel crucial na trajetória de vida de cada jovem, e a busca pela profissão desejada torna-se uma jornada significativa

e desafiadora para muitos indivíduos. Em condições ideais, inspirados por suas paixões, talentos e aspirações, as pessoas procurariam encontrar um equilíbrio entre o que amam fazer e as oportunidades que o mercado oferece. Na vida real nem sempre essa situação é possível, assim, os sujeitos dessa pesquisa, por ora, não conseguiram unir seus desejos aos empregos atuais.

Em via de regra, a escolha profissional se consolidaria a partir do Ensino Médio, quando os jovens são confrontados a tomar uma decisão que venha a unir probabilidade de emprego, auto avaliação sobre suas habilidades, afinidades e identificação com a profissão (Sobrosa *et al*, 2015). Isso não acontece com muitos jovens dessa pesquisa, pois a maioria já adentrou o mundo do trabalho antes de chegar à última etapa da educação básica, por necessidade, e a conquista de suas ocupações deu-se por uma urgência para sustentar a família ou a si mesmo.

Além da necessidade, o processo de inserção profissional envolve alguns fatores que são enumerados por Paim (2007, apud Sobrosa *et al*, 2015, p. 316) como “falta da qualificação requisitada, ao local de moradia do jovem, além das questões relativas à aparência dos candidatos, tais como a cor da pele, tipo de cabelo, biótipo corporal”.

Como é uma realidade infelizmente comum a jovens de classes mais desfavorecidas, a escolha profissional tende a ter muitas restrições, inclusive de ordem econômica, e com isso, os processos são limitados e tende a ocorrer de maneira precária e difícil (Sobrosa *et al*, 2015).

Durante as entrevistas, ao serem questionados sobre qual profissão ideal para eles, as respostas foram diversas. Rafael (24 anos) pretende continuar como motorista, porém deseja um carro maior para “[...] viajar o mundo, conhecer lugares, trabalhar. Conhecer o mundo”. Ele deseja unir duas paixões viajar e dirigir caminhão.

Larissa (26 anos) sinaliza que gostaria de ser vendedora, apesar de em um outro momento ter dito que gostaria de mudar de profissão e ter um emprego seguro, contudo, não soube especificar com o que exatamente gostaria de trabalhar.

Há ainda sonhos que foram desfeitos, contudo reconstruídos baseados em uma realidade mais próxima do que se está vivendo no momento. E assim, Jamile (28 anos), diz que “antes eu queria era ser bombeira, mas eu hoje pretendo tomar um curso de técnica de enfermagem”.

Investir em formação é um plano compartilhado também por Wallace (28 anos), que gostaria de ser mecânico, contudo entende que precisa estudar e se especializar na função para alcançar seu objetivo: “eu gostaria de ser mecânico, mas tenho que estudar bastante ainda”.

Gilberto (18 anos) é enfático ao dizer que gostaria de ser artista plástico e mostrou alguns desenhos no caderno, com traços expressivos e desenhos surrealistas. Gerusa (20 anos), por sua vez, gostaria de ser nutricionista, mesmo sem saber explicar o motivo.

São muitos caminhos a serem traçados até a conquista da profissão ideal. Alguns já entenderam qual caminho seguir, outros estão no campo abstrato do desejo de ser. Em ambos casos, há sonhos e escolhas feitas, contudo, há a reflexão trazida por Bastos (2005, apud Sobrosa *et al*, 2015, p.319), que fala sobre “jovens pertencentes a classes desfavorecidas muitas vezes abandonam sua primeira opção profissional em detrimento de uma escolha mais próxima de sua realidade socioeconômica”. E assim, caminha as juventudes, tentando equilibrar o real e o possível.

6.3 PLANOS DE FUTURO

As juventudes, muitas vezes elaboram planos que refletem seus sonhos, aspirações e desejos de realização pessoal, familiar e profissional. Alguns almejam realização profissional e financeira, enquanto outros, além do sucesso profissional desejam constituir família e viver confortavelmente.

Não se pode dissociar as escolhas profissionais e planos de futuro de fatores familiares, psicológicos, sociais, econômicos, políticos e educacionais (Soares, 2002). Assim, para atender as exigências do mercado capitalista do trabalho, o sujeito precisa se qualificar para tentar adentrar ou permanecer num mundo competitivo. Apesar de não ser garantia de emprego ter a qualificação profissional, ainda assim como é sinalizado,

Os fatores econômicos estão muito mais presentes do que imaginamos na hora da escolha profissional, pois os jovens ao fazer suas escolhas têm utilizado como critério de decisão o mercado de trabalho, se uma profissão está gerando emprego hoje, automaticamente o jovem inclina-se a ela (Maffei, 2008, p.168-169).

E novamente podemos relacionar a necessidade primeira de sobrevivência que se sobrepõe ao planejamento de futuro. E é dessa forma que os sujeitos dessa pesquisa fazem seus planos para o futuro: a partir do agora e, aparentemente, sem um planejamento plausível para o futuro. Demandas básicas são apresentadas, porém sem reflexões sobre um futuro mais distante.

A ideia de “ter conforto” é um quesito muito presente no futuro almejado pelos jovens entrevistados. Vê-se isso nos planos traçados por Wallace (28 anos) que quer “ter um bom emprego. Construir uma família. Ter uma casa própria boa. E... Pensar mais um pouco pra frente. Fazer um curso melhor também, pra se capacitar mais. Pra ter outro emprego melhor ainda do que eu imagino”.

Rafael (24 anos) não planeja acumular riquezas materiais, mas pretende viver confortavelmente a partir do que conquistou, pois ele quer “casa, ter meu transporte, ter a vida estável, só isso. Muita coisa não. Não vai levar nada mesmo”.

A família e o bem-estar da mesma, apresenta-se como uma preocupação futura presente também nas inquietações de alguns participantes. Jamile (28 anos) pretende acompanhar o crescimento dos filhos, e orgulhosamente fala: “meu plano é ver minha filha, estudar, se formar, ter a casa própria, o trabalho dela próprio e ver a família feliz”. Em contrapartida, Larissa (26 anos) gostaria que a família a acolhesse e aos seus filhos também. A família é uma das principais redes de apoio dos jovens e exatamente isso que a mesma gostaria de ter, quando traz que “meus planos para o futuro é que minha família melhore mais. (...) Em me dar uma atenção a mim e aos meus filhos”.

Há uma linha tênue entre a desesperança e a falta de oportunidade que reflete nas projeções futuras de alguns jovens. A omissão do Estado em direitos básicos ocasiona falta de acesso e recursos a informações que se tornam decisivos em seu futuro. Seja transporte precário, que dificulta o acesso a cursos, seja a falta de escolas próximas a suas comunidades, que por vezes desestimulam a ida aos estudos, ou até mesmo o não funcionamento dos dispositivos públicos de saúde, que sucateiam o atendimento e diminuem – além da dignidade humana – a expectativa de vida dos jovens, influenciam o pensar os planos para o futuro. É nessa perspectiva que Pais (2006) afirma que a vida, principalmente dos jovens menos desfavorecidos, é como uma loteria, na qual a segurança é uma questão de sorte e os riscos estão fora de controle.

O reflexo dos problemas citados acima é visto nos depoimentos de Gilberto (18 anos) e Gerusa (20 anos). Ele apresenta desalento sobre o futuro. Nas palavras do mesmo, “eu nunca planejei nada, pra hoje. [...] Não sei nem sei se eu vou estar vivo daqui até lá”. O que se pode entender é que, para ele, o futuro é momento muito distante, longínquo. Vê-se como algo quase intangível, não feito para ele.

Para Gerusa (20 anos), o acaso é o “senhor do destino”. Ela sinaliza viver o presente, reconhecendo a incerteza do futuro e, portanto, dispensando a necessidade de preocupação antecipada. “Eu sou uma pessoa que não faz planos. (...) Porque a vida é... A gente tá aqui hoje e não sabe de amanhã, né?”. E dentro dessa incerteza do que está por vir, persistindo na experiência da existência, encarando cada dia de maneira isolada e sequencial. E assim, os aspectos abordados por Paim (2007, apud Sobrosa *et al*, 2015), como o local de moradia, a condição econômica e a cor da pele, vão condicionando a realidades desses jovens e podando oportunidades.

Com isso, muitas vezes precisam escolher sozinhos o que querem vir a ser enquanto adultos, dentro das possibilidades que lhes são oferecidas. A impressão é que eles de fato são os únicos responsáveis pelas suas escolhas, contudo é preciso ainda levar em consideração diversos fatores como raça, gênero, sexo, contexto social, econômico e cultural que o sujeito está inserido, como variáveis decisivas nesse processo. (Paim 2007, apud Sobrosa *et al*, 2015). Driblar as dificuldades e seguir em busca do que desejam segue como o maior plano e ato de resistência desses jovens.

6.4 EVOLUÇÃO DA ESCOLARIDADE

O acesso à educação formal tem desempenhado um papel importante ao oferecer capacitação de indivíduos, trazendo ferramentas essenciais para o pensamento crítico, a criatividade e a participação cidadã na sociedade. Porém, nem sempre a escolarização garante esses ganhos, mas faz diferença em termos de empregabilidade, aumento de renda e proteção social (tem alta correlação entre nível de escolaridade e encarceramento, por exemplo). Os sujeitos da EJA, em algum momento, tiveram a sua trajetória de educação interrompida e com isso retomam seus estudos no noturno, em alguns casos, combinado ao trabalho.

De acordo ao PNAD Educação 2022, 53,2% das pessoas com mais de 25 anos havia terminado a Educação Básica. Quando se faz o recorte de gênero, pretos e pardos a taxa foi de 47,0%, ante 60,7% de pessoas brancas. Isso mostra um constante crescimento de pessoas em distorção idade-série que estão buscando melhorar sua escolarização, apesar de saber as dificuldades das camadas mais desassistidas socialmente, os pretos e pardos continuam em desvantagem.

Os entrevistados desta pesquisa são unânimes em afirmar que iriam terminar o Ensino Fundamental, etapa essa que é oferecida pela escola em que a pesquisa foi desenvolvida. Ou seja, todos e todas tinham convicção que iriam terminar o ano letivo e que, pelo menos aquele ano, não haveria mais um abandono. Infelizmente, ao final do ano letivo, Rafael (24 anos) evadiu da escola pouco após a entrevista, sem justificativa. Wallace (28 anos), alegou exaustão, não frequentou mais a escola, e terá de repetir o Estágio 5.

Apesar de quererem um futuro, ainda que próximo, melhor, a sala do Estágio 5 contava com 48 alunos matriculados. Desses 31,25% (15 alunos) passaram para o Ensino Médio; 27,09% (13 alunos) foram reprovados, sejam por falta, como também por notas que lhes garantiram nem ir para a recuperação. Assustadoramente, 39,58% (19 alunos) constam como evadidos. O mais intrigante é que no ano de 2024 é muito provável que seja repetido o que foi feito no ano de 2023 nas unidades de ensino, onde 66,67% não obteve êxito em progredir de ano.

Em relação ao Ensino Médio, afirmaram que teriam vontade de avançar para essa etapa da educação básica, contudo, alguns problemas e possíveis empecilhos foram apresentados por alguns participantes. A começar por Gilberto (18 anos) que diz que tentará, contudo, “se as condições der (sic), eu vou tentar fazer. E se as condições não der (sic), eu tenho que correr atrás de outra coisa”. De igual modo, Wallace (28 anos) preocupa-se se conseguirá conciliar e se terá capacidade.

Jamile (28 anos) expõe alguns fatores geográficos que seriam complicadores para sua jornada: “fico triste um pouquinho, porque a escola [atual] está do lado, [Já para cursar o ensino médio] vai pro [bairro vizinho] e vai ficar muito complicado pra gente. Tô triste por isso, porque se tivesse um... Vai ser mais difícil”. Essa dificuldade envolve em disputas territoriais entre facções e a falta de transporte, que dificultaria a ida para a escola, não só para ela, como para a maioria dos colegas, além de desabafar sobre a falta de opção de escolas, devido ao fechamento de algumas: “se tivesse um transporte público pra ir pro CEEP (Centro Estadual de

Educação Profissional em Saúde do Centro Baiano) ficaria melhor, porque [o bairro vizinho] ali é complicado pra gente.[...] Muitos já falaram que não vão. E as escolas estão fechando, então tem que se aproveitar a noite”.

Quando questionados sobre o Ensino Superior, as respostas vão de encontro aos dados da PNAD Educação 2022 mais uma vez, pois todas as mulheres entrevistadas afirmaram quererem chegar ao Nível Superior, ainda que num futuro não imediato, ao contrário dos homens. A pesquisa supracitada afirma que normalmente o número médio de anos estudados pelas mulheres hoje é maior, sendo 10,1 anos de estudo média, enquanto os homens têm 9,6 anos.

As justificativas são variadas; Gilberto (18 anos) acredita ser um gasto desnecessário. Wallace (28 anos) afirma que “É por que eu tô bem enrolado. Às vezes trabalho... Na faculdade, no caso, arrumar um trabalho grande pra frente... Eu acho que vai ser muito cansativo”. Rafael (24 anos) foi o único homem aberto à possibilidade, porém afirma que “(...) hoje, não sei se dava não. (...) Para fazer faculdade, tem que parar para estudar, porque senão, entra em um lado e sai no outro. Tem que botar dentro da mente”.

Apesar de quererem dar prosseguimento aos estudos, as condições nem sempre são favoráveis. Infelizmente, isso vai ao encontro de mais uma estatística (PNAD Educação 2022) em que jovens entre 15 e 29 anos, 18,3%, não haviam terminado o Ensino Médio, sendo 58,8% homens e 41,2% mulheres, ou por nunca terem frequentado ou por terem abandonado. Entre pretos e pardos, essa porcentagem é de 70,9%, assim, a única alternativa que esses jovens encontram é investir em seu futuro profissional, que será discutido a seguir.

6.5 FUTURO PROFISSIONAL

O futuro profissional é incerto tendo em vista a movimentação e constantes mudanças no cenário do trabalho, já discutidos anteriormente. Assim, frente a supressão de direitos, vínculos cada vez mais frágeis, salários indignos e jornadas de trabalhos cansativas, pensar no futuro profissional torna-se uma tarefa muito difícil.

Uma parte do projeto de vida envolve o futuro profissional, haja vista que a vida não é só trabalho. Assim, ao se planejar o futuro, faticamente, planeja-se também o que virá a ser profissionalmente falando. Assim, Alves e Dayrell (2015),

elencaram alguns tipos de projetos de vida, sendo eles: os projetos de forma mimética (onde planejam copiar e se inspirar em modelos); projetos hipomaníacos (caracterizam-se pelo otimismo excessivo, mania de grandeza, sonhos ambiciosos); projetos estratégicos (com planos e passo a passo), projetos de recusa (recusar os modelos e exemplos próximos). Há ainda os jovens que não se encaixam nesses planos que, baseado em Boutinet, (apud Alves; Dayrell, 2015) são os fora de projetos (aqueles que, dada as condições de existência, concentram-se no presente). A seguir, as projeções de futuro dos entrevistados serão apresentadas, para serem analisadas no final.

Por um lado, há um cenário de desesperança, verbalizado nas expectativas de Gerusa (20 anos) e Larissa (26 anos), que se traduzem em um “espero muitas coisas”, mas que não souberam elencar, principalmente por não ter muitas esperanças e planos para o futuro.

Por outro lado, há um desejo de melhorias e de um futuro tranquilo. Um emprego bom, com seguridade social faz parte dos planos de Gilberto (18 anos) e Rafael (24 anos), enquanto o primeiro está determinado ao “[...] que tiver alcance do meu braço, eu vou agarrar com os unhas e dentes”, o segundo almeja “(...) um salário digno, para poder realizar as metas”.

A família também está presente nas expectativas do futuro profissional dos sujeitos da pesquisa, pois acreditam que através de estabilidade em seus empregos, conseguirão organizar suas vidas e de suas famílias. As famílias assim, apresentam enquanto motivadores para continuar a ter esperanças em um futuro melhor. Jamile (28 anos), mãe de duas crianças e com seu companheiro, pretende ter “(...)uma vida boa, uma vida planejada” através de seu trabalho. Gilberto (18 anos) aparece novamente querendo “uma renda pra manter minha família no futuro, se eu tiver. Meus filhos, minha mulher. Pra mim está bom”.

Wallace (28 anos) por sua vez, espera que em seu futuro profissional, ele consiga alcançar um sonho: se capacitar e ter uma profissão melhor. O que almeja para os capítulos porvindouros em sua vida é “um curso pra se capacitar melhor. Ou de mecânico, ou de... pode ser outra coisa, de indústria, essas coisas. Eu tenho um curso melhor”. Quando questionado sobre quais empecilhos para a realização desse sonho, a resposta veio rápida: “Ficar capacitado na vida, né? Eu tô muito perdido nesses negócios aí no curso”.

Baseados nos modelos apresentados anteriormente, é possível perceber alguns traços a partir da comparação entre os modelos e os depoimentos dos sujeitos da pesquisa. Gerusa (20 anos) e Larissa (26 anos) apresentam algumas características dos sujeitos sem projetos, que ainda estão focados no presente e não projetaram seus futuros.

Gilberto (18 anos), Jamile (28 anos) e Rafael (24 anos), apresentam características dos planos estratégicos, onde, apesar de não terem todo o caminho pensado, sabem onde querem chegar e estão se esforçando para isso. Wallace (28 anos), por sua vez, apresenta um otimismo em mudar de vida, uma vontade quase utópica de ser qualquer outra coisa, melhor do que ele é agora.

Contudo, ter características de alguns dos tipos de projetos, não significa o ser de fato. O projeto de vida que é comum e marcante a todos e o projeto de recusa, haja vista que nenhum citou as profissões de seus responsáveis, companheiras ou companheiro para sua vida. Nenhum dos sujeitos da pesquisa se inspirou na profissão de pessoas próximas e ainda aqueles, cujas as circunstâncias obrigaram a seguir, atualmente buscam estratégias para mudar, vide o exemplo de Jamile (28 anos) que, apesar de ter a mesma profissão da mãe, investe em seus estudos para poder mudar.

Diante das transformações constantes no cenário profissional, é essencial cultivar a esperança de seguridade laboral. A resiliência, aliada à disposição para aprender e se adaptar, emergem como antídotos para desesperanças frente ao futuro, bem como um salário digno seja respeitado para as juventudes. Apesar do histórico de inserções precárias, que sempre vejam esperança e oportunidades na qualificação, tanto educacional quanto profissional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar uma pesquisa, os caminhos são definidos a fim de delimitar as etapas e minimizar erros. Contudo, durante o percurso, a pesquisa toma um rumo, que pode combinar ou não com o planejado. Muito antes ir ao campo de pesquisa, a investigação já havia sido pensada a partir da inquietação da autora, enquanto gestora do turno noturno de uma escola que oferta turmas de EJA e após observar a constante movimentação relacionada entre abertura de vagas de trabalho e renovação/cancelamento das matrículas.

Assim, a motivação inicial para a realização desta pesquisa começou ao perceber que os sujeitos da EJA saíam da escola para trabalhar e depois retornavam por conta do trabalho, seja para melhorar de função, por exigência da empresa, para agregar mais algum curso no currículo ou mesmo para mudar de ramo. Logo, as inquietações se converteram em um projeto, que se tornou pesquisa e hoje, encontram-se nesta dissertação.

Desde as conversas informais com discentes e docentes até chegar aos resultados da pesquisa, um assunto mostra-se recorrente: conciliar o trabalho e estudo nem sempre é uma tarefa fácil, seja pelo cansaço ou pela incompatibilidade de horários, ou seja, frequentar o ensino noturno é um grande desafio. Assim, para esses estudantes, a EJA apresenta-se como uma oportunidade de retomar suas trajetórias educativas e continuar garantindo o sustento de suas famílias.

Muitas são as dificuldades apresentadas por esses sujeitos e em diversos sentidos. Nas conversas e nas entrevistas emergiram questões como a negativa em trabalhos simplesmente por morarem em um bairro periférico e bem longe do centro da cidade. Existe ainda a dificuldade com o transporte na localidade onde vivem, reclamação recorrente pois dificulta “pegar um carro”, como eles mesmos falam, seja para fazer um curso ou para procurar trabalho. Foram narradas situações em que nem mesmo o SAMU chega quando solicitado, bem como falta de atendimento nos postos de saúde.

A problema que chama a atenção da pesquisadora é justamente a falta de escola em comunidades mais longínquas, exigindo que os estudantes precisem caminhar, por vezes no escuro, na lama e em meio a matagais para ter acesso não só ao transporte escolar como também ao transporte urbano.

As adversidades que emergiram nas falas dos(as) entrevistados(as) estão presentes também em um problema que permeia a juventude como um todo: a inserção precoce no mundo do trabalho. Assim, como os depoimentos dos participantes da pesquisa, essa inserção traz consigo alguns problemas como baixa remuneração, vínculos trabalhistas fragilizados, o que permite que eles trabalhem mais e ganhem menos. Seja pela baixa escolaridade ou pela falta de conhecimento de seus direitos, esses jovens acabam sujeitos a condições precárias que são oferecidas, dificilmente pautadas na legislação trabalhista.

A plataformização do trabalho, uma realidade cada vez mais presente, também aflige indiretamente esses jovens, sendo que essa forma de exploração moderna também ganha novas configurações, como entre aqueles que atuam em empresas de logística, que atendem por demandas e em prazos muito curtos. Esses sujeitos estão tão situados aquém das demandas da sociedade do trabalho plataformizado, uma vez que tais possibilidades de inserção na vida produtiva ainda não são acessíveis para eles. As formas de exploração da mão de obra foram adaptadas visando a obtenção de lucro, porém essa forma mais elaborada de retirada de direitos dos trabalhadores ainda não atingiu essas pessoas porque nem esses direitos chegaram ainda.

Tendo em vista as condições precárias de existência desses sujeitos, as formas de exploração também se adaptaram. Aqui, as contratações são vias diárias (dias trabalhados), extrapolação de horas extras pelos trabalhadores sob o pretexto de “mostrar-se disponível e interessado” pela vaga, contratos de três meses para avaliar o desempenho, que muitas vezes não são renovados.

Os sujeitos desta pesquisa algumas vezes estão tão aquém das condições já limitadas vividas por jovens em nossa sociedade, pois até as formas de precarização e exploração do trabalho são mais cruéis e incisivas. São inclusive jornadas de trabalho sem descanso, em que o intervalo é entre uma entrega e outra, quando ocorre. São cidadãos que trabalham há anos sem férias e ainda “agradecem a deus” a oportunidade de levar o pão para casa.

Um ponto bastante interessante em relação aos trabalhos exercidos pelos entrevistados está na divisão sexual do trabalho. Entre as mulheres, os trabalhos estão principalmente ligados aos cuidados com o outro. Temos uma empregada doméstica, que apesar da carteira assinada tem vários direitos negados tais como descanso e as férias, tem uma cuidadora de crianças que passa manhã e tarde com

filhos de vizinhos para que os mesmos possam trabalhar, já que não há creche na região. E também uma vendedora de rifa, que para driblar o desemprego, encontrou uma forma de obter remuneração e ainda estar com os filhos.

Dentre os homens, o que salta aos olhos é que as funções sempre envolvem trabalho braçal. Seja na construção civil, em uma distribuidora ou como entregador de uma empresa de logística, os trabalhos sempre envolvem força física. Seja para quebrar parede, fazer massa, entregar botijão de água ou gás ou carregar um carro para entregas, os homens sempre relatam esforço físico para exercerem suas funções.

Destaque-se ainda o depoimento sobre a empresa de logística em que há uma evidente superexploração do trabalho. O slogan da instituição aponta para a rapidez na entrega dos produtos, contudo a agilidade se dá em cima da exploração dos trabalhadores, que fazem carga e descarga de mercadoria sozinhos, roteiros extensos e cronometrados, para que recebam pela entrega.

Os sujeitos pesquisados apontam que não só a entrada no mundo do trabalho é precoce, como também na EJA. Cada vez mais vê-se a sala de aula com alunos mais jovens, assim confirmando a juvenilização das salas de jovens e adultos (Vide Tabela 4). Estudantes com até os 19 anos, contabilizam mais da metade do público-alvo da modalidade, nesta pesquisa. E esses, adentram o mundo do trabalho com ocupações remuneradas ou não, haja vista que muitos são responsáveis por cuidar de irmãos e primos, enquanto os adultos da família saem para trabalhar.

Em um contexto de acentuadas limitações de apoio do poder público e suas políticas sociais, a família também aparece como suporte muito presente na vida desses jovens e que, apesar de abandonos, divórcios, independência financeira, é sempre para perto dos seus entes familiares que eles permanecem ou retornam. Dentre os relatos de desavenças familiares, falta de união e também apoio, as famílias ainda são pontos de apoio importantes para os jovens. Seja no encorajamento para retomada dos estudos, indicação para o trabalho, abrigo ou suporte financeiro, as famílias desempenham papéis importantes para essas pessoas.

Além da família, a localidade onde vivem também é referenciada como um lugar afetivo. São depoimentos que apontam que os vizinhos se conhecem desde o nascimento, que é uma localidade tranquila, de paz. Cabe aqui questionar se ali representa de fato paz ou abandono, pois diversos equipamentos públicos que, em

tese, deveriam estar ali presentes, não estão. São situações de desamparo e de segregação socioambiental que vão desde a não ter acesso a serviços públicos como também ao lazer. É possível inferir que ali é um lugar de sossego em alguma media, pois, além de não ter a movimentação do centro da cidade, as pessoas que ali moram são parentes ou conhecidos de longa data e que as relações contribuem para esse sentimento de paz e amenizam o abandono.

No âmbito escolar, também há algumas considerações. Para começar, foi mostrado que o mundo do trabalho se apresenta enquanto conteúdo programático em algumas aulas de História e Geografia. Contudo é um assunto abordado pelos professores, principalmente em conversas informais com os jovens, mas com centralidade curricular, muitas vezes sendo tratado enquanto conselhos pelos profissionais de educação.

Em relação a relevância da formação escolar e pessoal, foi bastante relativizada, pois muitos alegaram que, o que é ensinado em sala de aula não é utilizado para o trabalho. Assim, o Ensino Fundamental é almejado não pelos conhecimentos que agregariam em suas vidas, mas como um diferencial no currículo. Assim, a formação escolar é tratada como uma aprendizagem com um fim em si mesma, sendo que o importante é concluir o ensino fundamental (ou médio) para incorporá-la no currículo. Já para a formação pessoal, eles raramente veem ligações diretas entre o que é visto em sala de aula e suas vidas práticas.

Há ainda uma crítica em relação à docilização dos corpos, em que dia após dia, professores entram e saem da sala, e em muitas situações nem planejam a aula, apresentam os conteúdos de uma forma descontextualizada e sem grandes reflexões sobre a realidade dos estudantes. Os jovens se amoldam à escola precária sem maiores questionamentos e são treinados tacitamente para sua inserção em condições de trabalho subalternizada e sem maiores críticas.

O trabalho apresenta-se como principal motivo tanto para o retorno a sala de aula quanto para a evasão/abandono escolar. Isso porque há a necessidade da entrada, muitas vezes precoce no mundo do trabalho e os estudos são deixados de lado. Sinalizam que “com a maturidade”, há o entendimento que através dos estudos, há a possibilidade de encontrar um emprego melhor, mais remunerado, cargo mais elevado, do que com a baixa escolaridade. Logo retornam e, baseados nos depoimentos da roda de conversa e entrevistas, pode-se afirmar que o retorno demarca sentimentos de arrependimento, por não ter estudado no “tempo certo”, por

ter deixado de estudar, pois agora precisam administrar ritos e responsabilidades da vida adulta e a vida escolar.

Como ilustração, é importante destacar aqui a reprovação de um sujeito da pesquisa, em específico. Há alguns anos ele tenta concluir a segunda etapa do Ensino Fundamental e sempre no final do ano, abandona, alegando exaustão. O ano letivo de 2023 não foi diferente e nada foi feito para evitar o abandono desse estudante.

Nesse caso, não se levou em consideração o público alvo da modalidade – trabalhadores –, não houve uma flexibilização de horários e nem mesmo de avaliação do mesmo. Simplesmente ele foi reprovado, sendo ignorado o percurso letivo dele, não só do ano de 2023, como em todos os anos anteriores. Isso aponta a urgente reflexão sobre quem são esses estudantes, por parte do professorado e da gestão educacional, que não diferencia as modalidades e avalia a todos de igual modo, sem levar em consideração as especificidades da EJA.

Em meio as análises dessa dissertação, é possível observar as inúmeras dificuldades da juventude pobre, preta e periférica e o reflexo disso na vida desses sujeitos. Falam de perspectivas de futuro pragmáticas e curtas, ou vagas quando remetem a um futuro bem distante. São direitos básicos dos cidadãos que são desrespeitados e essas mesmas pessoas não percebem por já terem absorvido enquanto comum, ser esta a realidade.

Os jovens dessa pesquisa almejam uma vida melhor, que pode ser traduzida em “uma vida confortável”, que longe de representar elevadas ambições materiais, relevam a possibilidade de ter os mínimos direitos garantidos, como transporte, saúde, trabalho e educação. A precarização dos vínculos trabalhistas e das condições de trabalho não permitem que o futuro seja minimamente projetado, pois eles lutam para garantir o “hoje”. Pensar em um futuro mais longo para esses cidadãos é um exercício pouco ou nada planejado, pois de acordo aos depoimentos dos mesmos, eles nem sabem se estarão vivos. A luta é pela sobrevivência e o sonho é pela dignidade de viver.

A escola poderia estar mais sensível a realidade e às necessidades desses alunos em específico, haja vista que a EJA foi pensada para estudantes trabalhadores, porém a única diferença é que está sendo oferecida no noturno. Metodologias, livros, avaliações são produzidas e reproduzidas de forma semelhante

aos Ensino Fundamental diurno, sem levar em consideração as especificidades dos trabalhadores estudantes.

A centralidade do trabalho hoje é justificada pela necessidade de sobrevivência, desse modo, a escola não consegue ser prioridade na vida desses jovens. Seja por eles não verem aplicabilidade do que lhes é ensinado, seja pela necessidade de levar o sustento para casa, a escola é uma das primeiras esferas que os jovens deixam ao adentrar no mundo do trabalho. Ambiente esse muito desfavorável, haja vista que para jovens de baixa escolaridade o que sobra são empregos altamente precarizado, com baixa remuneração. O ciclo se repete, o cenário pouco muda.

Ao final da pesquisa, o sentimento não é de encerramento, é de continuidade. Quais caminhos esses jovens poderão trilhar? A escola proporcionará mudanças nas suas possibilidades de inserção social e profissional? O que eles entendem ou conhecem sobre o nível superior? A universidade é uma possibilidade? As perguntas não se encerram, tampouco os problemas. Contudo há a esperança de fomentar o debate sobre as metodologias, os currículos e, acima de tudo, as políticas públicas que garantam não só o ingresso, mas também a permanência desses jovens na EJA.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M., & CASTRO, M. G. **Ensino médio**: múltiplas vozes. Brasília: MEC. 2003

ADDOR, C. A. A greve de 1903: primórdios do movimento operário no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 14, n. 2, p. 635–639, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/8fW3HjJtbzZpwSLNpkk8FfP/>. Acesso em: 25 mar. 2023

ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. T. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 02, p. 375-390, jul. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/100437/99042>>. Acesso em: 09 fev 2024

ANDRADE, E. R. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: OLIVEIRA, I. B.; PAIVA, J.(Org.). **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 43-54

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3JD9n46H3Dhn7BYbZ3wzC7t>. Acesso em 22 dez. 2023

ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0** 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2020.

ANTUNES, R.(org.).**Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ARAÚJO, J. B.; MONASTÉRIOS, S. Educação, feminismo e contracultura: o pensamento de Betty Friedan. **Revista Saber Acadêmico**, Presidente Prudente, n. 12, p. 49-53, 2011. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180403120236.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

ARROYO, M. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares REVEJ@ - **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v.1, n.0, p. 1-108, ago. 2007.

ARROYO, M. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org) **Ensaio de Geografia contemporânea**: Milton Santos obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 55-62.

ARROYO, M. G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

ARROYO, M. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 7ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 10 de maio de 2000. Disponível em: http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/parecer_CNE_CEB_11_2000.pdf. Acesso em: 25 set 2021.

ARROYO, M. G. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: Elementos materiais da formação humana. In SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Trabalho, educação e prática social**: por uma teoria da formação humana Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Decreto 94.338/87, 18 de maio de 1987. Regulamenta o art. 4º do Decreto-lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a iniciação ao trabalho do menor assistido e institui o Programa do Bom Menino. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1987. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d94338.htm. Acesso em 20 abr 2023.

BRASIL. Decreto-lei 2.318/86, 30 de dezembro de 1986. Dispõe sobre Fontes de Custeio da Previdência Social e sobre a Admissão de Menores nas Empresas. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1986. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=455288. Acesso em 20 abr 2023.

BAHIA. Secretaria de Segurança Pública. **Site**. Disponível em <https://infovis.sei.ba.gov.br/segurancapublica/>, acesso em 30 jan 2024.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, K. R. S. A., CARVALHO JÚNIOR, C. F. de, Santos, J. S., & SOUSA, G. R. (2020). Trajetória, avanços e perspectivas da EJA face à BNCC. **Educação Em Revista**, 51–64. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/10008>. Acesso em 10 fev 2024.

CARVALHO, R. V. A juvenilização da EJA: quais práticas pedagógicas? Reunião Anual da ANPEd. 32ª 2009, Caxambu/MG: **Anais**. Minas Gerais, 2009. P. 1-5. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/posteres/GT18-5569-Res.pdf>. Acesso em: 15 jun 2022.

CARVALHO, S. S. de Uma visão geral sobre a reforma trabalhista. **Boletim Mercado de Trabalho nº 63** – IPEA – Brasília, 2017. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/171024_bmt_63.pdf. Acesso em 25 mai. 2023.

COSTA, A. A. F.; EVANGELISTA, F. Reflexões sobre ser jovem na Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Crítica Educativa**, v. 3, n. 3, p. 56-65, ago./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22476/revcted.v3i3.285>. Acesso em: 15 jun 2022.

COSTA, C. B. **Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o mundo do trabalho: trajetória histórica de afirmação e negação de direito à educação**. Paideia: Revista do curso de Pedagogia da Fumec. ano 10, nº 15, p. 59-83. Belo Horizonte. Universidade Fumec, 2013.

COSTA, M. S. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S102-69092005000300008&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 25 dez. 2023.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, RS: Penso. 2014.

DANTAS, T. R. Formação de professores em EJA: uma experiência pioneira na Bahia. Revista da FAAEBA: **Educação e Contemporaneidade** [online]. 2012, vol.21, n.37, p.147-161. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-70432012000100014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 fev 2023.

DUARTE, D. R.; ANDRADE, J.; SOUZA, J. C.; SANTIAGO, A. G. Conexão entre pessoas e ambiente: uma revisão de literatura sobre topofilia. **Oculum Ensaios**, [S. l.], v. 18, p. 1–18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4706>. Acesso em: 3 nov. 2023.

FERREIRA JR, A. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos, EdUFSCar, 2010.

FISCHER, M. C. B.; GODINHO, A. C. F. Trabalho, Educação e Emancipação Humana: afirmação da educação como direito. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 22, n. 65, p. 1-25, jun. 2014.

FRANCO, T. Alienação do trabalho: despertencimento social e desenraizamento em relação à natureza. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 171-191, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/MTqm5bSgk3h64tqMqZZXXRQ/>. Acesso em 02 fev 2024.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 27 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. 1ed. São Paulo, SP. Moderna Fundação Santillana, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa Social**. 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004

GUIMARÃES, G. G. e GRINSPUN, M. P. S. Z. Revisitando as origens do termo juventude: a diversidade que caracteriza a identidade. *In*: **Site da 31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT20-4136--Int.pdf>> Acesso em 06 fev 2024.

GROHMANN, R. **Plataformização do trabalho**: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. 2020. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/12188>. Acesso em 16 de junho de 2022.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, São Paulo, a. 13, n. 25, p. 9-22, dez. 2004.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GROPPO, L. A. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do brasil contemporâneo. **Revista de Políticas públicas**, São Luís, v. 20, n. 1, p. 383-402, jan/jun. 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set. dez. 2007.

Disponível em

<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmDsBWQ/?format=pdf&lang=pt#:~:text=A%20divis%C3%A3o%20sexual%20do%20trabalho%20%C3%A9%20a%20forma%20de%20divis%C3%A3o,%C3%A9%20modulada%20hist%C3%B3rica%20e%20socialmente.> Acesso em 09 dez 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISAS E ESTATÍSTICAS. **Em 2022, rendimento-hora dos trabalhadores brancos (R\$ 20,0) era 61,4% maior que o dos pretos ou pardos (R\$12,4)**. Disponível em

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38543-em-2022-rendimento-hora-dos-trabalhadores-brancos-r-20-0-era-61-4-maior-que-o-dos-pretos-ou-pardos-r-12-4>, acesso em 09. Dez. 2023.

LECCARDI, C.. Por um significado do futuro: mudança social, jovens e tempo.

Tempo Social, **Revista de Sociologia da USP**, V. 17, nº 2. 2005 Acesso em 03 fev 2024.

LIMA, E. M. B.; PAZ, V. S.; OLIVEIRA, N. Educação de Jovens e Adultos e Mundo do Trabalho: Diálogos Docentes e Discentes na escola municipal Solange Coelho. *In*: **Congresso Nacional de Educação - EDUCERE**, XII, 2015, Anais. Curitiba. PUC Editora, 2015. p. 16528-16536. Acesso em: 15 jun 2022.

MACIEL, L. S. B.; NETO, A. S. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, set-dez, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/7bqbrBdvs3tHHHFg36c6Z9B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 3 nov 2023.

MAFFEI, A. M. A situação socioeconômica e a escolha profissional de jovens brasileiros. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**, 5, 2008. 164-174.

MARINHO, M. A. C. Trajetórias de Vida: um conceito em construção. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, [S.l.], v. 13, n. 17, p. 25-49, nov. 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/15710>. Acesso em: 29 abr 2022.

MENDES, J. T. N.; et al.. O trabalho com jovens no Projeto UFJF-Território de Oportunidades. In: CASSAB, M.A.T. PORTELLA, M.C.R. **Para construir espaços solidários: uma metodologia de trabalho com jovens**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

MENDEZ, N. P. Educação de Jovens e Adultos e o mundo do trabalho. In: STECANELA, N. (Org.) **Cadernos de EJA 1**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2013, p. 42-53.

NAIFF, L. A. M; NAIFF, D. G. M. Educação de Jovens e Adultos em uma análise psicossocial: representações e práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**. v. 20, n. 3. p. 402-407, 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/XnTp5cv8VTpsfg4PqRpfvdS/?lang=pt>, Acesso em 20 jan. 2024

NEVES, A. S.; SANTOS, A. S.; FREITAS, K. S. Articulação educação e mundo do trabalho na EJA: uma relação possível ou utópica? In: Alfaeja – Encontro Internacional De Alfabetização E Educação De Jovens E Adultos. Iii. 2016. **Anais**. Santa Catarina, RS. 2016 .

OLIVEIRA, E. N. P. et al. O empreendedor na era do trabalho precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral. **Revista de Psicologia Política**, São Paulo (SP), v. 16, n. 36, p. 207-226, mai./ ago. 2016.

PACHECO, T. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. **Blog Combate ao Racismo Ambiental**. 2007. Disponível em <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>. Acesso em 4 nov.2023.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa**. Abordagem teórico-prática. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 97 p.

PAIVA, J. Educação de jovens e adultos: questões atuais em cenário de mudanças. In: BARBOSA, I.; PAIVA J (Org.). **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

PICANÇO, F. S. Juventude E Trabalho Decente No Brasil - uma proposta de mensuração. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 28, n. 75, 2016.. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19546>. Acesso em: 03 jul 2022.

PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. **Agência de notícias IBGE**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em 14. fev.2023.

POCHMANN, M. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2019. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/tendencias-estruturais-do-mundo-do-trabalho-no-brasil/17424?id=17424>. Acesso em 20 de junho de 2022.

POCHMANN, M. Juventude em Busca de Novos Caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu de Abreu, 2004. P. 217-241.

PONCE, A. **Educação e Luta de Classes**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**, 2007. Disponível em: http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_cientifica.pdf. Acesso em: 09 de novembro de 2020.

RODRIGUES. L. IBGE: renda média de trabalhador branco é 75,7% maior que de pretos. **Agência Brasil**, 2022. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-11/ibge-renda-media-de-trabalhador-branco-e-757-maior-que-de-pretos>. Acesso em: 24.fev.2023

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ªed. São Paulo: Edusp, 2004.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr., 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SOARES, D.H.P. **A escolha profissional**: do jovem ao adulto. São Paulo: Summus. 2002.

SOBROSA, G. M. R. et al . Influências percebidas na escolha profissional de jovens provenientes de classes socioeconômicas desfavorecidas. **Psicol. rev.** (Belo Horizonte), Belo Horizonte , v. 21, n. 2, p. 314-333, ago. 2015 . Disponível em<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682015000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 fev. 2024

SOUZA FILHO, A. A.; CASSOL, A. P.; AMORIM, A. Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 112, p. 718-737, jul. 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/4b8tWfCRNXmBxCt8CzC3chQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 de junho de 2022. Epub 29-Jun-2021. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362021002902293>.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. (orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49–59, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

TRANCOSO, A. E. R.; OLIVEIRA, A. A. S.. Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 11, n. 2, p. 278-294, dez. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 fev. 2024.

UNESCO. **A Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos/Agenda para o Futuro da Educação de Adultos**. In: AUTOR?? Educação de jovens e adultos: memória contemporânea, 1996-2004. Brasília: UNESCO, MEC, 2004.

VARANI, A. CAMPOS, C. M. ROSSIN, E. A formação humana integra a educação integral? O que as práticas pedagógicas têm a nos dizer. **Caderno Cedes**, 2016. Dossiê. Campinas, v. 39, n. 108, p. 177-192, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jJDVLwBtf5NqqK3ghXM5cfF/?format=pdf&lang=pt>. 2019. Acesso em 24 de julho de 2022.

VENDRAMINI, C. R.; PEDROSA MARCASSA, L.; TITTON, M.; FRANZONI CONDE, S. Escola, trabalho e perspectiva de futuro de jovens estudantes. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 2155–2176, 2017. v12. n4. out./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8839>. Acesso em: 23 jan. 2024.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, da pesquisa **“DA ESCOLA PARA O TRABALHO E DO TRABALHO PARA A ESCOLA: EXPERIÊNCIAS DE INSERÇÃO SOCIAL E LABORAL DE ESTUDANTES DA EJA”** Este TCLE respeita as exigências contidas nos itens IV.3 da Res.466/12 do e CNS 510/2016, bem como o que prevê na Carta Circular nº 1/2021- CONEP/SECNS/MS. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Todas as vias deste documento devem ser rubricadas pelos pesquisadores responsáveis e por você, caso aceite participar da pesquisa. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto:

“DA ESCOLA PARA O TRABALHO E DO TRABALHO PARA A ESCOLA: EXPERIÊNCIAS DE INSERÇÃO SOCIAL E LABORAL DE ESTUDANTES DA EJA”

Pesquisadores responsáveis: Rafaela Raimundo Dias (mestranda); Prof. Dr. Ivan Faria (orientador).

Tempo previsto: junho de 2023 a setembro 2023.

Esta pesquisa tem como objetivo geral, refletir sobre quais as contribuições da escola para ressignificação da trajetória de vida de estudantes de EJA em relação à sua inserção social e no mundo do trabalho. O estudo envolverá a aplicação de questionário nas turmas da Educação de Jovens e Adultos, nos Estágios IV

e V, no período de junho e julho de 2023. Você necessitará disponibilizar em torno de 30 min. para responder ao questionário.

Além do questionário, o participante poderá ser convidado, a partir de critérios como sexo, idade e gênero, para participar da etapa seguinte que consiste em uma entrevista semiestruturada, com duração média de até 60 min. A entrevista terá como foco seu percurso de formação e trabalho até sua inserção na Educação de Jovens e Adultos, bem como suas perspectivas de futuro profissional.

A pesquisa não produzirá riscos diretos aos seus participantes, porém, emoções e sentimentos poderão ser mobilizadas e gerar algum desconforto ao participante, sendo facultado que este retire o consentimento sem nenhum prejuízo pessoal ou acadêmico, a qualquer tempo. De modo a assegurar as garantias éticas aos participantes da pesquisa adotando medidas que garantam a liberdade de participação, a integridade do participante da pesquisa e a preservação dos dados que possam identificá-lo, garantindo, especialmente, a privacidade, sigilo e confidencialidade e o modo de efetivação. Apesar disso, se tiver algum dano ou prejuízo por causa das atividades desta pesquisa, você tem direito e garantias a indenização por parte da pesquisadora.

Esta pesquisa não envolve custos aos participantes, nem qualquer tipo de vantagem financeira. O participante da pesquisa receberá assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, em caso de danos decorrentes da pesquisa. Além disso, o participante tem a garantia de ressarcimento e indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Da parte dos pesquisadores assegura-se que os dados coletados serão utilizados para fins estritamente acadêmicos, ficando sob a responsabilidade da equipe de pesquisa e arquivados no grupo de pesquisa Trajetórias, Cultura e Educação (TRACE) do Departamento de Educação, sendo descartados após 5 anos com a garantia da não identificação dos participantes.

Dentre os benefícios pela participação na pesquisa estão a possibilidade dos estudantes refletirem e dialogarem sobre suas experiências pessoais, socioculturais, acadêmicas e laborais, fornecendo dados importantes para ações e suportes a educadores e instituições que trabalhem com EJA. Os resultados produzidos serão divulgados e compartilhados com a comunidade acadêmica, estando os pesquisadores cientes do compromisso social da pesquisa e sua publicização. Assim, fica assegurado aos participantes "os benefícios resultantes do projeto, seja

em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa", conforme Resolução 466/12.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Em caso de dúvidas relacionadas às questões éticas da pesquisa, contatar Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UEFS): Endereço: Av. Transnordestina, s/n, Novo Horizonte – Feira de Santana, Bahia. CEP: 44.036-900. Fone: 75 3161-8067. E-mail-cep@uefs.br. Ou quanto à pesquisa, procurar a pesquisadora responsável Rafaela Raimundo Dias, Prédio da Pós-Graduação em Educação Letras e Artes, UEFS, módulo 2, Sala do grupo de pesquisa TRACE, Fone: 75 3161.8879/ 75 9.9143-5714 ou no email rafaela.dias@educ.feiradesantana.ba.gov.br.

Feira de Santana, _____ de _____
de 2023.

Pesquisadora responsável – Rafaela Raimundo Dias

Assinatura do (a) participante

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO**PERFIL EJA****DADOS PESSOAIS**

Nome _____ completo

Idade: _____ Sexo: () Feminino () Masculino

Como você se declara em relação a sua cor/raça*:

() Branco () Negro () Pardo () Indígena

Estágio que está cursando em 2023:

Tem filhos? () Sim () Não Caso tenha, quantos? _____

Estado civil () Sim () Não

Local de nascimento:

Local de moradia:

DADOS ESCOLARES

Onde você estudou de 1º ao 5º ano?

Onde você estudou de 6º ao 9º ano?

Você, em algum momento da vida, parou de estudar? Por que?

Quando você iniciou seus estudos na EJA? Qual motivo?

Como tem sido a experiência na EJA?

() Ótima () Boa () Ruim () Péssima

Poderia ser o que mais gosta e o que menos gosta nessa experiência:

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

Atualmente, você está trabalhando? () Sim () Não

Caso sim, qual sua ocupação?

Caso esteja trabalhando, qual tipo de vínculo:

() Carteira assinada () Contrato () Autônomo

Escreva sobre suas últimas experiências profissionais

LOCAL DE TRABALHO	QUANTO TEMPO PERMANECEU	OCUPAÇÃO/FUNÇÃO	ANO DE TRABALHO

PREFERÊNCIAS PESSOAIS

Para você, para que serve a Escola?

Em relação a escola, escreva suas preferencias sobre:

- Disciplinas preferidas:

- Conteúdos / assuntos preferidos:

De que forma a escola tem ajudado na sua vida pessoal e profissional?

PERSPECTIVA DE FUTURO

Quais seus planos futuros com relação a:

- Trabalho:

- Estudo:

- Família:

- Moradia:

APÊNDICE C – ROTEIRO DAS RODAS DE CONVERSAS

RODA DE CONVERSA 1 TEMA: MEU LUGAR NO MUNDO: DIFICULDADES E OPORTUNIDADES

1º MOMENTO

- Apresentação do moderador e dos relatores, e seus respectivos papéis.
- Apresentação dos alunos. Os mesmos os crachás que lhes serão entregues, com números.
- Apresentação dos objetivos da investigação e da escolha dos integrantes da roda de conversa
- Divulgação das formas de registro do trabalho, bem como do anonimato dos envolvidos.
- A proposta do grupo focal e a duração aproximada do encontro.
- Defender a ideia de um debate, com o envolvimento e o respeito de todos.

2º MOMENTO

- Exibição do clipe da música “Lugar ao Sol”, de Charlie Brown Jr.
- Vocês se identificam com a música? Como?
- Buscar um lugar ao sol pode ser uma forma de dizer que estão procurando seu lugar no mundo. Como vocês estão buscando o lugar ao sol de vocês?
- Vocês acreditam que onde vocês moram, vocês conseguiriam? Como?
- Como é viver onde vocês moram?
- Quais as maiores dificuldades que vocês encontram lá?
- Quais as coisas boas que encontram lá?
- E o trabalho, tem ajudado vocês a conseguirem melhoras na vida? E a educação/escola como tem ajudado? Vocês acreditam que se tivessem estudado e mantido a relação idade/série, as oportunidades, tanto de vida quanto de trabalho teriam sido diferentes? Discutam
- Vocês pretendem se mudar, tanto de moradia quanto de trabalho? Fale um pouco sobre essa mudança.
- E para o futuro, o que vocês planejam? Poderia perguntar: como se imaginam ao terminar os estudos e/ou daqui a 5 anos (pode ser uma questão para fechar)

3º MOMENTO

- Informar aos integrantes que a discussão está se aproximando do final.
- Solicitar que exponham comentários ou observações de algo particular que se relacione com a temática da discussão, e que não estava na pauta do roteiro, mas que eles gostariam de abordar.
- Agradecimentos pela participação.

RODA DE CONVERSA II

TEMA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO TRABALHO

1º MOMENTO

- Apresentação do moderador e dos relatores, e seus respectivos papéis.
- Apresentação dos alunos. Os mesmos os crachás que lhes serão entregues, com números.
- Apresentação dos objetivos da investigação e da escolha dos integrantes da roda de conversa.
- Divulgação das formas de registro do trabalho, bem como do anonimato dos envolvidos.
- A proposta do grupo focal e a duração aproximada do encontro.
- Defender a ideia de um debate, com o envolvimento e o respeito de todos.

2º MOMENTO

- Audição da música “Trabalhador” (Seu Jorge), que apontam dificuldades do trabalhador brasileiro;
- Quais são as maiores dificuldades dos trabalhadores brasileiros atualmente? (perguntar sobre carga horária, remuneração, condições etc se a discussão não render muito espontaneamente) E pra vocês?
- Você se identificou em alguma das situações citadas nas músicas?
- Quais as dificuldades que vocês encontram no seu dia-a-dia de trabalho?
- Você acredita que há alguma relação entre estudos e trabalho? Qual? (ou De que forma vocês acham que o estudo afeta seu trabalho? (Pode perguntar: No que ajuda? No que atrapalha?)
- Vocês acreditam que há diferenças entre trabalho de homens e de mulheres? Quais? É mais difícil para quem?
- Para vocês, há profissão melhor ou pior que outra? Opinem.
- Caso você pudesse escolher, qual profissão você gostaria de ter?

3º MOMENTO

- Informar aos integrantes que a discussão está se aproximando do final.

- Solicitar que exponham comentários ou observações de algo particular que se relacione com a temática da discussão, e que não estava na pauta do roteiro, mas que eles gostariam de abordar.
- Agradecimentos pela participação.

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome: _____

Data: ____/____/2023 Horário: _____ Local: _____

BLOCO 1: APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GERAL

Pergunta disparadora: Gostaria que você falasse um pouco da sua história...

Perguntas de aprofundamento: Qual a sua idade? Onde nasceu? Onde morou? Onde mora? Como é a sua família? (Estrutura, papéis, formação e profissão dos membros)

Você tem cônjuge? Tem filhos?

Qual a sua profissão?

BLOCO 2: EXPERIENCIA NA EJA

Pergunta disparadora: Como você chegou até a EJA?

Perguntas de aprofundamento: Como foi sua trajetória de escolarização?

Havia alguma disciplina que você tinha mais dificuldade?

Mantinha um bom relacionamento com professores e colegas?

Você repetiu de ano? Se sim, quantas vezes e quais anos?

Você deixou de estudar em algum momento? Por que e por quanto tempo?

Qual motivo do retorno?

BLOCO 3: SENTIDOS DA ESCOLARIZAÇÃO

Pergunta disparadora: Qual relevância de estar (ou continuar) estudando para sua vida social e profissional?

Perguntas de aprofundamento: Você acredita que a escola contribui de forma satisfatória para sua vida pessoal? E profissional?

Como o tema TRABALHO é abordado em sala de aula?

Como você enxerga a relação entre estudar e trabalhar?

Para você, o que é mais importante na sua vida hoje: a escola ou o trabalho?

BLOCO 4: PERSPECTIVA DE FUTURO

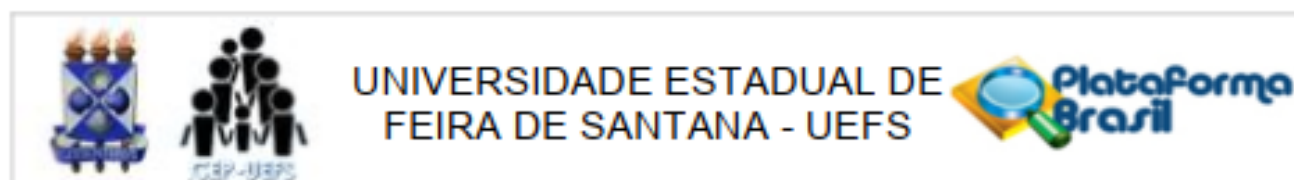
Pergunta disparadora: Quais seus planos para o futuro?

Perguntas de aprofundamento: Você pretende terminar o Ensino Fundamental?

Você quer cursar e terminar o Ensino Médio?

E pensa na faculdade? Qual Curso?

Em relação ao seu futuro profissional, o que você espera? Há alguma profissão que você gostaria de seguir?



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Desafios e perspectivas para a formação humana integral: uma reflexão acerca da relação escola e trabalho entre estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

Pesquisador: RAFAELA RAIMUNDO DIAS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 67905623.6.0000.0053

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Feira de Santana

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.166.374

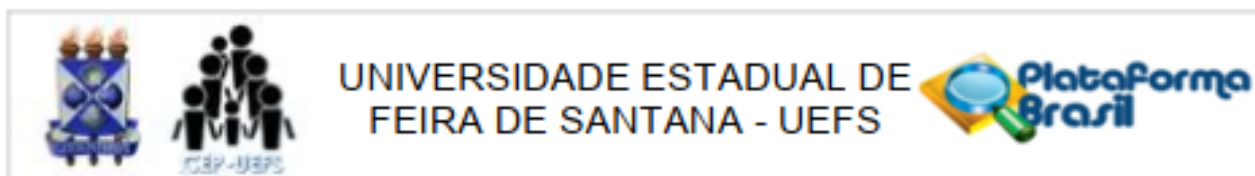
Apresentação do Projeto:

parecer de retorno de pendências indicadas em 6.102.045 datado de 05 de junho.

o parecer trata da pesquisa Desafios e perspectivas para a formação humana integral: uma reflexão acerca da relação escola e trabalho entre estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Pesquisador Responsável: RAFAELA RAIMUNDO DIAS. Instituição Proponente: Universidade Estadual de Feira de Santana. Patrocinador Principal: Financiamento Próprio. orientador: IVAN FARIA.

O tipo de pesquisa será trajetórias de vida, que é um processo resultante das relações simbólicas e condições materiais, que definem formas de pensar, agir e interferir no mundo das pessoas envolvidas, no caso, desta pesquisa. (MARINHO, 2017). nesse sentido, entende-se a trajetória de vida "tanto um modo de complexificar a observação dos fenômenos sociais como de situá-los perante as circunstâncias, os contextos e os espaços a partir dos quais indivíduos, as pessoas, em um tempo produzem, no espaço geográfico, a vida social (MARINHO, 2017, p. 27)."Estudar as trajetórias de vida implica em analisar processos de existência, situações sociais, de como o ambiente afeta o sujeito e como o sujeito afeta o ambiente. É literalmente dar voz e vez ao sujeito que está sendo estudado para melhor entender seu contexto social, assim como comportamentos, perspectivas de vida e opiniões. Nesta perspectiva, é dar ao pesquisador um contexto no qual as escolhas/trajetórias de vida sejam analisadas dentro de uma conjuntura sociopolítica de quem as

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
 Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.031-460
 UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
 Telefone: (75)3161-8124 E-mail: cep@uefs.br

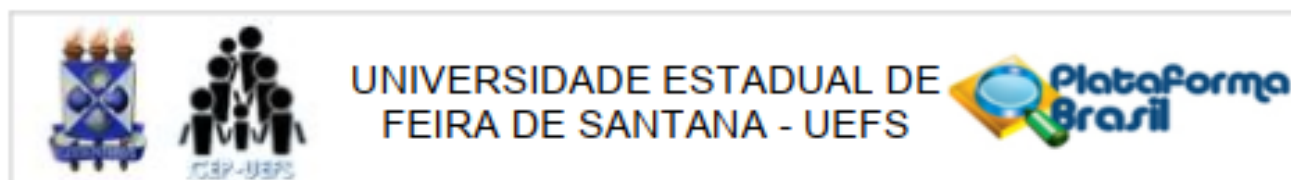


Continuação do Parecer: 6.166.374

construiu, conhecendo as histórias a partir das (re)vivências das mesmas. Tendo em vista a relação intrínseca entre trajetórias de vida e as relações sociais, é necessário situar-se a si mesmo dentro das relações de estratificação social e como esse meio interfere na trajetória de vida das pessoas. O lugar para a realização da pesquisa será o bairro Limoeiro, distante 8 km do centro a cidade de Feira de Santana, e circundado por algumas empresas de grande porte como as multinacionais, Pepsico e a Fedex, as nacionais,

como a Gazin e fábricas de ração e óleos de cozinha, além de outras de logísticas e carga e descarga, além de organizações menores. Enquanto ponto de ancoragem, teremos a uma escola municipal que fica na praça principal do bairro e atende, em média 700 alunos, desde a Pré-escola (Grupo 4) até o 9º ano do Ensino Fundamental II, bem como a Educação de Jovens e Adultos com classes referentes as já citadas, nesta modalidade denominadas Estágios I, II, III, IV e V. A escola foi construída em um terreno doado pelo patrono da mesma, um dos moradores mais antigos do bairro. Os sujeitos dessa pesquisa serão cerca de 8 estudantes dos Estágios IV (correspondente ao 6º e 7º ano) e do Estágio V (correspondente ao 8º e 9º ano), com idade entre 18 e 29 anos, que estejam trabalhando formalmente, sendo 3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino. Para a construção de dados desta pesquisa, serão realizadas algumas etapas. A etapa inicial do percurso, será uma observação participante que, segundo Rodrigues, consiste "na participação real do observador na vida da comunidade estudada, assumindo, ainda que de forma imperfeita, a condição de membro da comunidade" (2007, p.130). A observação tem por objetivo analisar as falas informais e comportamentos dos sujeitos da pesquisa sobre trabalho e a escola, que serão registradas em um caderno de campo. Em seguida, será elaborado e aplicado um questionário aos discentes para delimitar o perfil geral sociodemográfico dos estudantes, identificando idade, gênero, raça, trajetórias de escolarização, as condições e os vínculos de trabalho. Na etapa seguinte serão realizadas entrevistas semiestruturadas, conduzidas com foco em conhecer os caminhos que conduziram este sujeito para EJA, como a escola ajuda em sua vida social e laboral, quais as perspectivas de futuro e sua relação com o mundo do trabalho. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas e analisadas em blocos temáticos.

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
 Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.031-460
 UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
 Telefone: (75)3161-8124 E-mail: cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 6.166.374

Objetivo da Pesquisa:

no PB_informações básicas:

Objetivo Primário:

Refletir sobre quais as contribuições da escola para ressignificação da trajetória de vida de estudantes de EJA em relação à sua inserção social e no mundo do trabalho

objetivo secundário Analisar qual a relevância da formação escolar para os trabalhadores alunos e de projetos futuros;

Explorar a importância do eixo Trabalho para os alunos, a partir de como o tema é abordado em sala de aula; Refletir sobre as expectativas, pessoais, profissionais, educacionais, após o ingresso na Educação de Jovens e Adultos; Conhecer as principais causas de evasão e regresso de jovens e adultos para a escola.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa não produzirá riscos diretos aos seus participantes, porém, emoções e sentimentos poderão ser mobilizadas e gerar algum desconforto ao participante, sendo facultado que este retire o consentimento sem nenhum prejuízo pessoal ou acadêmico, a qualquer tempo.

Benefícios:

Os benefícios pela participação na pesquisa estão a possibilidade dos estudantes refletirem e dialogarem sobre suas experiências pessoais, socioculturais, acadêmicas e laborais, fornecendo dados importantes para ações e suportes institucionais de acompanhamento da vida estudantil e do trabalho pedagógico desenvolvido na escola. Os resultados produzidos serão divulgados e compartilhados com a comunidade acadêmica, estando os pesquisadores cientes do compromisso social da pesquisa e sua publicização.

Assim, fica assegurado aos participantes "os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa", conforme Resolução 466/12

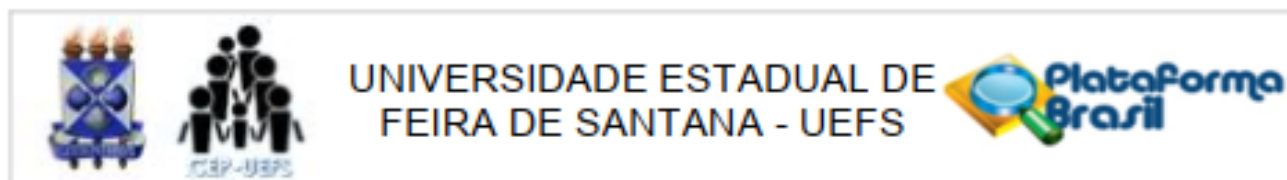
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

vide conclusões ou pendências

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

vide conclusões ou pendências

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
 Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.031-460
 UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
 Telefone: (75)3161-8124 E-mail: cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 6.166.374

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Análise das pendências respondidas no documento Oficio_cep2.doc:

PENDÊNCIA 3: RCLE

3.1. Análise do CEP: A solicitação não foi atendida. Não se faz suficiente informar que determinadas informações não serão divulgadas. Deve-se descrever o que será feito no processo (códigos para nos nomes? nomes fictícios?). Solicita-se adequação.

A solicitação foi atendida e o trecho adequado da seguinte forma:

De modo a assegurar as garantias éticas aos participantes da pesquisa serão adotadas medidas que garantam a liberdade de participação, a integridade do participante da pesquisa e a preservação dos dados que possam identificá-lo, com a adoção de nomes fictícios e a garantia de manipulação dos dados exclusivamente pela pesquisadora e seu orientador, salvaguardando, especialmente, a privacidade, sigilo e confidencialidade e o modo de efetivação. Assim, as informações não serão utilizadas/divulgadas sem a devida proteção da identidade dos participantes, em atendimento a Resolução CNS nº 466 de 2012, itens III.2.i e IV.3.e.

Análise do CEP: solicitação atendida

PENDÊNCIA 9: CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE PARTICIPANTES DE PESQUISA

9.1. Análise do CEP: Solicitação não atendida. Na resposta não se identifica os critérios de exclusão. Explica-se que a participação na pesquisa é voluntária dessa forma "as pessoas que se voluntariam" não se caracteriza como critério porque se relaciona à assinatura do termo e este não é um critério para inclusão ou exclusão de participação

O trecho foi revisto e algumas informações adicionadas, ficando da seguinte forma:

Os sujeitos dessa pesquisa serão inicialmente todos os estudantes do Estágio IV (correspondente ao 6º e 7º ano) e do Estágio V (correspondente ao 8º e 9º ano), que tenham entre 18 anos e 29 anos e se voluntariarem a participar do estudo. Eles responderão ao questionário. Após a caracterização do perfil dos estudantes, para a segunda etapa que envolverá a realização de entrevistas semiestruturadas com cerca de 6 estudantes, os critérios de inclusão/exclusão serão: a) ser trabalhador/a; b) após serem agrupados por natureza de ocupação, buscaremos compor um quadro com diversidade de perfis em termos de vínculos empregatício, área de atuação e

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
 Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.031-460
 UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
 Telefone: (75)3161-8124 E-mail: cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 6.166.374

experiência profissional; e c) 50% do sexo feminino e 50% do masculino.

O texto modificado encontra-se no arquivo: Rafaela projeto com correção 2.

Análise do cEp: solicitação atendida.

PENDÊNCIA 10: INSTRUMENTO DE PESQUISA

10.2. Análise do CEP: Tendo em vista o esclarecimento da necessidade da solicitação de dados sensíveis para a realização da pesquisa, solicita-se que a pendência 3.1 seja atendida:

De modo a assegurar as garantias éticas aos participantes da pesquisa adotando medidas que garantam a liberdade de participação, a integridade do participante da pesquisa e a preservação dos dados que possam identificá-lo, garantindo, especialmente, a privacidade, sigilo e confidencialidade e o modo de efetivação.

Solicita-se indicar os procedimentos que garantirão sigilo, confidencialidade e segurança dos dados dos participantes da pesquisa (Resolução CNS nº 466 de 2012, itens III.2.i e IV.3.e). A solicitação do nome, do local de moradia e do trabalho identifica o(a) participante de pesquisa. Por essa razão, solicita-se descrever quais procedimentos serão tomados pela pesquisadora.

As solicitações foram atendidas da seguinte forma:

As solicitações relativas à indicação de procedimentos que garantirão sigilo, confidencialidade e segurança dos dados dos participantes da pesquisa foram detalhadas e atendidas no item 3.1. Além disso, reiteramos que a identificação de nomes dos participantes, local de moradia e da natureza do trabalho, não serão divulgadas, porém são pertinentes ao foco do trabalho e requerem informações detalhadas para a seleção dos participantes da segunda etapa. Tais dados serão preservados com a adoção de nomes fictícios e a garantia de manipulação dos dados exclusivamente pela pesquisadora e seu orientador.

análise do cEP: solicitação atendida.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2100520.pdf	07/08/2023 16:14:58		Aceito

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.031-460
UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
Telefone: (75)3161-8124 E-mail: cep@uefs.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
FEIRA DE SANTANA - UEFS



Continuação do Parecer: 6.166.374

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_RAFAELA_DIAS2.doc	07/06/2023 16:13:24	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Outros	Oficio_cep2.doc	07/06/2023 16:13:04	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	rafaela_projeto_com_correcao2.doc	07/06/2023 16:11:18	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	rafaela_projeto_com_correcao.pdf	23/05/2023 15:57:36	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	rafaela_projeto_com_correcao.doc	23/05/2023 15:56:22	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_RAFAELA_DIAS.pdf	22/05/2023 21:18:03	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.pdf	22/05/2023 21:17:41	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Outros	questionario_eja_RAFAELA_DIAS_OK.pdf	22/05/2023 21:16:35	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Orçamento	orcamento_rafaela_resp.pdf	22/05/2023 21:15:38	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	Oficio_cep.pdf	22/05/2023 21:15:14	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_TRACE.pdf	22/05/2023 21:14:51	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_refeito.pdf	22/05/2023 21:14:28	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_RAFAELA_DIAS.doc	19/05/2023 17:42:28	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.doc	19/05/2023 17:42:13	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Outros	questionario_eja_RAFAELA_DIAS_OK.doc	19/05/2023 17:40:06	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_RAFAELA_resp.doc	19/05/2023 17:39:06	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_TRACE.doc	19/05/2023 17:37:21	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_refeito.doc	19/05/2023 17:36:56	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
 Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.031-460
 UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
 Telefone: (75)3161-8124 E-mail: cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 6.166.374

Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	19/05/2023 17:34:24	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLdePESQUISADORIvan.pdf	10/03/2023 16:18:33	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Outros	Aceiteok.doc	10/03/2023 16:16:59	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_PESQUISADORIvan.doc	10/03/2023 16:14:04	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLDAPESQUISADORArAFAELAok.doc	10/03/2023 07:36:31	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECL_INFRAESCOLAok.doc	10/03/2023 07:24:00	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	rafaela_projeto_detalhado.pdf	09/03/2023 11:25:24	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Declaração de concordância	carta_aceite.pdf	09/03/2023 11:24:54	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Orçamento	ORcAMENTO_RAFAELA.pdf	09/03/2023 11:20:17	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declar_pesq_assinada.pdf	09/03/2023 11:17:50	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	dec_escola_inf.pdf	09/03/2023 11:17:30	RAFAELA RAIMUNDO DIAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FEIRA DE SANTANA, 08 de Julho de 2023

Assinado por:
LIZ SANDRA SOUZA E SOUZA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.031-460

UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA

Telefone: (75)3161-8124

E-mail: cep@uefs.br